

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras. E-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Diretoria (Gestão 2011-2012)

Presidente: Marcos Costa Lima (UFPE); *Secretária Executiva:* Maria Filomena Gregori (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Julio Simões (USP); *Diretores:* Andréa Zhouri (UFMG); Flávia Biroli (UnB); Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Conselho Fiscal: Angela Maria de Randolpho Paiva (PUC-RJ); Carlos Arturi (UFRGS); Carlos Guilherme O. Valle (UFRN)

Coordenação: Maria Filomena Gregori (Unicamp)

Editora: Rossana Reis (USP)

Comissão Editorial: André Botelho (UFRJ); Andrei Koerner (Unicamp); Arlei Sander Damo (UFRGS)

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

Edição

Editora assistente: Mírian da Silveira

Copidesque/preparação/revisão de textos: Ponto Final Serviços Editoriais e Pedro Carvalho

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e André Villalobos (inglês)

Editoração eletrônica: Signorini Produção Gráfica

Produção gráfica: Signorini Produção Gráfica

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice; Sumários.org

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
E-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário****Resenhas bibliográficas**

Políticas públicas e avaliação de implementação 7

Thiago Botelho Azeredo, Vera Lúcia Luiza e Tatiana Vargas de Faria Baptista

Revisitando os estudos de *agenda-setting*, 40 anos depois 27

Leonardo Mangialavori

O estado da arte da produção científica sobre o ensino de
sociologia na educação básica 45

Anita Handfas e Julia Polessa Maçaira

Homenagem

Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manuel Monteiro 63

Cristina Pompa

Resenha

Estado, território e imaginação espacial, de João Marcelo Ehlert Maia 83

Lucas Correia Carvalho

Colaboraram neste número:

Thiago Botelho Azeredo, doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), é professor da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador colaborador do Núcleo de Assistência Farmacêutica da ENSP/Fiocruz. Suas áreas de interesse são: avaliação de políticas, programas e serviços de saúde; políticas públicas de saúde e assistência farmacêutica. E-mail: thiago.azeredo@ensp.fiocruz.br

Vera Lucia Luiza, doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), é pesquisadora titular do Núcleo de Assistência Farmacêutica da mesma instituição. Suas principais áreas de interesse são: avaliação de políticas, programas e serviços de saúde e assistência farmacêutica. É coautora, com Jorge Bermudez e Maria Auxiliadora Oliveira, de “Assistência farmacêutica”, in L. Giovanella, S. Escorel, L. V. C. Lobato, J. C. Noronha e A. I. Carvalho (org.), *Políticas e sistema de saúde no Brasil* (Editora Fiocruz, 2008). E-mail: vera@ensp.fiocruz.br.

Tatiana Vargas de Faria Baptista, doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS/Uerj), é pesquisadora do Departamento de Planejamento e Administração em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Áreas de interesse: políticas públicas de saúde, análise comparada de sistemas e serviços de saúde. É coautora, com Ana Luiza d’Ávila Viana, de “Análise de políticas de saúde”, in L. Giovanella, S. Escorel, L. V. C. Lobato, J. C. Noronha e A. I. Carvalho (org.), *Políticas e sistema de saúde no Brasil* (Editora Fiocruz, 2008). E-mail: twargas@ensp.fiocruz.br.

Leonardo Mangialavori possui graduação em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires (2008) e mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB, 2013). Atua principalmente nos seguintes temas: mídia e política; opinião pública; estudos legislativos. E-mail: leonardo.mangialavori@gmail.com.

Anita Handfas, doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Educação e coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes – LabES (www.labes.fe.ufrj.br), todos na mesma instituição. Organizou, com Julia Polessa Maçaira, *Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica* (E-papers, 2012) e, com Luiz Fernandes Oliveira, *A sociologia vai à escola: história, ensino e docência* (Quartet, 2009). E-mail: anitahandfas@gmail.com.

Julia Polessa Maçaira, doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora da Faculdade de Educação na mesma instituição e coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes – LabES (www.labes.fe.ufrj.br). Or-

ganizou, com Anita Handfas, *Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica* (E-papers, 2012). E-mail: juliamacaira@gmail.com

Cristina Pompa, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutora pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), é professora adjunta na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisadora do Cebap. Desenvolve pesquisas nas áreas de antropologia e história, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia e história das religiões, história indígena e das missões, identidades étnicas e nação. É autora de *Religião como tradução. missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial* (Edusc, 2003). E-mail: cris.pompa@gmail.com

Lucas Correia Carvalho é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: lucascarvalho@globocom

Introdução

O fim da década de 1960 e o começo da década de 1970 podem ser descritos como um período de crescente preocupação a respeito da efetividade das políticas públicas e da governança. Nesse contexto, as políticas públicas se tornaram cada vez mais um objeto de estudos acadêmicos, que se desenvolveram principalmente em três áreas: análise de políticas públicas (*policy analysis*), estudos avaliativos e estudos organizacionais (Barrett, 2004).

Tal ênfase na efetividade das políticas resultou na introdução de novos conceitos de planejamento, por exemplo o de planejamento estratégico, muito embasados no acompanhamento do desempenho das políticas e na multiplicação de estudos avaliativos. Muitos dos estudos focavam a política (*politics*) dos processos de tomada de decisão, pressupondo que, uma vez formulada e legitimada no “topo” ou centro decisório, a política (*policy*) seria transmitida aos órgãos administrativos para execução, sendo subsequentemente refinada em instruções operativas. No entanto, apesar da proliferação de planos e políticas, seu desempenho muitas vezes permanecia abaixo das expectativas, ocasionando uma mudança nos questionamentos, de “quais” efeitos são alcançados para o “porquê” das falhas percebidas, buscando identificar os fatores que teriam contribuído para tais falhas (Barrett, 2004). Estudos como o de Pressman e Wildavsky (1984) representaram uma in-

flexão no foco dos estudos para o processo de tradução das políticas em ação, o processo de implementação (O’Toole, 2000; Barrett, 2004; Oliveira, 2006; Howlett *et al.*, 2009).

Especificamente no Brasil, o tema das políticas públicas, como subcampo das ciências políticas, é mais recente na pesquisa acadêmica, embora a área venha apresentando produção e institucionalização crescentes nas últimas décadas (Frey, 2000; Arretche, 2003; Souza, 2003a, 2003b, 2006, 2008). Segundo Lessa (2011), a própria ciência política afirma sua identidade a partir de meados da década de 1960, pautando-se na recusa de uma tradição de representações do mundo político, tida como ensaística e pré-científica, que passa a ser denominada de “pensamento político brasileiro” ou “interpretações do Brasil”. Essa recusa e demarcação crítica com relação à tradição se faz acompanhar da adesão a protocolos de explicação positiva do mundo da política, fixando e consolidando seus padrões disciplinares nas décadas de 1970 e 1980, com bastante ênfase na análise de políticas públicas.

Souza (2003b) salienta que o foco comum às distintas definições de políticas públicas, seja como campo de ação, seja como de conhecimento ou investigação, são os governos e suas ações – que podem ser tomadas como variável independente, analisando-se essas ações e suas consequências, e como variável dependente, buscando entender como e por que certos rumos de ação são tomados em lugar de outros. Para Frey (2000), três

dimensões fundamentais articulam os esforços investigativos no campo. A dimensão institucional, ou *polity*, referente à ordem jurídica do sistema político e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; a dimensão processual, ou *politics*, que se refere ao processo político, conflitos e articulação de interesses, decisões de distribuição e imposição de objetivos; e a dimensão material, ou *policy*, referente aos conteúdos concretos dos programas e decisões políticas e seus problemas técnicos.

No que se refere especificamente à implementação de políticas públicas, uma visão clássica, e bastante reproduzida, a descreve como uma das fases do processo de desenvolvimento das políticas públicas, ou *policy cycle*, correspondendo à fase de operacionalização de decisões previamente realizadas (Kingdon, 1984). No entanto, diversos autores têm chamado atenção para limitações existentes nos modelos teóricos iniciais sobre o processo das políticas e a visão da implementação como tradução administrativa e gerencial de políticas previamente formuladas e adotadas (Elmore, 1980; Lipsky, 1980; Matland, 1995; Viana, 1996; Walt, 1996; Silva e Mello, 2000; Souza, 2003a; Barrett, 2004; Hartz e Vieira da Silva, 2005; Viana e Baptista, 2008; Howlett *et al.*, 2009; Oliveira *et al.*, 2010).

Por outro lado, um interesse crescente nos estudos que focam esse momento das intervenções tem sido notado no campo da avaliação de programas, visando essencialmente superar as limitações impostas por modelos de avaliação baseados no paradigma da “caixa preta” (Chen, 1990; Denis e Champagne, 1997; Love, 2004; Hartz e Vieira da Silva, 2005; Vieira da Silva, 2005; Oliveira *et al.*, 2010).

No Brasil, o campo da análise de políticas públicas tem se concentrado no estudo dos processos decisórios, havendo escassez

de estudos “pós-decisão” e pouca sistematicidade na exploração do tema da implementação, com poucos estudos, por exemplo, com foco nas burocracias públicas e seu papel nesse processo. Como comentam Faria (2003) e Souza (2003a), essa carência indica a incipiente institucionalização do campo, muito embora, como referido anteriormente, tenha havido, nas últimas décadas, avanços nesse sentido. Outrossim, Souza (2003a) identifica a necessidade de estudar mais sistematicamente os processos de implementação e de superar as tendências da “primeira geração”, com excessiva ênfase na racionalidade dos processos.

Já o campo da avaliação tem sido caracterizado por uma preponderância de enfoques gerencialistas (Faria, 2005; Seibel e Gelinski, 2007), que parecem superestimar as possibilidades de uso da avaliação como instrumento gerencial e subestimar usos e apropriações alternativas. Essa preponderância tem implicações importantes para a forma como se conduzem estudos avaliativos e o escopo de variáveis relevantes – a saber, sobrevalorização de aspectos técnicos e conteúdos normativos dos programas ou políticas e aparente desinteresse pelo papel dos atores envolvidos e contextos de implementação.

Nesse contexto de proliferação de contribuições e modelos de análise não consensuais, de percebida ênfase na racionalidade do processo político e de caracterização das abordagens avaliativas majoritariamente como *inputs* gerenciais, e frente à relatada importância da compreensão e estudo da implementação de políticas públicas, este artigo tem por objetivo contribuir para a redução da lacuna da literatura em língua portuguesa sobre a implementação de políticas públicas.

O caminho inicialmente traçado para realizar tal empreitada consistiu em revisão sistemática de estudos de implementação no Brasil, complementada por uma compa-

ração com revisões disponíveis na literatura internacional. No entanto, esse caminho se mostrou pouco profícuo, pois, embora o termo “implementação” seja amplamente utilizado na literatura nacional, poucos estudos publicados focam especificamente esse tema ou tecem considerações a respeito do conceito. Parece que o significado do termo e do conceito não é problematizado, é tido como óbvio.

Dessa forma, o caminho escolhido partiu da exploração de artigos de revisão sobre o tema, voltando-se para suas principais referências e avançando para outros autores que se baseassem ou discutissem o trabalho dos primeiros. Duas frentes foram traçadas e dois eixos orientadores da revisão foram escolhidos: um no campo das políticas públicas e outro no campo da avaliação de programas. Não se afirma a separação ou independência dos campos, especialmente no que se refere à categoria de interesse – implementação –, tampouco se adota uma definição forte de campo, já que sua delimitação não foi objetivo do trabalho, somente seu caminho. Os artigos e demais publicações revisados foram analisados frente aos demais artigos do mesmo campo, adotando-se para isto a informação fornecida pelos próprios autores.

Na primeira parte do artigo foram abordados os principais debates sobre implementação no campo das políticas públicas, oferecendo uma visão geral sobre as distintas gerações de estudos de implementação e alguns modelos emblemáticos no debate – os trabalhos mais relevantes e influentes em cada geração, os mais discutidos ou referidos nos artigos consultados – são apresentados em maior detalhe. Na segunda parte, foram explorados conceitos e perspectivas ligados à avaliação de implementação. Foram visitados alguns modelos para análise de contexto em estudos de implementação, baseados es-

sencialmente em teorias organizacionais. Por fim, foram destacadas lições aprendidas, que podem contribuir para a construção de uma agenda contemporânea de estudos de implementação no Brasil.

O processo das políticas públicas e a implementação

A estrutura mais comumente empregada para descrever o processo das políticas (*policy cycle*) destaca etapas ou fases da política (Kingdon, 1984; Viana, 1996; Walt, 1996):

Construção de agenda – a agenda pode ser definida como o espaço de constituição da lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção de governos e cidadãos, convertidas em demandas que *policy makers* escolhem ou são compelidos a escolher.

Formulação – compreende a fase de elaboração de alternativas e escolha de uma delas, uma vez que um problema tenha sido identificado e tenha expressão suficiente para provocar uma resposta dos agentes governamentais.

Implementação – etapa em que as intenções, construídas na fase de formulação da política, se convertem em ações, ou a fase em que se implantam intenções para se obter impactos e consequências.

Avaliação – parte do entendimento de que uma política é composta de ações que ocorrem entre uma situação atual e uma nova, provocando mudanças. Seus objetivos podem estar ligados ao incremento no conhecimento, levantamento de informações causais e lógicas sobre eficácia de métodos e sobre a operação da política e seus impactos, entre outros.

Há pouco desacordo entre analistas de política quanto aos diferentes momentos

desse processo, entretanto há grande dissensão em relação ao quanto as políticas seguem um processo racional ou lógico desde a identificação do problema até a avaliação da política (Walt, 1996).

Os modelos teóricos iniciais sobre as políticas públicas percebiam o processo de *policy making* como linear, com uma clara divisão entre a formulação e a execução das políticas. Em sua maioria, percebiam a formulação como alvo de disputas políticas, centrada em julgamentos de valor sobre o que os governos deveriam realizar. Já a implementação era percebida como ação gerencial ou administrativa (Walt, 1996).

De forma semelhante, Viana (1996) discute que alguns modelos viam as fases intermediárias no desenvolvimento de política públicas – formulação e implementação – como traduções das atividades de decidir e executar. Dessa forma, encerravam o estudo da fase de implementação nas teias da teoria da administração, introduzindo elementos da análise política somente para o estudo da fase de formulação. Tais modelos pressupõem uma dicotomia permanente entre decidir e executar, separando as ações políticas (de decisão) daquelas propriamente administrativas nas atividades do setor público. Outros modelos, como será visto mais adiante, se ocuparam de tentar superar essa dicotomia sob a qual o campo da implementação envolveria somente instrumentos típicos da teoria administrativa enquanto a formulação abrangeria instrumentos da teoria política.

A implementação como problema: estudos de primeira geração

Muitos autores apontam a publicação de *Implementation*, de Pressman e Wildavsky, em 1973, como um marco inaugural dos estudos de implementação no campo

das políticas públicas. No entanto, tal asserção parece ser uma imprecisão, já que um número substancial de livros, artigos científicos e teses de doutorado sobre o tema foram publicados desde meados da década de 1950 (Saetren, 2005). Por outro lado, a frequente citação de *Implementation* evidencia sua influência nos debates posteriores no campo.

O estudo de Pressman e Wildavsky (1984, 3ª edição) exemplificou como grandes expectativas presentes nas soluções propostas muitas vezes se viam frustradas por sua inaplicabilidade. Para esses autores, as potenciais dificuldades da implementação deveriam ser consideradas desde a formulação inicial da política, avaliando a extensão e a imprevisibilidade das seqüências de decisões necessárias (pontos de *clearance*) e considerando meios mais diretos de se alcançar os fins desejados – já que quanto mais pontos de *clearance* existissem, maior a possibilidade de paradas e atrasos.

Uma primeira geração de estudos se seguiu à publicação do livro de Pressman e Wildavsky destacando a falta de debate sobre implementação e colocando a questão na agenda de pesquisa sobre políticas públicas. Houve, nesse momento, um esforço para sistematizar os fatores que influenciariam a implementação de políticas públicas (Howlett *et al.*, 2009).

Um dos modelos sistematizados por Viana (1996) para compreender a implementação de políticas públicas, afinado com a agenda de identificação de fatores influentes, se baseia em Van Meter e Van Horn (1975 *apud* Viana, 1996), e considera que o desempenho da política é dependente das características das agências implementadoras (tamanho e competência da equipe, grau de hierarquia e sistemas de controle, grau de autonomia etc.), das condições políticas, econômicas e sociais (dependentes dos recursos disponíveis, da opinião pú-

blica, da posição das elites, dos partidos de oposição e da posição de grupos privados não institucionais) e da forma de execução de atividades.

Mazmanian e Sabatier, que definem implementação como “a condução de decisões políticas básicas, usualmente incorporadas num estatuto legal, mas que também podem assumir a forma de importantes decisões executivas ou decisões judiciais” (Mazmanian e Sabatier, 1989, p. 20), sistematizaram variáveis que afetam o processo de implementação de políticas em três grandes categorias: (1) tratabilidade do problema; (2) habilidade de estatuto legal em estruturar favoravelmente o processo; e (3) efeitos líquidos de variáveis políticas no balanço do suporte aos objetivos estatutários.

Em relação à tratabilidade dos problemas, os autores afirmam que alguns problemas são mais tratáveis que outros. Uma maior tratabilidade, que favoreceria a implementação, significa: (a) existência de uma teoria causal válida conectando a mudança comportamental à solução do problema; (b) baixa variabilidade no comportamento visado; (c) grupo-alvo facilmente identificável; e (d) pequena magnitude de mudança comportamental necessária.

Sobre o estatuto legal, propõem que um documento bem desenhado pode afetar substancialmente em que medida seus objetivos serão alcançados, se: (a) seus objetivos forem precisos e claramente ordenados; (b) incorporar teoria causal válida; (c) prover com recursos adequados as agências implementadoras; (d) houver poucos pontos de veto e suficientes mecanismos de indução para suplantar resistências; (e) as regras decisórias das agências implementadoras favorecerem os objetivos formais; (f) a implementação for outorgada a agências que apoiem os objetivos formais e deem prioridade ao programa; e (g) houver par-

ticipação de atores externos com valores pró-política.

Em relação às variáveis não legais, especialmente aquelas ligadas ao apoio político, sugerem como fatores essenciais a um processo de implementação bem sucedido: (a) condições socioeconômicas e tecnológicas favoráveis; (b) apoio público; (c) atitudes favoráveis e recursos suficientes dos grupos-alvo da política; e (d) apoio dos dirigentes das agências.

Embora a primeira geração tenha sido pródiga na identificação de variáveis envolvidas no processo, isto não implicou em maior clareza quanto ao escopo de variáveis efetivamente relevantes para a explicação dos fenômenos de interesse. Os estudos foram apontados como muito específicos – baseados em casos singulares –, com uma visão pessimista – detida nas “falhas”, no afastamento ou hiato entre as expectativas projetadas e os resultados alcançados – e sem embasamento teórico adequado – sem hierarquização dos elementos explicativos (Oliveira, 2006). Em que pese as críticas, o legado dessa geração foi exatamente a explicitação da implementação como problema, indicando as relações incertas entre a enunciação de uma política pública e os programas implementados e esboçando os elementos gerais necessários à sua compreensão. Como exemplificado, os estudos de Pressman e Wildavsky, Van Meter e Van Horn e Mazmanian e Sabatier buscaram mostrar que fatores como tamanho, relações interorganizacionais, compromisso, capacidade e complexidade institucional moldam as respostas às políticas enunciadas.

Uma segunda geração de estudos se caracteriza, a partir de então, pelo desenvolvimento de arcabouços analíticos que explicitassem variáveis relevantes e explicitassem relações de causalidade entre política enunciada e prática, no processo de implementação.

O debate (ou embate) entre top-down e bottom-up: uma segunda geração nos estudos de implementação

As lições da primeira geração de estudos foram bem-sucedidas em evidenciar os problemas da indução de mudanças que poderiam ser estabelecidos a partir dos então considerados legítimos mandatários desses processos, os formuladores ou tomadores de decisão. Segue-se um esforço para sistematizar e hierarquizar os fatores de sucesso ou fracasso na coordenação e controle exercidos pelos centros decisórios. Tais iniciativas, no entanto, suscitaram imediata resposta de pesquisadores que enxergavam longe dos centros decisórios as dinâmicas mais relevantes para a efetivação, e portanto compreensão, dos processos de mudança. Esse debate, que ganhou bastante destaque na literatura e que se justapôs à caracterização de uma segunda geração de estudos de implementação, se refere à contraposição de dois enfoques: *top-down* e *bottom-up*.

Numa visão *top-down*, supõe-se que a formulação ocorre no nível central dos governos nacionais ou no nível internacional, entre doadores e *policy makers* nacionais, e que, uma vez desenhada, a política passa ser um processo técnico a ser implementado por agências administrativas no nível nacional ou subnacional (Walt, 1996). Entende-se a política como “propriedade”, nas palavras de Viana e Baptista (2008), dos formuladores no topo das organizações, tendo esses atores o controle do processo e partindo de uma perspectiva na qual as ações dos atores públicos ou privados seriam dirigidas ao cumprimento de objetivos definidos em decisões políticas precedentes.

Hogwood e Gunn (1984) citam dez condições que deveriam ser alcançadas para que uma política pudesse ser implementada de forma a produzir os efeitos desejados,

compondo uma espécie de *checklist* ou “modelo de implementação perfeita”, exemplo típico da visão *top-down*, quais sejam: (1) as circunstâncias externas à agência implementadora não impõem restrições importantes; (2) tempo adequado e recursos suficientes estão disponíveis; (3) a combinação necessária de recursos está disponível; (4) a política é baseada em uma teoria de causa e efeito válida; (5) a relação entre causa e efeito é direta; (6) relações de dependência são mínimas; (7) há compreensão e concordância quanto aos objetivos; (8) tarefas estão completamente especificadas em sequência correta; (9) comunicação e coordenação devem ser perfeitas; e (10) aqueles imbuídos de autoridade podem demandar e obter perfeita adesão.

Os autores expressam essa lista como condições ideais, de um ponto de vista analítico e não prescritivo (tomando como referência um tipo ideal de racionalidade), para uma implementação bem-sucedida, aqui entendida como conformidade aos objetivos dos formuladores. Vinculam a implementação à formulação, ressaltando a centralidade da antecipação das estratégias (inclusive políticas) de implementação, e reconhecem a impossibilidade prática da existência das condições ideais. No entanto, defendem uma maior legitimidade das decisões tomadas no topo, o que aproxima seu modelo de um ideal normativo de controle central, obediência e eficácia técnico-administrativa.

A visão clássica e linear, que não considera os efeitos retroalimentadores da implementação sobre a formulação, acaba descrevendo a política como um jogo de uma só rodada e não considera o ciclo da política como um processo (Silva e Mello, 2000). Mesmo quando incorporam a implementação e até o monitoramento e a avaliação como dimensões analíticas importantes,

essa visão mais normativa entende essas atividades como instrumentos de correção de rota. Tal insistência na primazia da formulação está, para esses autores, assentada em premissas equivocadas, a saber: que o diagnóstico que informa a formulação está essencialmente correto; que o formulador dispõe de todas as informações necessárias; e que o formulador dispõe de um modelo causal válido.

Contrastando com a visão linear do processo da política e o modelo de “implementação perfeita”, a visão *bottom-up* propõe que aqueles que estão mais próximos às ações visadas pelas políticas têm um importante papel na implementação das políticas públicas, como participantes ativos de um processo complexo que influencia a política “para cima” também (Elmore, 1980; Lipsky, 1980; Oliveira, 2006). Implementadores podem mudar a forma como uma política é conduzida, e até redefinir os objetivos da política por estarem mais próximos do problema e da situação local. O processo das políticas é interativo e, da mesma forma que a formulação pode ser caracterizada pela barganha, a implementação pode ser caracterizada por negociação e conflito (Walt, 1996).

Segundo Kiviniemi (1985), a política envolve ação intencional que resulta em novas relações com atores privados. A implementação é entendida como ação social (que produz consequências) e se traduz no encontro de diferentes intenções de diferentes atores (governamentais e não governamentais). A análise do conteúdo de uma política pública (seu enunciado explícito) pode ajudar a definir a posição estrutural dos atores no processo de implementação e, assim, definir diferentes combinações de reações, que impõem limites à ação governamental. O Quadro 1 apresenta possíveis reações dos atores não governamentais à política.

Quadro 1
Reações dos atores
não governamentais à política

Recursos	Valores	
	Pró política	Contra política
Fortes	Cooperação	Oposição
Fracos	Conformidade	Desinteresse

Fonte: (Viana, 1996)

Esta literatura *bottom-up* foi bastante influenciada pelos estudos de Lipsky e Elmore, que destacavam que em certas burocracias o poder discricionário é muito grande, cabendo ao implementador na ponta (*os street-level bureaucrats*) a tomada de decisões cruciais (Lipsky, 1980) e, portanto, os formuladores da política não controlam a implementação (Elmore, 1980).

Os principais argumentos em favor do enfoque *bottom-up* defendem que a população afetada pela política e os agentes governamentais em contato com ela poderiam e deveriam influenciar de forma mais intensa o processo. Primeiramente porque esses atores teriam uma experiência mais próxima dos contextos locais de implementação, o que lhes daria melhores condições de saber os melhores caminhos para alcançar os resultados almejados. Segundo porque seria mais democrático contar com a participação das partes interessadas nas decisões que lhes afetam (Silva e Mello, 2000).

Segundo Barrett (2004), as abordagens *top-down* poderiam ser entendidas como essencialmente prescritivas enquanto as *bottom-up* focariam a impossibilidade de estabelecer prescrições sem compreender ou descrever adequadamente a dinâmica dos comportamentos visados pela política na base.

Nesse sentido, as perguntas deveriam ser mudadas de como uma política foi implementada ou a comparação entre resultados e os objetivos originais das políticas, que pressupõem um elo causal *a priori* entre a política e os resultados observados, para focar no que efetivamente estava ocorrendo no nível da prestação e recepção e explorar os porquês e os elos a partir da base para o topo (Barrett, 2004).

Importantes lições emergiram dessa arena de debates. Em especial, que uma política estabelecida nos centros decisórios nem sempre consegue prever o que faz diferença para o alcance dos resultados pretendidos no nível local; que um balanço estratégico entre pressão, apoio e incentivo são fundamentais para que o poder de indução seja efetivo; e que qualquer mudança orientada aos objetivos da política é, em última análise, dependente das respostas locais (McLaughlin, 1987).

Matland (1995), O'Toole (2000) e Oliveira (2006) destacam que a ênfase em identificar fatores e variáveis relevantes, tanto na primeira como na segunda geração, resultou na proliferação de modelos e teorias, muitas vezes incompatíveis entre si, contemplando uma miríade de variáveis de difícil articulação. Para Matland (1995), ficava clara a necessidade de organizar e estruturar as distintas, e por vezes antagônicas, contribuições do campo – o que somente entraria na agenda dos estudos de implementação na chamada terceira geração.

A terceira geração: propostas de síntese

Segundo O'Toole (2000), grande parte dos analistas abandonou o embate entre *top-*

-down e *bottom-up* e desenvolveram algumas propostas alternativas, oferecendo perspectivas sintéticas e modelos de contingência. De forma semelhante, Oliveira (2006) considera que se alcançou alguma convergência no sentido de aceitar a importância de ambos os fluxos para a compreensão das políticas públicas. Matland (1995) afirma que tal convergência é necessária para o avanço do campo.

Diferenças normativas sobre onde se deveria alocar o centro de apoio e alavancagem do processo de implementação (no topo ou nas bases) continuam a ser um ponto importante em termos práticos. No entanto, os argumentos empíricos sobre a descrição mais adequada deixaram de focar essa discriminação, já que tanto variáveis do topo ou centro quanto variáveis contextuais e das bases são consideradas importantes (O'Toole, 2000).

Nesse sentido, Sabatier e Jenkins-Smith (1999) desenvolveram um arcabouço teórico que buscava encontrar uma alternativa à heurística das fases, sintetizar as contribuições das abordagens *top-down* e *bottom-up* e incorporar informações técnicas com um papel mais proeminente na compreensão do processo das políticas públicas – o *Advocacy Coalition Framework*.¹

Para essa perspectiva, as políticas operam em *estruturas* mais facilmente identificadas nas abordagens a partir do topo, que se mantêm estáveis por períodos longos. No entanto, *ações* substanciais ocorrem nessa estrutura. Para o estudo dessas ações, uma unidade privilegiada de análise seriam os subsistemas de políticas (*policy subsystems*), nos quais operam coalizões de defesa, formadas

1 Em reflexões posteriores, Sabatier considera que o *Advocacy Coalition Framework* não se destina à pesquisa sobre implementação, o que seria incoerente com sua proposta de abandono da heurística das fases, mas sim às mudanças (de orientação) ocorridas em áreas temáticas de políticas públicas (ver Sabatier, 2005). No entanto, foi a partir dessa literatura e em diálogo constante com os estudos de implementação que a proposta foi construída, o que a insere entre os estudos de interesse para a compreensão da agenda e desdobramentos da chamada terceira geração de estudos de implementação.

por grupos de distintas organizações, tanto públicas como privadas, que compartilham valores, crenças e objetivos. A trajetória de mudanças em um determinado subsistema seria influenciada pelo confronto, negociação e aprendizagem coletiva que emergem das ações das distintas coalizões operantes (Sabatier e Jenkins-Smith, 1999). O processo da política é, assim, visto como um processo de aprendizagem (*policy learning*).

Matland (1995) argumenta que o longo processo de acompanhamento de um subsistema de política, característico da proposta de acompanhamento das ações das coalizões, pode incluir tantas mudanças no campo que haveria pouca relação com a configuração inicial que se pretendeu estudar. Ademais, afirma que, se a pesquisa em implementação deve reter alguma significação substantiva, ela deve se referir a alguma política específica e não a todas as ações tomadas em uma área de política.

Como alternativa à elaboração de um modelo de síntese que combinasse simultaneamente ambas abordagens, Matland (1995) buscou desenvolver um modelo que explicasse quando cada abordagem seria mais adequada, ou seja, que explicitasse em que condições cada conjunto de variáveis seria importante.

Seu modelo parte da proposição de que os níveis de ambiguidade e de conflito em torno de uma política geralmente são negativamente correlacionados (Matland, 1995). Quanto mais claramente são enunciados os objetivos de uma política, mais facilmente se expõem as posições contrárias e emerge o conflito. Em contrapartida, quanto maior a ambiguidade das diretrizes propostas, mais facilmente os distintos atores conseguem interpretá-las de forma a acomodar seus próprios interesses, o que reduz o conflito e pode facilitar a aprovação de uma norma nas instâncias de legitimação. No entanto, uma maior ambiguidade resulta em maior espaço para decisão posterior à aprovação da política, estendendo o embate político para a definição das formas específicas de execução e operacionalização dos objetivos, e a negociação e a barganha em torno das interpretações concorrentes da norma para a rotina dos agentes implementadores.

Sobre a diferenciação dos níveis de ambiguidade e conflito envolvidos em uma política, é proposto um modelo de contingência que facilitaria a compreensão de distintas trajetórias de implementação, orientaria a escolha da melhor ferramenta teórica para analisá-las e destacaria variáveis-chave (Quadro 2).

Quadro 2
Matriz ambiguidade-conflito: processos de implementação de políticas

		Conflito	
		Baixo	Alto
Ambiguidade	Baixa	<i>Implementação Administrativa</i> Recursos* <i>Top down**</i>	<i>Implementação Política</i> Poder* <i>Top down (+ bottom up)**</i>
	Alta	<i>Implementação Experimental</i> Condições contextuais* <i>Bottom up**</i>	<i>Implementação Simbólica</i> Força das coalizões* <i>Coalizões de defesa**</i>

*variáveis chaves para o sucesso da implementação; ** ferramenta teórica mais adequada.

Fonte: Adaptado de Matland (1995).

Não nos deteremos na exemplificação de cada tipo de processo de implementação na matriz (o que pode ser facilmente encontrado em Matland, 1995). Destacaremos a ideia de escolha das melhores ferramentas teóricas como função de elementos particulares nos diversos contextos de implementação². Cabe ressaltar que essa matriz tem sido empregada na construção de uma série de quadros de contingência para análise de estruturas de governança (Howlett *et al.*, 2009).

Também como parte da terceira geração de estudos de implementação estão as construções teóricas da implementação como jogo (Silva e Mello, 2000; Howlett *et al.*, 2009).

Um pressuposto comum nessa visão é que, no processo de implementação de uma política, a quantidade de mudanças comportamentais envolvidas é inversamente proporcional ao grau de consenso entre formuladores e implementadores e diretamente proporcional ao nível de dificuldade da implementação (Viana, 1996; Viana e Baptista, 2008; Howlett *et al.*, 2009). Quanto mais estes últimos estiverem envolvidos na fase de formulação, quanto maior o entrosamento entre estes e os primeiros, maior será o grau de consenso sobre metas e objetivos, pois o envolvimento aumenta o grau de clareza da política e reduz resistências, sendo fundamental para o êxito das políticas.

Nessa visão de jogo, o ciclo da política seria melhor representado por redes de formuladores, implementadores, *stakeholders*, avaliadores e beneficiários que dariam sustentação à política. O processo da política nessa rede seria marcado por nós ou elos críticos – pontos no tempo em que se pro-

duz uma espécie de crise que se concretiza na tomada de uma decisão crítica por um ator estratégico. O desfecho dessa crise atuaria como propulsor de mudanças na trajetória da intervenção (Silva e Mello, 2000). A avaliação, nessa rede, alimentaria e potencializaria as possibilidades de aprendizagem no processo político.

Avaliando a implementação

A despeito de a avaliação poder ser considerada uma das etapas do desenvolvimento de políticas públicas, ou do ciclo da política pública, qualquer das etapas pode ser objeto de uma avaliação. Assim, a avaliação de políticas pode tanto destinar-se a análises sobre a natureza do Estado e o poder político ligados à formulação da política quanto focar os programas relacionados à operacionalização da ação estatal (Vieira da Silva, 2005).

Vieira da Silva (2005) reúne outras definições de avaliação, exemplificando a diversidade conceitual existente no campo. A autora propõe como definições: determinação do esforço, mérito ou valor de algo; coleta sistemática de informações sobre atividades, características e resultados de programas com o intuito de fazer julgamentos sobre esses programas ou subsidiar a tomada de decisões; aplicação sistemática de procedimentos da investigação em ciências sociais na análise de intervenções; e julgamento sobre uma intervenção ou qualquer de seus componentes objetivando apoiar a tomada de decisões. Ressalta que tal diversidade reflete as escolhas teóricas dos autores, as posições que ocupam no espaço social e os campos a que pertencem.

2 Para uma implementação política, Matland sugere que as ferramentas teórico-analíticas mais adequadas seriam baseadas nos modelos *top-down* mais avançados, que incorporam mais variáveis que as normalmente consideradas nos modelos clássicos, como aquelas relativas ao nível de dificuldade na definição técnica do problema (tratabilidade), e outras que tratem do nível de apoio político e envolvimento de grupos interessados. Um exemplo seria o modelo de Mazmanian e Sabatier (1989).

Semelhante diversidade é encontrada para referir os objetos da avaliação (políticas, programas, serviços, ações, projetos), sendo possível, ao discutir teoricamente sobre avaliação, tratá-los genericamente como intervenções (Hartz e Vieira da Silva, 2005; Vieira da Silva, 2005).

Essa visão mais canônica da avaliação como fase do *policy cycle*, ligada simultaneamente à valoração normativa das intervenções, ao apoio à tomada de decisão e à *accountability*, ainda que reconheça seu o caráter político, prioriza os aspectos mais técnicos da avaliação e ressalta seu papel como instrumento gerencial – o que acaba justificando as críticas ao viés predominantemente gerencialista do campo (Faria, 2005).

A pesquisa avaliativa era inicialmente vista como avaliação de efeitos trazidos pelas intervenções, tendo como finalidade decidir sobre a continuidade ou interrupção de diferentes programas sociais (Denis e Champagne, 1997), o que poderia ser entendido como um paradigma experimental em avaliação (Potvin e Bisset, 2008).

Tal avaliação de efeitos ou impacto das intervenções se apoiava no modelo da “caixa preta” (Chen, 1990; Denis e Champagne, 1997; Love, 2004; Vieira da Silva, 2005; Oliveira *et al.*, 2010), que tratava as intervenções como variáveis dicotômicas e entidades homogêneas sendo fácil definir seu conteúdo e seus diferentes componentes.

Essa abordagem frequentemente propõe uma definição estreita dos objetivos do programa e negligencia a reflexão sobre a perspectiva dos vários agentes executores e meios de implementação (Denis e Champagne, 1997), não sendo sensíveis aos contextos políticos e organizacionais e ignorando as relações entre intervenção ofertada e planejada, objetivos oficiais, oficiosos e operativos e efeitos esperados e não esperados, devido à falta de uso da teoria na condução de avaliações (Chen, 1990).

Segundo Love (2004), a principal crítica a esse modelo de avaliação é que ele pouco esclarece a respeito do funcionamento do programa e sobre como melhorá-lo. Já Vieira da Silva (2005) ressalta que avaliações conduzidas a partir de estratégias do tipo caixa preta chegam a resultados bastante diferenciados com problemas de generalização de resultados. Tal reconhecimento dos limites do modelo da caixa preta estimulou um interesse crescente pelos problemas ligados à implementação dos programas (Denis e Champagne, 1997).

Denis e Champagne (1997) destacam que os princípios da semelhança (capacidade de generalizar resultados para um universo empírico similar), robustez (estipula que o potencial de generalização de um estudo se amplia se houver réplica dos efeitos em contexto diversificado) e explicação (compreensão dos fatores de produção e inibição dos efeitos) são as bases da validade externa de uma pesquisa. Ao buscar discriminar a contribuição dos componentes implantados do programa na produção dos efeitos, a análise de implementação aumenta a validade externa das pesquisas avaliativas, pelo princípio da explicação.

Diferentes descrições são empregadas no campo da avaliação de programas para definir implementação, como: a extensão da operacionalização adequada de uma intervenção; a transferência em nível operacional de uma intervenção (Denis e Champagne, 1997); a reprodutibilidade operacional ou a transferência, do nacional ao local, de uma intervenção (Hartz e Vieira da Silva, 2005); ou, ainda, as atividades focadas na operacionalização de um programa (Love, 2004). Tais definições apresentam em comum o foco na operacionalização da intervenção, ou seja, a tradução em ações das intenções (Viana, 1996), como havíamos anteriormente definido.

Avaliadores desenvolveram um grande leque de abordagens e técnicas para estudar a implementação de intervenções e um conjunto igualmente diverso de denominações empregadas para descrevê-las, como: avaliação formativa (empregada para melhorar um programa durante sua fase de desenvolvimento); avaliação de processo (examina se as atividades desenvolvidas correspondem às planejadas); avaliação descritiva (provê detalhes sobre o programa de forma que sua implementação possa ser comparada entre diferentes localidades ou replicada); monitoramento de desempenho (sistema contínuo de medições de formas de operação do programa e seus produtos, geralmente com uso de sistema de informação e indicadores de desempenho); e análise de implementação (examina o que ocorre com uma política após sua formulação e durante sua implementação em contextos específicos) (Love, 2004).

Para Denis e Champagne (1997), a avaliação de implementação se interessa pelo estudo dos determinantes da variação na implementação e sua influência nos efeitos trazidos pela intervenção. Os autores sugerem que três componentes da análise de implementação permitem considerar as limitações encontradas no modelo da caixa preta, limitações estas derivadas de não considerar as variações na integridade da intervenção e a influência das variações contextuais sobre a produção dos efeitos desejados ou não.

O primeiro componente é a análise dos condicionamentos contextuais do grau de implementação de uma intervenção, que vai exigir: (a) especificar os componentes da intervenção; (b) identificar as práticas necessárias à implementação; (c) descrever as práticas correntes nas áreas contempladas pela intervenção; e (d) analisar a variação na implementação devido a características contextuais. O segundo componente é a análise da

influência da variação na implementação sobre os efeitos observados. O terceiro, a análise da influência da interação entre contexto de implementação e a própria intervenção sobre os efeitos observados. Interação, nesse caso, refere-se a uma situação de sinergismo ou antagonismo entre diferentes fatores em jogo na produção dos efeitos (Denis e Champagne, 1997).

Segundo Viana (1996), o objetivo desse tipo de estudo é permitir a correção do modelo de causalidade suposto pela política, reorientando a implementação em função dos objetivos propostos. Alternativamente, Brousselle e Champagne (2007) propõem como objetivo examinar como a dinâmica político-organizacional explica o desenvolvimento do projeto, ou curso de ação pretendido, identificando fatores que contribuam ou impeçam a implementação.

Embora tais construções conceituais e metodológicas possam ainda parecer bastante orientadas à alimentação dos processos decisórios e gerenciais – reforçando a visão de que o campo apresenta um forte viés normativo e gerencialista –, a inclusão dos contextos de implementação como elementos centrais para a compreensão dos processos evidencia uma abertura do campo para superar os pressupostos de linearidade da relação entre intervenção e resultados. No entanto, várias são as apropriações do que signifique contexto e qual seu papel nos processos estudados.

Tratar o contexto como variável interveniente, esperando que por seu uso se consiga evidenciar efeitos líquidos das intervenções parece um avanço, porém modesto, em relação ao paradigma experimental do modelo da caixa preta. Segue-se presumindo, nesse caso, que haja uma capacidade intrínseca à política ou programa de realizar as mudanças desejadas, sempre que forças opositoras não lhe imponham barreiras. Por outro lado,

ênfatar demasiadamente o caráter situacional das intervenções implica o risco do reducionismo, limitando a possibilidade de teorização e análise a respeito dos processos e seus elementos mais estáveis no tempo e reproduzidos no espaço.

De uma forma ou de outra, como sugere Burke (2002), não é aconselhável que se espere muita precisão quanto à noção de contexto. No entanto, seu emprego (dentre muitos possíveis) permite refletir sobre o escopo e limites dos processos em análise (sobre o que está em foco), bem como sobre as distinções entre os cortes operados pelos atores e aqueles realizados pelo pesquisador, o que traz ganhos consideráveis para reflexão crítica no campo.

Tais reflexões permeiam a produção do campo da avaliação de programas³ de forma que nos parece pouco preciso que se entenda a predominância do viés gerencialista como sinônimo de ausência de críticas internas e projetos alternativos para o campo.

Avaliação: contexto e atores na implementação

Denis e Champagne (1997) sistematizam cinco modelos para análise de mudanças organizacionais que podem ser aplicados à análise de contexto em estudos de implementação e que definem características favoráveis à implementação das intervenções.

Segundo o *modelo racional*, um contexto favorável à implementação e otimização do efeito esperado depende de um planejamento de qualidade, controle hierárquico sobre agentes implementadores, coerência entre expectativas dos gestores em posição de autoridade e comportamentos definidos pela

introdução da intervenção, comunicação adequada dos planos aos agentes de implementação e conformidade entre seus comportamentos e as diretrizes emitidas.

No modelo de *desenvolvimento organizacional*, um contexto favorável se define pela presença de um estilo de gestão participativo, descentralização dos processos de decisão e mecanismos que favoreçam uma boa comunicação. O sucesso da implementação dependerá da capacidade de gerar consenso em torno dos objetivos perseguidos.

O *modelo psicológico* foi desenvolvido a partir da literatura sobre atitudes, mudanças nas atitudes e relação entre atitudes e comportamentos e propõe que a capacidade de uma organização implantar uma intervenção depende de modificações nos fundamentos cognitivos e afetivos da ação organizacional.

No *modelo estrutural*, são atributos organizacionais que definem as condições de implantar uma intervenção com sucesso. Tamanho, centralização, formalização, contexto organizacional (por exemplo, grau de competição) e atributos dos gestores são características organizacionais que influenciam na implementação das intervenções e na eficácia das ações.

No quinto modelo, o *político*, a adoção e implementação de intervenções são consideradas jogos de poder organizacional, cujos resultados representam um ajuste entre pressões internas e externas.

Três desses cinco modelos ou perspectivas teóricas (desenvolvimento organizacional, político e psicológico) foram integrados por Richard *et al.* (2004) em três níveis de análise organizacional: macro, intermediário e micro.

3 Em especial a linha que se autodenomina realista-crítica. Ver os textos “There is more to methodology than method” (Potvin e Bisset, 2008) e “Context as a fundamental dimension of health promotion program evaluation” (Poland e Frohlich, 2008).

O *nível macro* envolve a *análise política do papel dos atores e instituições* que, embora possam não estar diretamente relacionados ao processo de implementação, afetam a organização e a equipe do programa cujo suporte é essencial para assegurar uma implementação exitosa. O *nível intermediário* foca a *unidade organizacional* envolvida no processo de implementação. Examina-se, nesse nível, a coerência entre a inovação a ser implementada e as estruturas, processos e normas da organização. O *nível micro* enfatiza as *características dos profissionais* responsáveis pela implementação, seu *background* e experiência e suas atitudes e crenças. Os autores propõem que essa integração dos três modelos mostra-se efetiva na demonstração de como aspectos contextuais influenciam as formas de implementação (Richard *et al.*, 2004).

Apesar do reconhecimento de que fatores contextuais são importantes na análise e avaliação de implementação, Bisset e Potvin (2007) criticam a literatura, pois, segundo essas autoras, programas são tipicamente representados como entidades estáticas que são mais dependentes das decisões feitas durante o planejamento do que parece ocorrer de fato. Outra crítica realizada pelas autoras diz respeito à ênfase excessiva dada aos aspectos técnicos dos programas, em detrimento dos processos sociais envolvidos e seu impacto sobre o planejamento e implementação.

Segundo elas, os interesses dos atores envolvidos são componentes essenciais no desenvolvimento de um programa e na compreensão dos fatores que contribuem para o sucesso de uma intervenção (Potvin *et al.*, 2003; Bisset e Potvin, 2007). O formato do programa é associado aos interesses dos atores sociais implicados e seus interesses mudam como resultado de novas oportunidades de ação e desafios, sendo a mudança desenvolvida pelos atores em interação com

estruturas institucionais, organizacionais e culturais (Bisset e Potvin, 2007). Ademais destacam que, ao se adaptar aos interesses dos vários atores envolvidos, elementos críticos de sustentabilidade ou efetividade emergem nos programas. Muitas vezes, é das negociações que tomam lugar no processo de implementação que compromissos vitais em torno de uma política pública se viabilizam, determinando seus resultados (Atkinson *et al.*, 2005).

Brousselle e Champagne (2007) identificaram, em um estudo específico, a diferença entre a implementação de um projeto e seu desenho e atribuíram tal diferença à apropriação dos distintos elementos constitutivos da intervenção pelos atores. Observaram que o processo de implementação dependeu de jogos e relações de poder preexistentes à intervenção. Identificaram também zonas de dificuldade de implementação caracterizadas como zonas de negociação ou espaços onde a incerteza sobre o caminho final a ser trilhado existia devido à confrontação de diferentes relações de poder entre atores. Os autores chamam a atenção para a importância do reconhecimento dessas zonas de incerteza como *loci* privilegiados para se observar as estratégias, interesses e relações de poder entre os atores (Brousselle e Champagne, 2007). A explicação dessas zonas pode elucidar a dinâmica organizacional e fornecer elementos para compreender a dinâmica geral da intervenção.

Lições aprendidas

A pesar de se identificar distintas gerações de estudos de implementação, não se deve fazer crer que suas contribuições se sobreponham e se superem, necessariamente. As distintas gerações fornecem um arsenal heurístico que ilumina distintos problemas envolvidos na prática e na pesquisa da im-

plementação de políticas públicas. Os estudos de primeira geração deram visibilidade à incerta relação entre objetivos e expectativas projetados na enunciação de uma política pública e seus desdobramentos efetivos. Tais relações foram o centro das propostas analíticas da segunda geração, que logrou explicitar importantes fluxos, recíprocos, de ações e recursos, entre centros decisórios e agentes locais. A integração dos mundos macro e micropolítico, e dos tomadores de decisão e agentes implementadores, foi o desafio – em aberto – da chamada terceira geração. Desta, antevê-se uma crítica mais geral à própria concepção de fases do processo político, apontando para modelos menos duros e mais contextualizados na própria definição do objeto de investigação.

É importante destacar que a implementação e a avaliação de políticas públicas não devem ser vistas simplesmente como parte de um processo linear e que a separação entre a formulação, como momento de disputas políticas, a implementação, como desdobramento administrativo de decisões prévias, e a avaliação, como aferição de conformidade com o planejado ou de efeitos líquidos da intervenção, deve ser superada. A problemática envolvida na implementação vai além das preocupações com a obediência às decisões formalizadas no estatuto legal ou seu cumprimento estrito. Enfatiza-se a superação das concepções lineares e etapistas, excessivamente racionalistas, que conferem *a priori* um sentido à política, tomando os objetivos declarados no enunciado da política como sua justificativa objetiva – muitos são os atores e, portanto, objetivos em ação numa política em implementação.

Muitos dos textos aqui revisados parecem trabalhar com a preocupação de que os estudos sobre políticas estejam voltados a subsidiar a tomada de decisões, tomando os *inputs* da avaliação para a política como um

processo de identificação de problemas e de soluções. Ao mesmo tempo, parecem seguir pressupondo uma divisão entre o planejar e o executar, devendo o avaliador separar e julgar a teoria causal subjacente à política e a conformidade da condução segundo o planejado, oferecendo recomendações para correção de rumo na execução ou orientando uma melhor tomada de decisões.

Não se pode negar que esses sejam objetivos regularmente mencionados para justificar a pertinência e relevância de estudos avaliativos, em geral, e de estudos de implementação, em particular. No entanto, a frequência em que os achados de análises ou avaliações de políticas públicas são utilizados por tomadores de decisão parece ser bastante inferior à magnitude da produção neste campo (Shulock, 1999; Faria, 2005). Shulock (1999) e Faria (2005) sugerem que há usos legítimos para as avaliações, alternativos ao uso para solução de problemas; por exemplo, como instrumento do processo democrático, por meio da geração de conhecimento e aprendizagem por parte dos diferentes envolvidos.

Nesse mesmo sentido, deveríamos desafiar a visão de que o campo da avaliação se resume a perspectivas gerencialistas. Como discutido, certos autores e correntes mais recentes dão elevada importância aos atores, processos e contextos envolvidos nas intervenções, abandonando o pessimismo típico dos modelos de conformidade e correção de rumos.

Concordamos com Bisset e Potvin (2007) quando destacam que, nas últimas décadas, noções como racionalidade e linearidade diminuíram consideravelmente na literatura de implementação de políticas públicas. A literatura atual constrói uma conceituação do processo de implementação como uma longa e complexa cadeia de pontos de decisão envolvendo atores com

valores que competem, interesses conflitantes e diferenciais de poder que resultam em transformações inevitáveis entre a intenção da política e a realidade prática.

Os processos pelos quais as intenções das políticas públicas são transformadas em práticas são reconhecidamente complexos e entrecortados por fatores de distintas ordens – organizacionais, políticos, técnicos, estruturais e psicológicos. Como sugere Medina (1987), o emprego conjunto de modelos que foquem distintas ordens de fatores, como aqui exemplificado no trabalho de Richard *et al.* (2004), poderia resultar na composição de quadros “caleidoscópicos” que amplificassem a riqueza e o poder analítico dos estudos de implementação.

Como exemplo, no campo das políticas públicas, pode-se buscar inspiração nas noções centrais do *Advocacy Coalition Framework* e da matriz ambiguidade-conflito. Do primeiro, a noção de que o processo das políticas opera em estruturas que se mantêm estáveis por um certo período de tempo, e que ações substanciais, conduzidas por coalizões de atores, ocorrem nessa estrutura. Do último, a ideia da escolha das ferramentas teóricas como função de elementos particulares nos diversos contextos de implementação e a defesa de que a pesquisa em implementação deve se referir a alguma política específica.

Paralelamente, da avaliação de programas, destaca-se a importância de compreender o contexto de implementação, ou melhor, as variações nos contextos de implementação, e as apropriações que os agentes sociais fazem das intervenções – ou seja, a forma como entendem os mecanismos causais subjacentes à política proposta e mesmo as adaptações que realizam – como elementos centrais para a explicação das formas as-

sumidas pela intervenção a cada momento e das mediações por meio das quais uma intervenção específica produz seus resultados (esperados ou não).

Assim, na interface dos campos, pode-se definir implementação como processo que se desdobra historicamente, por meio de ações desempenhadas por agentes que, em cada momento particular dessa trajetória, ocupam posições (ou se encontram em situações) específicas que lhes possibilitam (ou os impedem de) avançar, modificar, contrapor, ou mesmo abandonar os objetivos ou os rumos de ação preconizados no documento de referência. A partir dessa definição, pode-se estudar a implementação por meio da descrição da trajetória específica da intervenção em foco – das ações realizadas ou desencadeadas em resposta à sua enunciação e das estruturas e condições sob as quais tais ações se desenrolam – e da construção de uma narrativa analítica que seja capaz de circunscrever o escopo de ações e eventos relevantes à compreensão de seu sentido e explicar a emergência de novas estruturas.

Estudos de implementação podem ser valiosas ferramentas de aprendizado sobre políticas, elucidando tanto a contribuição de componentes técnicos das intervenções sobre os resultados observáveis quanto a importância da participação dos agentes implementadores e grupos externos ao contexto estrito da intervenção na conformação da ação concreta desencadeada pelas políticas públicas. Nesse sentido, entende-se que descrições mais completas e interpretações mais profícuas dos fenômenos políticos devem ser buscadas e que tais empreitadas não se distanciam das possibilidades de explicação dos fenômenos em análise.

Referências bibliográficas

- ARRETCHE, Marta. (2003), “Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, (51): 7-9.
- ATKINSON, Sarah; COHN, Amélia *et al.* (2005), “Implementation of Promotion and Prevention Activities in Decentralized Health Systems: Comparative Case Studies from Chile and Brazil”. *Health Promotion International*, 20, (2): 167-75.
- BARRETT, Susan M. (2004), “Implementation Studies: Time for a Revival? Personal Reflections on 20 Years of Implementation Studies”. *Public Administration*, 82, (2): 249-262.
- BISSET, Sherril; POTVIN, Louise. (2007), “Expanding our Conceptualization of Program Implementation: Lessons from the Genealogy of a School-Based Nutrition Program”. *Health Education Research*, 22, (5): 737-46.
- BROUSSELLE, Astrid; CHAMPAGNE, François. (2007), “How Was the UNAIDS Drug Access Initiative Implemented in Chile?”. *Evaluation and Program Planning*, 27: 295-308.
- BURKE, Peter. (2002), “Context in Context”. *Common Knowledge*, 8, (1): 152-77.
- CHEN, H T. (1990), *Theory-Driven evaluations*. Newbury Park (EUA), Sage.
- DENIS, Jean-Louis; CHAMPAGNE, François. (1997), “Análise da implantação”, in Z. M. A. Hartz (org.), *Avaliação em saúde: Dos modelos conceituais à prática na análise de implantação de programas*, Rio de Janeiro, Fiocruz.
- ELMORE, Richard F. (1980), “Backward Mapping: Implementation Research and Policy Decisions”. *Political Science Quarterly*, 94, (4): 601-16.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (2003), “Ideias, conhecimento e políticas públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, (51): 21-30.
- _____. (2005), “A política da avaliação de políticas públicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, (59): 97-109.
- FREY, Klaus. (2000), “Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21: 211-59.
- HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; VIEIRA DA SILVA, Ligia Maria. (2005), *Avaliação em saúde: Dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde*. Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Editora Fiocruz.
- HOGWOOD, Brian; GUNN, Lewis. (1984), *Policy Analysis for the Real World*. Oxford (Reino Unido), Oxford University Press.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M. *et al.* (2009), *Studying Public Policy: Policy Cycle & Policy Subsystems*. Toronto, Oxford University Press.
- KINGDON, John W. (1984), *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Boston, Little Brown.
- KIVINIEMI, Markku. (1986), “Public Policies and Their Targets: Typology of the Concept of Implementation”. *International Social Science Journal*, 38, (2): 251-65.
- LESSA, Renato. (2011), “Da interpretação à ciência: Por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”. *Lua Nova*, 82: 17-60.
- LIPSKY, Michael. (1980), *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*. Nova York, Russel Sage Foundation.

- LOVE, Arnold. (2004), "Implementation Evaluation", in J. S. Wholey; H. P. Hatry; K. E. Newcomer (orgs.), *Handbook of Practical Program Evaluation*, São Francisco, Jossey-Bass.
- MATLAND, Richard E. (1995), "Synthesizing the Implementation Literature: The Ambiguity-Conflict Model of Policy Implementation". *Journal of Public Administration Research and Theory*, 5, (2): 145-74.
- MAZMANIAN, Daniel; SABATIER, Paul A. (1989), "A Framework for Implementation Analysis", in D. Mazmanian; P. A. Sabatier (orgs.), *Implementation and Public Policy*, Lanham (EUA), University Press of America.
- MCLAUGHLIN, Milbrey W. (1987). "Learning From Experience: Lessons From Policy Implementation". *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 9, (2): 171-8.
- MEDINA, Ana Maria. (1987), "Modelos e lentes: Uma discussão sobre a análise de implementação de políticas públicas". *Análise & Conjuntura*, 2, (1): 40-55.
- OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. (2006), "Desafios do planejamento em políticas públicas: Diferentes visões e práticas". *Revista de Administração Pública*, 40, (1): 273-88.
- OLIVEIRA, Luisa Gonçalves Dutra de; NATAL, Sonia *et al.* (2010), "Modelo de avaliação do programa de controle da tuberculose". *Ciência e Saúde Coletiva*, 15, supl. 1: 997-1008.
- O'TOOLE, Laurence J. (2000), "Research on Policy Implementation: Assessment and Prospects". *Journal of Public Administration Research and Theory*, 10, (2): 263-88.
- POLAND, Blake; FROHLICH, Katherine L. *et al.* (2008), "Context as a Fundamental Dimension of Health Promotion Program Evaluation", in L. Potvin; D. McQueen (orgs.), *Health Promotion Evaluation Practices in the Americas*, Nova York, Springer.
- POTVIN, Louise; BISSET, Sherri. (2008), "There Is More to Methodology than Method", in L. Potvin; D. McQueen (orgs.), *Health Promotion Evaluation Practices in the Americas*, Nova York, Springer.
- POTVIN, Louise, CARGO; Margaret *et al.* (2003), "Implementing Participatory Intervention and Research in Communities: Lessons from the Kahnawake Schools Diabetes Prevention Project in Canada". *Social Science & Medicine*, 56: 1295-305.
- PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. (1984), *Implementation: How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland*. Berkeley, University of California Press.
- RICHARD, Lucie; LEHOUX, Pascale *et al.* (2004), "Implementing the Ecological Approach in Tobacco Control Programs: Results of a Case Study". *Evaluation and Program Planning*, 27: 409-21.
- SABATIER, Paul A. (2005), "From Policy Implementation to Policy Change: a Personal Odyssey", in Á. Gornitzka *et al.* (eds.), *Reform and Change in Higher Education: Analysing Policy Implementation*, Dordrecht (Países Baixos), Springer.
- SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank C. (1999), "The Advocacy Coalition Framework: An Assessment", in P. A. Sabatier (org.), *Theories of the Policy Process*, Boulder (EUA), Westview.
- SAETREN, Harald. (2005), "Facts and Myths About Research on Public Policy Implementation: Out-of-Fashion, Allegedly Dead, But Still Very Much Alive and Relevant". *Policy Studies Journal*, 33, (4): 559-82.
- SEIBEL, Erni José; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G. (2007), "Concepção do estado e escolha da metodologia de avaliação em políticas públicas". Trabalho apresentado no 12º Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, Sociedade Brasileira de Economia Política.

- SHULOCK, Nancy. (1999), "The Paradox of Policy Analysis: If It Is Not Used, Why Do We produce so Much of It?". *Journal of Policy Analysis and Management*, 18, (2): 226-45.
- SILVA, Pedro Luiz Barros; MELLO, Marcus André Barreto de. (2000), "O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: Características e determinantes da avaliação de programas e projetos". *Caderno NEPP-Unicamp*, 48: 1-16.
- SOUZA, Celina. (2003a), "'Estado do campo' da pesquisa em políticas públicas no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, (51): 15-20.
- _____. (2003b), "Políticas públicas: Questões temáticas e de pesquisa". *Caderno CRH*, 39: 11-24.
- _____. (2006), "Políticas públicas: Uma revisão da literatura". *Sociologias*, 8, (16): 20-45.
- _____. (2008), "O estado da arte da pesquisa em políticas públicas", in G. Hochman; M. Arretche; E. Marques (orgs.), *Políticas públicas no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- VIANA, Ana Luiza. (1996), "Abordagens metodológicas em políticas públicas". *Revista de Administração Pública*, 30, (2): 5-43.
- VIANA, Ana Luiza d'Ávila; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. (2008), "Análise de políticas de saúde", in L. Giovanella, S. Escorel et al. (orgs.), *Políticas e sistema de saúde no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- VIEIRA DA SILVA, Lígia Maria. (2005), "Conceitos, abordagens e estratégias para a avaliação em saúde", in Z. M. A. Hartz; L. M. Vieira da Silva (orgs.), *Avaliação em saúde: Dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde*, Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Editora Fiocruz.
- WALT, Gill. (1996), *Health Policy: An Introduction to Process and Power*. Joanesburgo/Londres: Witwatersrand University Press/Zed Books.

Artigo recebido em 25/09/2012

Aprovado em 13/09/2013

Resumo

Políticas Públicas e Avaliação de Implementação

As visões bastante difundidas da implementação como a mera tradução administrativa e gerencial de políticas previamente formuladas e adotadas e da avaliação como aferição da conformidade ou dos efeitos líquidos da intervenção apresentam sérias limitações. Elas dificultam a compreensão do que ocorre entre o planejamento e suas consequências observáveis e implicam um reducionismo dos processos políticos envolvidos. Este artigo visa à redução da lacuna existente na literatura em língua portuguesa sobre implementação e avaliação de políticas públicas. Neste sentido, realiza uma revisão da literatura internacional tendo como eixos orientadores o campo das políticas públicas e o da avaliação de programas. Em primeiro lugar, abordam-se aos principais debates sobre implementação no campo das políticas públicas levando em consideração suas distintas gerações de estudos. Em seguida, são analisados os conceitos e perspectivas caros à avaliação da implementação e aos modelos para análise de contexto. O artigo indica que a avaliação de programas não se resume a perspectivas "gerencialistas". Ao desafiar as noções de racionalidade técnica e linearidade dos processos, o campo tem possibilitado a abordagem de dimensões pouco exploradas do fenômeno político envolvido na avaliação e implementação de políticas públicas, o que amplia seu poder interpretativo e explicativo.

Palavras-chave: Implementação; Políticas Públicas; Análise de políticas públicas; Avaliação; Contexto.

Abstract

Public policies and implementation evaluation

The widespread conceptions of implementation as mere administrative and managerial translation of previously formulated and adopted policies, and of evaluation as measurement of the intervention effects or of its conformity, present serious limitations. They hinder our understanding of what takes place between planning and its observable effects, implying a reductionism of the political processes involved. This article aims at narrowing the existing gap in the literature in Portuguese language on public policies' implementation and evaluation, offering an overview of the international literature in the fields of Public Policy Analysis and Program Evaluation. First, the article considers the main debates concerning implementation, taking into account the different generations of studies in this field. Second, it discusses concepts and perspectives regarding evaluation and its models for context analysis. In conclusion, the article points out that program evaluation cannot be restricted to a 'managerial' perspective. According to the authors, challenging the notions of technical rationality and linearity of the processes enhances our interpretative and explanatory power to understand the political phenomena involved in policy implementation and evaluation.

Keywords: Implementation; Public Policies; Policy Analysis; Evaluation; Context.

Résumé

Politiques publiques et évaluation de mise en place

Les points de vue les plus répandus à propos de l'exécution de politiques publiques considérées en tant que simple traduction administrative et de gestion de politiques préalablement formulées et adoptées, et de leur évaluation en tant que contrôle de la conformité ou des effets de l'intervention, présentent une série de limitations. Elles compliquent la compréhension qui a lieu entre la planification et ses conséquences observables et impliquent en un réductionnisme des processus politiques impliqués. Cet article a pour but de réduire la lacune existante dans la littérature en langue portugaise sur la mise en place et l'évaluation de politiques publiques. Il propose une révision de la littérature internationale dans le domaine des politiques publiques et de l'évaluation de programmes. L'article aborde, tout d'abord, les principaux débats à propos de la mise en place de programmes dans le domaine des politiques publiques tout en considérant les différentes générations d'études. Il se penche ensuite sur les concepts et les perspectives employés dans l'évaluation de la mise en place et des modèles pour l'analyse de contexte. L'article indique que l'évaluation de programmes ne se résume pas à des perspectives « de gestion ». En défiant les notions de rationalité technique et de linéarité des procès, le domaine des politiques publiques permet l'abordage de dimensions peu explorées du phénomène politique engagé dans l'évaluation et la mise en place de ces politiques, ce qui amplifie leur pouvoir interprétatif et explicatif.

Mots-clés: Mise en place ; Politiques Publiques ; Analyse de politiques publiques ; Évaluation ; Contexte.

Introdução

A vida cotidiana de uma sociedade está cheia de acontecimentos que, a princípio, contam com potencial noticiável. Dia a dia, convivemos com milhares de situações, fatos e acontecimentos que competem por difusão nos meios de comunicação. Ainda hoje, após a primeira década do século XXI e apesar dos importantes avanços tecnológicos no campo da comunicação social, especialmente com o desenvolvimento da internet, a mídia se encontra limitada em sua possibilidade de dar suporte físico ao fluxo de acontecimentos que experimenta uma comunidade. De fato, a possibilidade de existência de um canal ou suporte que permita a transmissão massiva, de maneira unificada, inteligível e comercialmente sustentável, da totalidade das percepções e informações que ocorrem em uma sociedade contemporânea parece impossível. Na prática, a mídia impõe um processo de cerceamento a esse fluxo de temas que resultam na saliência de alguns deles e na ausência de outros no tratamento da mídia. Miguel e Biroli escreveram:

A partir de um conjunto de normas e valores que definem o que é noticiável e quem compõe a notícia, os meios de comunicação (especificamente o jornalismo) *conferem distinção* na medida em que tornam visíveis determinadas personagens. (Miguel e Biroli, 2010, p. 697)

Essa afirmação refere-se à visibilidade dos diferentes atores políticos na mídia, po-

rém permite ilustrar de maneira mais geral a relação entre a realidade e a cobertura da mídia. Outros autores têm descrito esse processo como um jogo de soma zero: dado que o espaço da mídia é limitado, o tratamento de um tema implicaria a ausência de outro na cobertura (Zhu, 1992).

Diferentes pesquisadores das ciências sociais, entre eles cientistas políticos, procuraram esclarecer quais são os efeitos que a mídia de massas tem sobre os leitores e suas considerações políticas. Mas é só com o texto de Maxwell McCombs e Donald Shaw “The agenda-setting function of mass media” (1972) que a atenção é dirigida ao efeito que essa limitação dos temas da realidade tem sobre a política nacional em geral e as considerações dos eleitores em particular.

Desde aquela publicação, as perguntas em torno da função de *agenda-setting* ganharam interesse e espaço nos estudos da área. A teoria elaborada pelos professores americanos sobre o poder que têm os meios de comunicação para influir na configuração do debate público tem sido revisitada por diversos autores e corroborada empiricamente em inúmeras pesquisas.

O crédito da teoria sobre *agenda-setting* reside, em maior medida, em ultrapassar o debate entre duas tradições predominantes na literatura sobre os efeitos da mídia da época. Por um lado, derrubando a antiga hipótese da “agulha hipodérmica”, segundo a qual os meios de comunicação determina-

riam o que pensam os espectadores e leitores; por outro, propondo ao mesmo tempo uma superação da teoria dos efeitos mínimos, mediante a instalação da noção de transferência de prioridades. Os próprios autores asseguraram que esses primeiros trabalhos se basearam numa já célebre frase de Bernard Cohen: “a imprensa não tem muito sucesso em dizer para as pessoas o que elas têm de pensar, mas é muito bem-sucedida em dizer para seus leitores sobre o que eles têm de pensar”¹ (Cohen, 1963).

McCombs e Shaw se apropriaram dessa afirmação e a transformaram em hipótese de seu estudo original para assinalar a relação de influência que a mídia exercia sobre os eleitores americanos durante a eleição de 1968. Como destaca Rodrigues, “este estudo sugeria que os eleitores aprendem não só o factual, mas o grau de importância de um assunto, com o que leem ou veem. Foi observada uma correlação substancial entre os temas enfatizados pelos *media* e o que os eleitores consideravam como temas-chave da eleição”. (Rodrigues, 1997, p. 30). De acordo com essas primeiras pesquisas, o processo de *agenda-setting* foi definido como a capacidade da mídia de influir na estruturação do pensamento dos cidadãos, de tal maneira que o conjunto de assuntos sobre os quais a imprensa foca sua atenção no tratamento da notícia tende a ser considerado importante pelas pessoas. A causa principal desse fenômeno seria a incapacidade dos indivíduos de se informar da política e conhecer os candidatos sem a mediação dos meios de comunicação.

Mas essa primeira hipótese, uma vez que não conseguia captar a complexidade dos fenômenos que tentava explicar, foi cedendo espaço a novas definições e a novas aborda-

gens, que culminaram com o reconhecimento do próprio McCombs de que a influência da mídia sobre a opinião pública não se limita ao “peso” que os cidadãos dão aos diferentes assuntos políticos. James W. Dearing e Everett Rogers (1996) realizaram um esforço por sistematizar a abundante bibliografia sobre *agenda-setting*, procurando dar maior organicidade a esse grupo de estudos inaugurado na década de 1970. No estudo, os autores descrevem três agendas: a) a agenda midiática (*media agenda*), definida pela ordem de prioridade que os meios de comunicação designam aos temas na hora de informar; b) a agenda pública (*public agenda*), relacionada com a estruturação de temas que a audiência considera importantes, ou seja, a percepção dos temas que merecem atenção da opinião pública; e c) a agenda política ou institucional (*policy agenda*), definida como a hierarquização de intenções políticas e a percepção de quais temas devem ser objeto de ação por parte do Estado.

Segundo esses autores, existem três tradições de pesquisa dentro da teoria do agendamento, que correspondem a essas três agendas. A primeira delas reúne o trabalho clássico de McCombs e Shaw e as análises da influência da mídia sobre a opinião pública. A segunda surge com os estudos de Cobb e Elder (1983) sobre *agenda-building* e tenta explicar como se configura a agenda política. Derksen y Gartrell (1993), Baumgartner e Jones (1993) e Kingdon (1995) também realizaram aportes significativos nesta área. A terceira tradição está vinculada aos intentos de clarear os determinantes da agenda da própria mídia. Segundo Dearing e Rogers, a inquietude pela agenda da mídia surgiu em 1981, durante o *International Communication Association Meeting*. O próprio

1 Tradução própria.

McCombs (2009) tentou dar algumas respostas a essa questão.

Primeira tradição de estudos sobre agenda-setting

Como já dito, o texto pioneiro de McCombs e Shaw (1972), fundador da primeira dessas tradições, tinha como principal preocupação demonstrar a ligação entre as prioridades da mídia e dos eleitores em uma campanha presidencial na localidade de Chapel Hill (Carolina do Norte, Estados Unidos). Inspirados em estudos precedentes da área, como os trabalhos de Walter Lippmann (1922), Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) e Lang e Lang (1959), os professores americanos partiram da hipótese de que a mídia provavelmente teria uma limitada influência na direção e na intensidade das atitudes, mas contaria com a capacidade de influir na consideração pública da ordem de prioridade dos temas da campanha política, intervindo na valoração da importância ou a saliência das atitudes referentes aos assuntos públicos. O estudo consistiu na realização de uma pesquisa de opinião sobre uma amostra de 100 indivíduos da comunidade local de Chapel Hill, no marco da campanha eleitoral americana de 1968, em que Richard Nixon enfrentou o candidato democrata Hubert Humphrey. Na pesquisa, pretendeu-se identificar a importância que os entrevistados outorgavam a cada um dos 15 assuntos de política sugeridos. A lista de assuntos foi conformada a partir de um estudo realizado previamente, no qual se tentou definir quais eram os temas de maior tratamento nos diferentes meios de comunicação massiva (televisão, jornais e revistas políticas).

Finalmente, o estudo de correlação das variáveis permitiu corroborar a hipótese sugerida pelos autores:

Os leitores aprendem não só sobre um determinado assunto, mas também sobre quanta importância dar a esse assunto a partir da quantidade de informação em uma notícia e sua posição. Ao refletir o que os candidatos estão dizendo durante a campanha, a mídia de massa pode muito bem determinar a questões importantes, isto é, a mídia pode definir a agenda da campanha. (McCombs e Shaw, 1972, p. 176)

A teoria do agendamento foi rapidamente acolhida pela comunidade acadêmica. Naquele tempo, os cientistas se voltaram para o estudo das influências que os meios de comunicação exerciam na opinião pública. Muitos pesquisadores das diferentes disciplinas das ciências sociais começaram a adotar os argumentos, os pressupostos e até a metodologia empregada naquele texto fundacional. De acordo com McCombs, “Rogers, Dearing, e Bregman (1993) identificaram mais de 200 artigos sobre *agenda-setting* na literatura das ciências sociais desde a publicação do texto seminal de McCombs e Shaw, em 1972” (McCombs, 1993, p. 59). Grande parte deles tentou confirmar os achados de Chapel Hill. Os próprios McCombs e Shaw realizaram um novo estudo, publicado em 1977, que corroborou as conclusões do primeiro e permitiu descobrir que a conversa entre os cidadãos potenciava os efeitos do processo de agendamento, pois os temas dessa conversa estavam fortemente vinculados com a cobertura das notícias. Um segundo conjunto de estudos tentou achar explicações para o efeito de agendamento.

Como já foi dito, aquele rápido sucesso pode ser explicado, principalmente, tendo-se em conta os antecedentes diretos dentro dos estudos sobre comunicação de massas. Com efeito, a hipótese do processo de agendamento surge como uma tentativa de achar uma resposta aos pontos obscuros nos pressupostos da teoria dos efeitos mínimos. Segundo Holli Semetko (1996), com o fim da Segunda Guerra Mundial, os cientistas

políticos e comunicólogos começaram a se perguntar sobre os efeitos da comunicação de massas nos cidadãos. A experiência do nazismo e o uso da publicidade na mobilização das massas alemãs levou a muitos pesquisadores a abordar a mídia como sendo capaz de determinar as opiniões e os pensamentos dos eleitores de uma forma direta. As principais explicações sobre a matéria alertavam sobre os perigos que a massificação da comunicação, especialmente a popularização da televisão como canal informativo, significava para a democracia. Afirmava-se que os novos meios de comunicação massiva tinham um efeito ilimitado sobre os receptores, o que permitia moldar ou dirigir suas consciências políticas de acordo com o interesse de quem tivesse seu controle.

Porém, os primeiros estudos empíricos foram contundentes em negar a relação de dependência entre as duas variáveis tal como fora desenhada pelos defensores da velha teoria da agulha hipodérmica. Em 1944, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet realizaram uma extensa pesquisa em que colocaram em questão os efeitos da mídia sobre as opiniões políticas dos cidadãos americanos. Os pesquisadores conseguiram demonstrar que as maiores incidências sobre a formação de decisões e opiniões dos indivíduos provêm do entorno direto dos indivíduos, quer dizer, seu círculo de relações mais próximas. Consequentemente, não foram observados os efeitos da mídia que o paradigma da época tinha predito. A grande surpresa que significaram essas descobertas provocou uma reação na comunidade acadêmica, que, já na década de 1960, adotou rapidamente uma nova posição, oposta ao paradigma da agulha hipodérmica.

Em 1963, a obra de Bernard Cohen *The Press and Foreign Policy* é a primeira em esboçar a noção de estruturação das preferências temáticas. Seu trabalho significa uma defini-

tiva quebra com a tradição laswelliana e com a figura clássica da agulha hipodérmica, que interpretava que os meios de comunicação estabeleciam uma relação causal com as opiniões da audiência. No novo consenso da área de estudos, liderado por Lazarsfeld e popularizado com o nome de “teoria dos efeitos limitados”, a mídia só teria implicações mínimas, desconsideráveis, sobre os receptores. Segundo Azevedo:

Como consequência dessa nova hegemonia, os efeitos da comunicação de massa foram repensados e minimizados e o principal foco de análise foi deslocado para a análise dos grupos primários e as relações sociais entre os membros da audiência. (Azevedo, 2004, p. 52)

Durante os primeiros anos da década de 1970, imersa nesse estado da arte, a teoria do agendamento tem o mérito de pular por cima desse debate, recolocando a questão da influência dos meios de comunicação sobre os receptores, mas trazendo a novidade de deslocar o olhar que estava sobre os efeitos diretos para os processos cognoscitivos do pensamento, e chamando a atenção sobre a capacidade que têm os meios de comunicação para influir indiretamente, antes que de persuadir de forma direta. Especificamente, essa influência se traduz na importância que as pessoas outorgam aos diversos tópicos de atualidade. Os estudos de opinião sobre a importância que os cidadãos declaram para cada um dos temas de campanha, confrontados com análises do espaço que ocupam esses mesmos temas nos conteúdos publicados pelos meios de comunicação, ofereceram uma clara constatação da hipótese de que o efeito de correlação entre o que a opinião pública considera prioridade e o que é priorizado na cobertura dos meios de comunicação aumenta com a exposição midiática.

Além disso, a teoria do agendamento resulta atrativa para os estudiosos das relações

que existem entre a política e os meios de comunicação porque permite dotar de conteúdo específico o conceito de influência, que tantas vezes foi invocado pela ciência política e outras disciplinas ao longo do século XX, mas geralmente como uma categoria ambígua, difusa e até, em alguns casos, vácuca. Na primeira fase da teoria de *agenda-setting*, a influência que meios de comunicação têm sobre os eleitores é definida como processos de estruturação do pensamento que alteram a saliência dos assuntos políticos considerados pelos cidadãos.

O conceito de saliência refere-se à importância que os atores sociais outorgam a um tema ou *issue*. Servindo-se do conceito de agenda, pressupõe-se a possibilidade de adjudicar, a cada um dos atores envolvidos neste processo, a pretensão de colocar no debate público um complexo de temas que mereceriam a atenção na arena política. Ao interior de cada um desses complexos, os assuntos públicos se ordenariam hierarquicamente, de acordo com a valoração da saliência e a pretensão de prioridade que cada um desses agentes revela, explícita ou implicitamente. A influência da mídia corresponderia à capacidade de influir nesse processo de valoração das saliências por parte do eleitorado, alterando a estrutura hierárquica dos *issues* no interior da agenda da opinião pública a partir da maior ou menor cobertura de um tema na própria agenda da mídia.

Como exemplo, Zhu (1992) conseguiu demonstrar que a consideração da importância dos temas por parte dos cidadãos americanos variava conforme a atenção dos temas por parte da mídia. O pesquisador realizou um amplo estudo que combinou dados de 17 pesquisas de opinião junto com análise realizada do diário *The New York Times* e quatro informativos televisivos, entre junho de 1990 e abril de 1991. O teste considerou três *issues*: o déficit do orçamento federal, o

conflito no Golfo Persa e a recessão econômica. Os dados coletados por Zhu indicaram que a preocupação pela guerra durante o período estudado cresceu de acordo com a maior atenção do tema por parte da imprensa nacional. O mesmo caso se registrou com o interesse dos americanos sobre o déficit da administração pública e a informação disponível sobre o tema.

Essa tradição de estudos foi a mais prolífica, já que foi corroborada em numerosos casos. Novos avanços demonstraram que a correlação entre a agenda da mídia e a agenda da opinião pública é significativamente mais forte em contextos de desconhecimento do tema por parte do receptor (Weaver, 1977; McCombs, 2009). A mídia tem, portanto, maior capacidade para influir na maneira como as pessoas organizam sua ordem de prioridades em relação àqueles tópicos mais desconhecidos por elas, ou, como afirma Gerardo Dorantes, esta transferência de saliências será mais importante

[...] sempre que exista uma grande necessidade de orientação informativa por parte das audiências e o nível de discussão interpessoal seja baixo. Este resultado também é indiretamente proporcional à distancia entre o sujeito e o evento refletido no meio de comunicação de que se trate. (Dorantes, 2008, p. 82)

Também Traquina (2001) ressalta que os efeitos do agendamento sucedem com pessoas que tenham uma grande necessidade de informação sobre um determinado assunto. Dessa maneira, a variável da necessidade de orientação complementa parte do leque da teoria com respeito à capacidade de explicar como alguns atores são mais influenciáveis pela mídia que outros.

Nos últimos anos, uma nova tendência ganhou espaço dentro dessa tradição. Os pesquisadores começaram a notar que, além de os temas terem uma determinada saliência

cia, também possuem diferentes atributos. Como afirma Paulo Liedtke,

com a evolução dos estudos sobre o agendamento, muitos pesquisadores foram introduzindo análises sobre o enquadramento, uma vez que não bastava somente identificar se a mídia de fato influenciava ou não a opinião pública. (Liedtke, 2006, p. 71)

De acordo com o autor, os enquadramentos podem ser definidos como as características e propriedades que completam o quadro de um assunto no momento de seu tratamento para a produção da notícia. A novidade que traz essa ideia da fixação dos atributos reanima a velha discussão entre uma mídia todo-poderosa e a perspectiva dos efeitos limitados, já que tem a ver com os graus de influência da agenda mediática na opinião pública. Para McCombs, “tanto a seleção dos objetos para conquistar a atenção como a seleção dos atributos para descrever aqueles objetos são papéis poderosos do agendamento” (2009, p 113).

A partir desses novos avanços na teoria, o autor ressalta a necessidade de relativizar a clássica citação de Cohen com a qual se ilustrou sempre a hipótese da teoria de *agenda-setting*. McCombs sugere levar em conta a existência de uma segunda dimensão no processo de agendamento, a transmissão de saliências de atributos, que poderia influir na forma em que são valorizados os assuntos. Os meios não só poderiam nos dizer sobre o que pensar, mas também de que forma pensar sobre aqueles objetos apresentados em suas agendas. Essa linha de pesquisa adotará os pressupostos da teoria do *framing* para o estudo dessa segunda dimensão do processo de *agenda-setting*.

Para Raquel Rodríguez Díaz (2004), “esta segunda dimensão tem feito com que a

teoria de *agenda-setting* se renove se e destaque sobre outras muitas que analisam os efeitos dos meios de comunicação” (Díaz, 2004, p.65)². A autora assinala que a inclusão dos pressupostos da teoria do *framing* amplia as capacidades da hipótese do agendamento, porque acrescenta a dimensão subjetiva das respostas emocionais influenciadas pela mídia. Porém, é importante salientar que atualmente existe um debate em torno da possibilidade de fundir os estudos de enquadramento com a teoria de *agenda-setting*.

Azevedo resume os pressupostos que caracterizam as análises da teoria do agendamento:

Basicamente, a ideia-força implícita na noção de *agenda-setting* é a de que: a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b) ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos ou negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (*issues*) importantes num determinado período de tempo. (Azevedo, 2004, p. 52)

Ainda que, para ser bem específico, como se verá ao longo deste apartado, nessa colocação sejam descritas só as propriedades da primeira tradição de estudos dentro dessa teoria.

Por outro lado, Autores como Holli Semetko (1996), e Jennings Bryant e Dolf Zillmann (2002) resgatam a função de *priming* da mídia, assim denominada por Iyengar e Kinder em 1987. O conceito se refere à capacidade da mídia em influenciar o clima de opinião no qual é apresentada a notícia. Os autores abordaram as condições em que

2 Tradução própria.

acontecem mudanças nos parâmetros pelos quais os cidadãos avaliam os candidatos e os acontecimentos políticos. O *priming* pode ser descrito como um efeito de curto prazo que orienta os primeiros achados e valorações, as primeiras impressões que um indivíduo tem sobre os temas tais como são apresentados pelos meios de comunicação:

O termo "*priming*" foi definido amplamente por Fiske e Taylor, em 1984, como os efeitos de um contexto anterior sobre a interpretação e a reconstituição das informações, e, mais detalhadamente, por Iyengar e Kinder, em 1987, como alterações nos padrões utilizados pelo público para avaliar os líderes políticos. (Semetko, 1996, p. 232)³

Para Tewksbury e Scheufele (2007), existem duas razões pelas quais o *priming* é concebido normalmente como uma extensão da teoria do agendamento. Em primeiro lugar, porque as duas tentam explicar os efeitos duradouros da maior visibilidade das notícias nas audiências. A teoria do *priming* compartilha com a teoria de *agenda-setting* o pressuposto de que os julgamentos políticos dos indivíduos são influenciados fortemente pelas saliências que os meios de comunicação outorgam aos diversos temas. Em segundo lugar, porque o *priming* pode ser considerado como um efeito de longo prazo do processo de agendamento. Ao salientar determinados temas sobre outros, a mídia pode promover mudanças nos parâmetros de avaliação política dos eleitores.

Por outro lado, Rodríguez Díaz (2004) ressalta que, assim como acontece no primeiro nível da agenda,

esse tipo de efeito não afeta todos os indivíduos da mesma forma. Iyengar e Kinder (1987) descobriram que as pessoas mais experientes consomem

mais informação, mas o efeito de *priming* não é tão forte nelas. Ao contrário, aqueles que são menos informados são os que acusam com mais força este efeito. (Díaz, 2004, p.67)⁴

Desdobramentos dos estudos de agendamento. Os estudos de agenda-building e a configuração da agenda da mídia

A segunda tradição de estudos de agendamento nasceu principalmente das perguntas em torno da inovação em políticas públicas. A constatação de que era possível identificar também uma ordem de prioridades nos âmbitos governamentais levou os pesquisadores da ciência política a apresentar a ideia de uma agenda institucional ou de governo. Esses trabalhos tentaram esclarecer o processo de transferência de saliências, mas tomando, desta vez, a opinião pública como variável independente, juntamente com a agenda dos meios de comunicação. A principal hipótese foi na direção de identificar as ferramentas com que contam a população e a mídia de massas para chamar a atenção do governo sobre determinados temas.

Roger Cobb e Charles Elder ressaltaram a influência do processo de agendamento sobre a política. Com o conceito de *agenda-building*, desenvolvido primeiro no texto "The politics of agenda-building", de 1971, e logo revisado no livro *Participation in American Politics*, de 1972, referem-se ao processo pelo qual é constituída a ordem de prioridades que dá lugar ao conjunto de políticas do Estado. No artigo de 1971, os autores propõem subdividir o conceito de agenda política. Em um primeiro momento, eles declaram: "Nós temos usado o termo 'agenda' para nos referir a uma série de controvérsias políticas que

3 Tradução própria.

4 Tradução própria.

serão vistas como pertencentes ao conjunto de preocupações legitimadas que merecem a atenção do governo” (Cobb e Elder, 1971, p. 905)⁵. Porém, nos parágrafos seguintes aclaram que essa definição corresponde à agenda sistêmica, que é só um dos significados que podem ser atribuídos à agenda.

Em segundo lugar, os autores sugerem o conceito de agenda institucional, que é caracterizada como um conjunto de itens concretos dispostos para a consideração ativa e a atuação de um órgão de decisão. Nesse sentido, pode-se assinalar que, na prática, é possível observar uma multiplicidade de agendas institucionais. A mais importante no que tange ao campo da política é a agenda do governo, mas também é de se destacar a transcendência da agenda legislativa, especialmente em sistemas presidencialistas, já que as possibilidades de os parlamentares configurarem uma agenda própria, relativamente autônoma do poder executivo, aumentam com respeito aos sistemas parlamentaristas, nos quais a presença do chefe de governo no congresso é maior. Segundo Cobb e Elder, “o Congresso, depois só do presidente, é a maior instituição em iniciar e criar questões políticas e projetá-las em um debate cívico nacional” (Cobb e Elder, 1971, p.907)⁶.

A perspectiva sugerida por Cobb e Elder surge da preocupação colocada por Bachrach e Baratz (1962) sobre o *pre-decisional process* ou processo “pré-político” pelo qual é definido o conjunto de temas a serem atendidos pelo governo. Ao longo do trabalho, os autores descrevem os líderes políticos, os partidos e os meios de comunicação como atores-chave no processo de construção da agenda política.

Alguns anos mais tarde, em 1984, John Kingdon resgatou o conceito de *agenda-building* identificando três fluxos que possibilitam o ingresso de uma questão na agenda de governo: a) o fluxo de problemas, b) o fluxo de soluções e c) o fluxo político. Para o autor, a confluência desses três fluxos pode significar a abertura de uma janela de oportunidades para o ingresso de um assunto na agenda de decisões políticas. No texto de Kingdon, os meios de comunicação mantiveram certo lugar entre os fatores que podem influir indiretamente na configuração da agenda política. No entanto, esse lugar não foi descrito como sendo tão significativo. Segundo Kingdon, “a mídia relata o que está acontecendo no governo, em geral, em vez de ter um efeito independente nas agendas governamentais” (Kingdon, 1995, p. 59)⁷.

Na mesma linha de análise, a obra de Frank Baumgartner e Bryan Jones, *Agendas and Instability in American Politics* (1993), propõe uma abordagem diferente da sugerida por Kingdon sobre o papel que a mídia de massas tem na conformação da agenda política. Para esses autores, a agenda política caracteriza-se pela existência de períodos de estabilidade, em que certas áreas da política adquirem preeminência sobre outras, de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Esses equilíbrios prolongados estão ameaçados pela existência latente de outros interesses que subjazem na arena política e que podem provocar uma repentina mudança no *status quo*, na medida em que representam ideias inovadoras, capazes de alcançar um novo consenso sobre os assuntos mais importantes da política. Na linha do argumento de Cobb e Elder (1971), Baumgartner e Jones

5 Tradução própria.

6 Tradução própria.

7 Tradução própria.

(1993) asseguram que a mídia ocupa um papel muito relevante porque tem a capacidade de dirigir a atenção pública sobre determinados assuntos e de provocar súbitas mudanças nos temas mais abordados. Esse fenômeno poderia favorecer a conformação de novos consensos e acelerar a decadência dos velhos acordos sobre quais áreas da política são as mais relevantes.

Por último, na concepção de Dearing e Rogers, o nascimento da terceira tradição de pesquisas na órbita das teorias de agendamento trouxe a pergunta acerca dos elementos que participam na conformação da agenda da própria mídia. Os autores começaram a procurar explicações sobre os processos de construção do que os textos pioneiros chamavam de “agenda da mídia”. Um dos principais interessados nessa questão foi o próprio McCombs, que escreveu a respeito:

Os padrões de cobertura da notícia que definem a agenda da mídia resultam das normas e tradições do jornalismo, as interações diárias entre as organizações de notícias, e as contínuas interações de organizações de notícias com numerosas fontes e suas próprias agendas. E por causa de que os jornalistas, em sua rotina, costumam olhar sobre seus ombros para validar seu senso de notícia observando o trabalho de seus colegas, especialmente o trabalho dos membros da elite da imprensa, como os de *The New York Times*, *Washington Post* e as redes nacionais de televisão, esse ponto inclui o agendamento intermídia, a influência mútua entre os meios de comunicação. (McCombs, 2009, p. 548)

A metáfora utilizada por McCombs (2009) para explicar como se modela a agenda dos meios é a das “camadas de uma cebola”. Segundo o autor, o coração da cebola representa a agenda mediática, que se encontra rodeada por folhas concêntricas que correspondem às diferentes instâncias de influência.

Ilustração 1.
Variáveis na configuração da agenda da mídia. Metáfora da cebola



Fonte: McCombs, 2009

Cada uma dessas camadas se encontra mais próxima ao núcleo que a anterior, isto significa que existe uma sorte de cadeia sequencial, que implica que os elementos mais longínquos do núcleo possuem um poder de influência menor, e são peneirados pelas camadas mais próximas antes de chegar ao núcleo, quer dizer, a influenciar na agenda dos meios. Nas camadas exteriores da cebola se encontram as fontes noticiosas externas (governo, fontes políticas e seus órgãos de comunicação etc.). Nas camadas mais profundas, McCombs ressalta a existência de interações que ocorrem nos diversos veículos e meios de comunicação entre si. “Em boa medida estas interações validam e reforçam as normas sociais e as tradições do jornalismo. Estas normas e tradições [...] definem as regras para o modelamento da agenda da mídia” (McCombs, 2009, p.154).

A tradição de estudos de agendamento no Brasil

De acordo com Maia e Agnez (2010), A hipótese de *agenda-setting* se tornou popular no Brasil a partir do movimento “Direitas Já” e o retorno da democracia, quando os debates em torno dos efeitos da mídia ganharam destaque, e teve um novo e singular impulso com o processo de *impeachment* ao presidente Fernando Collor de Mello. Os primeiros estudos brasileiros que referem ao processo de agendamento datam de 1995 (Barros Filho) e 1997 (Hohlfeldt). A barreira do idioma significou um obstáculo para que a hipótese se tornasse conhecida no país antes da década de 1990. Porém a partir da tradução de textos como *Teorias da comunicação* de Mauro Wolf (originalmente publicado em 1985 e traduzido em 1987), dos aportes de autores portugueses como Nelson Traquina, e o trabalho de Barros Filho e Hohlfeldt, o acesso a este campo de estudos se ampliou para os pesquisadores brasileiros.

Barros Filho dedica um capítulo do seu livro *Ética na comunicação: da informação ao receptor* a analisar o conceito de *agenda-setting* e sua implicância no contexto das teorias da comunicação. Mas o texto de Hohlfeldt é provavelmente o primeiro artigo de um autor brasileiro dedicado exclusivamente a analisar a questão de *agenda-setting*. Na publicação, o pesquisador propõe um percurso breve e preciso pelo desenvolvimento da hipótese partindo da apresentação dos trabalhos de Maxwell McCombs e Donald Shaw. No artigo, Hohlfeldt descreve os principais pressupostos e avanços da hipótese e coloca em discussão seu caráter de teoria, por ser aberta e flexível, resenhando as vantagens dessa flexibilidade.

A obra do português Nelson Traquina também teve muito mérito na popularização da tradição de estudos inaugurada pelos professores de Chapel Hill. O livro *Teorias do jornalismo* teve grande aceitação na comunidade acadêmica brasileira. No texto, ele utiliza pela primeira vez o termo “agendamento” para traduzir o conceito elaborado por McCombs e Shaw. Ao contrário do caso espanhol, em que a tradução do conceito de *agenda-setting* foi muito debatida e finalmente rejeitada, o termo sugerido pelo pesquisador português foi aceito rapidamente.

Depois da publicação desses trabalhos é que começam a ser publicadas inúmeras pesquisas empíricas baseadas nessa tradição de estudos e que analisam casos de agendamento no país. Maia e Agnez tentaram mapear o estado da questão no Brasil a partir de artigos divulgados em revistas acadêmicas nacionais. Em total, as autoras identificaram trinta e quatro publicações dedicadas à análise de um processo de agendamento no Brasil entre 2005 e 2009. As autoras conseguiram detectar que a grande maioria dos trabalhos sobre *agenda-setting* realizados no país estão relacionados à primeira

tradição de estudos, quer dizer, à análise do processo pelo qual a mídia agenda a opinião pública. Em particular, mais da metade dos trabalhos analisados partiram dos novos pressupostos desenvolvidos por McCombs (2009), “retornando à defesa de que os meios de comunicação determinam não somente o que pensar, mas como devemos pensar” (Maia e Agnez, 2010, p. 5).

Um dos tópicos mais pesquisados no país é o papel da mídia nas campanhas eleitorais. Azevedo (2004) estuda a influência da mídia na campanha presidencial de 1998, e Figueiredo (2008) analisa a o comportamento de dois jornais de Recife na cobertura das eleições de 2004 na capital pernambucana. Outros trabalhos (Rodrigues, 1997; Liedtke, 2006) procuraram analisar as influências entre a agenda da política e a agenda da mídia, com diferentes perspectivas.

Sem dúvidas, a grande dívida do campo no Brasil é a insuficiente integração dos trabalhos produzidos no país. Maia e Agnez observam que a grande maioria dos trabalhos na órbita da hipótese do agendamento não mencionam outros textos ou autores locais sobre a matéria. Isso se traduz em um impedimento para a acumulação do conhecimento e a evolução da teoria no país.

Paradoxos da linearidade da teoria de agenda-setting

Com a pergunta sobre quem determina a agenda da mídia, no que Dearing e Rogers identificaram como a terceira tradição de estudos dos processos de agendamento, o círculo das três agendas começou a se fechar, conseguindo um panorama mais completo das relações entre elas, quase duas décadas depois da pesquisa sobre a eleição em Chapel Hill. Porém, isso não significa que a análise das relações entre política e mídia esteja resolvida. Rodríguez Díaz (2004) reuniu uma

série de críticas recebidas pela teoria através dos quase 40 anos que transcorreram desde sua aparição. Entre elas, uma das mais significativas foi a de Lang e Lang (1981), que refletiu acerca da falta de clareza na colocação de Cohen, já mencionada neste capítulo. Segundo os autores, não é tão fácil – como foi sugerido pela teoria – separar, de um lado, o conjunto de temas sobre os que as pessoas pensam, e, de outro lado, como as pessoas pensam sobre esses temas.

Por outro lado, José Luis Dader (1992) sintetizou quatro pontos fracos da teoria de *agenda-setting*:

- a) Além de existir um debate em torno do *time-frame*, ou do tempo necessário para que aconteça o processo de transferência de saliências, não há estudos extensos sobre os efeitos do fenômeno. Até o momento, não existe nenhuma análise que realize um seguimento anual do processo.
- b) Praticamente nenhum estudo teve a intenção ou a capacidade de analisar as variáveis centrais de forma isolada adequadamente. Na maioria dos casos, não é possível discernir se os indivíduos analisados estiveram submetidos a outros meios de comunicação, ou a outras fontes de informação.
- c) Não existem estudos que dediquem atenção à relação entre os elementos ausentes na imprensa e nas agendas oficiais.
- d) Grande parte dos estudos estiveram limitados a estudar situações de contenda eleitoral. Em consequência, o processo de agendamento fora desse contexto não está suficientemente desenvolvido pela literatura sobre o tema.

A integração das três tradições de pesquisa acerca dos processos de *agenda-setting* parece um tanto problemática quando se

apresenta a agenda da mídia como sendo, em primeiro plano, uma variável independente, influenciando nas agendas pública e política, para logo abordá-la como uma variável dependente, sujeita a transferências de saliências por parte da política.

Isso sugere um paradoxo metodológico de difícil solução dentro da ótica da teoria do agendamento, que analisa as relações entre as três agendas em termos de hipóteses lineares, unidirecionais, como intenta ilustrar a Tabela 1. Se se tenta articular o conhecimento acumulado nas três tradições da teoria de *agenda-setting*, o achado mais significativo parece ser a circularidade dos processos de agendamento entre as múltiplas agendas. Mas essa circularidade não pode ser representada de forma acabada pela teoria do agendamento, porque as três hipóteses estão isoladas entre si.

Se a mídia tem a capacidade de agendar tanto a opinião pública quanto os poderes públicos, é também válido dizer que o governo e outros atores políticos conseguem influenciar na agenda da mídia. Mas então, como abordar essa complexa relação de coinfluência a partir de três hipóteses isoladas? Isso conduz a um segundo paradoxo, relacionado com a unidimensionalidade do

processo observado pela teoria do agendamento. Pode se afirmar que os trabalhos de *agenda-setting* sugerem a relação entre uma ou varias variáveis exógenas, preexistentes, anteriores no tempo, e sua consequência observável, seu efeito, numa outra variável, portanto dependente da primeira. Mas como definir qual variável é anterior no tempo e qual o efeito que ela causa?

A teoria de *agenda-setting* introduz a ideia de uma sequência de três momentos: o primeiro, em que as duas variáveis se encontram em equilíbrio; o segundo, em que acontece uma mudança na variável independente, e o terceiro, em que a mudança no primeiro produz um efeito na variável dependente. A circularidade do processo implica que essa sequência começa uma e outra vez, quando o efeito na variável dependente incide na primeira variável, como um processo dialético. O processo de influência entre mídia e política observado pela teoria acontece entre o segundo momento e o terceiro, mas a teoria não repara no que acontece entre o primeiro e o segundo momentos, nem como o círculo recomeça. Isso conduz a uma pergunta sem saída, como o clássico paradoxo do ovo e da galinha. A ausência de questionamentos sobre a origem

Tabela 1.
Descrição das três tradições de estudos de *agenda-setting*, segundo Dearing e Rogers (1996)

	Autores-chave	Variável Independente	Variável Dependente
Primeira tradição (Estudos clássicos de <i>agenda-setting</i> ¹)	McCombs e Shaw (1972)	Agenda da mídia	Agenda pública
Segunda Tradição (Estudos de <i>agenda-building</i>)	Cobb e Elder (1971) Baumgartner e Jones (1993), Kingdon (1995)	Agenda da mídia Líderes de opinião Partidos políticos	Agenda pública
Terceira Tradição (Estudos de configuração da agenda da mídia)	McCombs (2009)	Líderes políticos Fontes políticas Práticas jornalísticas	Agenda pública

Fonte: Elaboração própria

das variações na primeira variável tem seu correlato em uma carência de explicações que tenham em conta elementos essenciais, como os consensos prévios sobre os diversos temas e a consideração social deles, o interesse de lucro da empresa de comunicação e a existência de temas que se impõem às três agendas, como catástrofes, escândalos etc., entre outros assuntos importantes.

Conclusões

Neste artigo foi asseverado que a teoria de *agenda-setting* tem retomado o conceito de “influência” em função de uma articulação do conceito de “agenda de assuntos” com a preocupação pelo efeito da mídia na opinião pública e o processo de tomada de decisões. Os principais autores desta linha de pesquisa identificaram as implicações que a mídia tem sobre a consideração dos temas relevantes para os cidadãos (McCombs e Shaw, 1972). Outros estudiosos focaram as relações entre mídia e política para tentar identificar o efeito que a imprensa tem sobre a tomada de decisões (Cobb e Elder, 1971). Finalmente, o próprio McCombs (2009) destacou a capacidade de o governo influenciar a mídia, quando analisou os processos de construção da agenda midiática.

Assim, a tradição de pesquisas vinculadas à teoria de *agenda-setting* procurou identificar “quem influencia quem”⁸. Mas a maioria dos estudos não consegue abordar essa questão com a complexidade que o assunto exige. Na maioria dos casos, como indicaram Maia e Agnez, os processos de agendamento são estudados como se as mensagens fossem absorvidas “sem nenhuma reação num processo comunicativo considerado

linear e em que cada mensagem é capaz de surtir um efeito discernível e identificável.” (Maia e Agnez, 2010, p. 70). Os acadêmicos têm trabalhado muito em torno de esclarecer quais são os atores que agendam e quais são agendados, mas não têm colocado a mesma intenção em descobrir as características da influência exercida nessa relação.

Neste texto ressaltou-se que analisar as relações entre as três agendas em termos de hipóteses lineares simples entre agendante e agendado implica um paradoxo metodológico. A integração das três tradições da teoria de *agenda-setting* leva, quando menos, a uma concepção circular dos processos de agendamento. Nesse sentido, a política e a mídia estabelecem relações de influência complexas, com diversos canais ou dimensões de influência. Pode-se ilustrar o caráter da relação entre o campo político e o campo da mídia com a imagem de um cabo elétrico, composto por muitos fios de cobre transportando informação nos dois sentidos. Através desses canais vão se sucedendo as influências de forma mútua e simultânea. Mútua, porque as duas agendas acabam sendo influenciadas uma pela outra, e nenhuma constrói sua agenda em forma isolada. Simultânea, porque essas influências são contemporâneas e, principalmente, porque as relações entre as agendas são constantes e não se suspendem no tempo (pelo menos nos sistemas democráticos que protegem a liberdade de imprensa).

Este trabalho procurou colocar no foco os principais avanços no campo de *agenda-setting*, para iluminar os obstáculos no caminho da análise da configuração das agendas e ressaltar os múltiplos fatores em jogo que devem ser tomados em conta neste tipo

8 “Who influence whom: the president, Congress, and the media” é o título de um artigo escrito por George C. Edwards e B. Dan Wood (1999) e dedicado ao estudo das relações de influência mútua entre as agendas da mídia, do congresso e do poder executivo. No texto, os autores colocam em questão o poder do presidente na definição das agendas.

de estudo. Fica o alerta sobre aqueles enfoques que pretendam reduzir as relações entre imprensa e política a esquemas extremamen-

te simples, baseados em hipóteses lineares que nada têm a ver com as complexidades dos processos de agendamento.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando. (2004), "Agendamento da política", in Antônio Albino Canelas Rubim (org.), *Comunicação política: Conceitos e abordagens*, Salvador/São Paulo, Edufba/Editora Unesp.
- AZEVEDO, Nisia Rizzo de. (2009), "Por que caminhos metodológicos trafegam as críticas dos observatórios de mídia". Trabalho apresentado ao 7º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. *Anais...* São Paulo, SBPJor. (CD-ROM)
- BACHRACH, P; BARATZ, M. (1962), "Two Faces of Power". *The American Political Science Review*, 56, (4): 947-52.
- BARBOSA, Suzana; AGUIAR, Sonia. (2009), "Bases de dados jornalísticas e perspectivas de agendamento na web regional?". Trabalho apresentado ao 7º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. *Anais...* São Paulo, SBPJor. (CD-ROM)
- BARROS FILHO, Clóvis de. (1995), *Ética na comunicação*. São Paulo, Summus.
- BAUMGARTNER, F. R.; JONES B. D. (1993), *Agendas and Instability in American Politics*. Chicago/Londres, The University of Chicago Press.
- BECKER, L., McCOMBS, M.; McLEOD, J. (1975), "The Development of Political Cognitions", in S. Chaffee (ed.), *Political Communication: Issues and Strategies for Research*. Beverly Hills (EUA), Sage.
- BENTON, M.; FRAZIER, I. (1976), "The Agenda Setting Function of the Mass Media at Three Levels of 'Information holding'". *Communication Research*, 3, (3): 261-74.
- BONFIM, Willian Silva. (2005), "A agenda das fontes e a agenda jornalística". Trabalho apresentado ao 3º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. *Anais...* Florianópolis, SBPJor. (CD-ROM)
- BRYANT, J.; ZILLMANN, D. (2002), *Media Effects: Advances in Theory and Research*. Mahwah (EUA), Lawrence Erlbaum Associated.
- CANELA, Guilherme. (2007), "Mídia e políticas públicas de comunicação: Uma análise empírica da imprensa brasileira". Trabalho apresentado ao 30º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais...* Santos, Intercom. (CD-ROM)
- COBB, R.; ELDER, C. (1971), "The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory". *The Journal of Politics*, 33, (4): 892-915.
- _____. (1983), *Participation in American Politics: The Dynamics of Agenda-Building*. Baltimore (EUA), Johns Hopkins University Press.
- COHEN, B. (1963), *The Press and Foreign Policy*. Princeton (EUA), Princeton University Press.
- COOK, Timothy. (2005), *Governing with the News: The News Media as a Political Institution*. Chicago, The University of Chicago Press.
- DADER, José Luis. (1992), *El periodista en el espacio público*. Barcelona, Bosch.
- DEARING, J. W.; ROGERS, E. M. (1996), *Communication Concepts 6: Agenda-Setting*. Thousand Oaks (EUA), Sage.

- DERKSEN L.; GARTRELL J. (1993), "The Social Context of Recycling". *American Sociological Review*, 58, (3): 434-42.
- DÍAZ, Raquel Rodríguez. (2004), *Teoría de la "agenda-setting": Aplicación a la enseñanza universitaria*. Madri, Observatorio Europeo de Tendencias Sociales.
- DORANTES, G. L. (2008), "La construcción de la agenda de poder". *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, L, (204): 77-99.
- EDWARDS, George C. III; WOOD, B. Dan (1999), "Who Influences Whom? The President, Congress, and the Media". *The American Political Science Review*, 93, (2): 327-44.
- FIGUEIREDO, Carlos. (2008), "Agendando as eleições: O jornalismo e as imagens da política". Trabalho apresentado ao 31º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais...* Natal, Intercom. (CD-ROM)
- GITLIN, T. (1980), *The Whole World is Watching*. Berkeley (EUA), University of California Press.
- HOHLFELDT, Antonio. (1997) "Os estudos sobre a hipótese de agendamento". *Revista FAMECOS*, 7: 42-51.
- IYENGAR, S; KINDER, D. (1987), *News that Matters: Television and American Opinion*. Chicago, University of Chicago Press.
- KINGDON, J. W. (2003), *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Nova York, Longman.
- LANG, G. E.; LANG, K. (1981), "Watergate: An Exploration of the Agenda-Building Process", in G. Wilhoit; H. de Bock (eds.), *Mass Communication Review Yearbook: Volume 2*, Newbury Park (EUA), Sage.
- LAZARSELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. (1948), *The People's Choice*. Nova York, Columbia University Press.
- LIEDTKE, Paulo F. (2006), *Governando com a mídia: Duplo agendamento e enquadramento no governo Lula (2003-2006)*. Tese de doutorado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.
- LIPPMANN, W. (1997, v.o. 1922), *Public Opinion*. Nova York, Free Press.
- MAIA, K.; AGNEZ, L. (2010), "Agenda setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos". *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação/ E-Compós* 13 (3).
- McCOMBS, Maxwell. (2009), *A teoria da agenda: A mídia e a opinião pública*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1972), "The Agenda-Setting Function of Mass Media". *The Public Opinion Quarterly*, 36, (2): 176-87.
- _____. (1993), "The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas". *Journal of Communication* 43, (2): 58-69.
- McCOMBS, M.; SHAW, D. (2000), "A função do agendamento dos media", in Nelson Traquina, *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*, Coimbra (Portugal), Minerva.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2010), "Visibilidade na mídia e campo político no Brasil". *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 53, (3): 695-735.
- PORTO, Mauro P. (2004), "Enquadramentos da mídia e política", in Antônio Albino Canelas Rubim (org.), *Comunicação política: Conceitos e abordagens*, Salvador/São Paulo, Edufba/Editora Unesp.
- RODRIGUES, M. (1997), *Imprensa, Congresso e democracia*. Dissertação de mestrado, Brasília, Universidade de Brasília, UnB.
- ROGERS, E.; DEARING, J.; E BREGMAN, D. (1993), "The Anatomy of Agenda-Setting Research". *Journal of Communication*, 43, (2): 68-84.

- SEMETKO, Holli A. (1996), "Investigación sobre tendencias de la *agenda-setting* en los noventa.", in A. Muñoz-Alonso; J. I. Rospir, *Comunicación política*. Madri, Universitas.
- SHAW, D.; MARTIN, S. (1992), "The Function of Mass Media Agenda Setting". *Journalism Quarterly*, 69, (4): 902-20.
- SOUZA, Lincoln Morais de. (2006), "A agenda e as agendas no Brasil". *CRONOS*, 7, (1): 79-101.
- TEWKSBURY, D.; SCHEUFELE, D. A. (2007), "Framing, Agenda Setting, & Priming: Agendas for Theory and Research". *Journal of Communication*, 57, (1): 9-173.
- TRAQUINA, Nelson. (2001), *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo (RS), Editora Unisinos.
- WEAVER, David. (1977), "Political Issues and Voter Need for Orientation", in Donald Shaw e Maxwell McCombs (eds.), *The Emergence of American Political Issues*, St. Paul (EUA), West.
- WOLF, Mauro. (1999), *Teorias da comunicação*. 5ª edição, Lisboa, Presença.
- ZHU, Jian-Hua. (1992), "Issue Competition and Attention Distraction: A Zero-Sum Theory of Agenda-Setting". *Journalism Quarterly*, 69, (4): 825-36.
- ZHU, Jian-Hua; BLOOD, Deborah. (1996), "Media Agenda-Setting Theory: Review of a 25-Year Research Tradition". *Perspectives*, 8: 97-149. Disponível em: <<http://hkjo.lib.hku.hk/exhibits/show/hkjo/browseArticle?book=b2772041x&issue=100013>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Artigo recebido em 05/09/2012

Aprovado em 16/10/2013

Resumo

Revisitando os Estudos de Agenda-Setting, 40 Anos Depois

O presente artigo propõe um percurso analítico pelo desenvolvimento da hipótese de *agenda-setting*, quarenta anos após do pioneiro trabalho "The *agenda-setting* function of mass media" (1972). O objetivo do texto é mapear esse campo de estudos, identificando os avanços e fraquezas da hipótese do agendamento. A conclusão apresenta um esboço crítico e oferece algumas considerações sobre a natureza da relação entre agendas.

Palavras-chave: opinião pública; cobertura da mídia, *agenda-setting*; *agenda-building*; efeitos da mídia.

Abstract

Revisiting the studies of agenda-setting, after 40 years

The article presents an analytical path concerning the development of the 'agenda setting' hypothesis, forty years after the pioneer work "The Agenda-Setting of Mass Media" (1972). The purpose of the text is to map this field of study, pointing to the progresses and weaknesses of McCombs and Shaw's hypothesis. The conclusion presents a critical analysis offering some considerations about the nature of the relationship between agendas.

Keywords: Public Opinion; Agenda-setting; Media effects; Agenda-building; News Coverage.

Résumé

Les Études de l'Agenda-Setting Revisités 40 Ans Plus Tard

Cet article propose un parcours analytique par le développement de l'hypothèse de l' *agenda-setting*, quarante ans après le premier travail « The *agenda-setting* function of mass media » (1972). L'objectif du texte est d'identifier ce domaine d'études tout en indiquant les avancées et les faiblesses de l'hypothèse de la mise en place d'un agenda. La conclusion présente une esquisse critique et offre quelques considérations sur la nature de la relation entre agendas.

Mots-clés: opinion publique ; couverture des médias ; *agenda-setting* ; *agenda-building* ; effets des médias.

O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica

Anita Handfas¹

Julia Polessa Maçaira²

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica no Brasil³. Por produção científica entendemos a atividade intelectual sistemática, amparada por instrumental teórico e metodológico, cujos resultados contribuem para a circulação de ideias e ampliação do conhecimento sobre a temática pesquisada. Coerentes com esse pressuposto, utilizamos como base de consulta e análise dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas em programas de pós-graduação entre 1993 e 2012, totalizando 41 dissertações e duas teses⁴.

Entendemos que essas pesquisas representam o que há de mais sistemático na produção científica sobre o ensino de sociologia no Brasil e, por esse motivo, sua análise pode nos oferecer elementos importantes para a

compreensão do estado da arte sobre essa temática. As dissertações de mestrado e as teses de doutorado constituem-se em importante material de análise quando se trata não só de estimar o quadro de evolução das pesquisas sobre ensino de sociologia como também de identificar as principais temáticas de estudo, as bases epistemológicas, as metodologias de pesquisa adotadas e os referenciais teóricos de análise.

O crescimento da produção acadêmica sobre ensino de sociologia, particularmente a partir da década de 2000, não tem sido acompanhado de balanços críticos que possam fazer um diagnóstico, no sentido de levantar aspectos relevantes e as lacunas dessa produção. No levantamento da bibliografia, encontramos o trabalho de Silva (2002) que foi a primeira a realizar um mapeamento do debate nos periódicos de ciências sociais e educação, em um recorte temporal bem mais

1 Professora da Faculdade de Educação da UFRJ, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes – LabES (www.labes.fe.ufrj.br)

2 Professora da Faculdade de Educação da UFRJ, coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes – LabES (www.labes.fe.ufrj.br) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

3 Esse trabalho contou com a colaboração da equipe de bolsistas e pesquisadores do LabES, a quem agradecemos: Bárbara de Souza Fontes, Beatriz Muniz Gesteira, Gabriela Montez de Holanda, Manuella Maria Santos Miguel da Silva, Vinícius Carvalho Lima e Ruan de Oliveira Coelho.

4 A lista de teses de doutorado e dissertações de mestrado analisadas encontra-se no anexo do presente artigo. O levantamento teve como fonte de pesquisa o banco de teses da Capes durante os meses de janeiro a junho de 2013. Dessa forma, ainda que outras dissertações de mestrado tenham sido defendidas nesse período, elas ainda não constavam do banco e, portanto, não foram consideradas no presente estudo. Por outro lado, podemos afirmar que não ocorreu nenhuma mudança quantitativa substancial nesse período.

longo do que o aqui proposto – de 1940 a 2001, portanto bem anterior ao quadro de expansão já mencionado. Em seguida, o trabalho de Moraes (2003), que, muito embora já chamasse a atenção para a necessidade de o campo se deslocar de uma perspectiva mais empírica para outra mais analítica, não se deteve propriamente na análise de uma produção que àquela altura ainda estava longe de se consolidar. Mais recentemente, Caregnato e Cordeiro (2011), divulgaram resultados parciais de pesquisa da produção do conhecimento sobre o ensino de sociologia, ampliando um pouco mais a sua base empírica ao considerarem também as dissertações e teses que investigaram as trajetórias profissionais de egressos dos cursos de graduação em Ciências Sociais. Também Handfas (2011) valeu-se de uma produção acadêmica em franca expansão e realizou uma análise preliminar dessa produção, muito mais focalizando os aspectos quantitativos do que fazendo uma análise qualitativa dessa produção.

Dessa forma, pretendemos neste artigo traçar um perfil da produção científica, nos cursos de pós-graduação, sobre ensino de sociologia, no sentido de investigar como essa problemática tem sido tratada nas pesquisas, quer do ponto de vista teórico, identificando os principais referenciais, quer do ponto de vista metodológico, identificando as técnicas de pesquisa adotadas. Interessa-nos também identificar os atores envolvidos no processo de defesa pública dessas pesquisas, buscando situar como tem se dado a circulação desse conhecimento no campo científico, tanto no campo das ciências sociais como no campo educacional.

Muito embora os estudos denominados “estado da arte” possam ser questionados quanto ao seu alcance, na medida em que muitas vezes se apoiam em leituras parciais de uma dada produção científica, avaliamos que a sua pertinência se dá pela necessidade de co-

nhecermos a trajetória de um campo de estudos, cuja produção de conhecimento cresce conforme o debate sobre o retorno da sociologia nos currículos escolares se intensifica no início da década de 2000. Entendemos que essa produção de tendência crescente necessita ser mapeada e analisada, de modo a tornar conhecido um campo que ainda precisa ser caracterizado.

Nessa direção, podemos denominar nossa pesquisa como de caráter exploratório, pois se trata de um campo de estudos desconhecido entre os próprios pares, assim como na comunidade científica das ciências sociais. De acordo com Gil (2008),

as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (p. 46)

Avaliamos que o campo de estudos sobre o ensino de sociologia ainda é pouco conhecido, justificando, portanto, um estudo exploratório que possa servir como uma primeira aproximação, de modo a fornecer uma visão geral e avançar na formulação de algumas hipóteses de pesquisas, buscando responder questões como:

- O que tem condicionado o interesse pelas pesquisas sobre o ensino de sociologia?
- Como tem se dado a inserção dessa temática nos programas de pós-graduação?
- O que vem sendo pesquisado?
- Quais são os referenciais teóricos e metodológicos empregados nas pesquisas?
- É o ensino de sociologia um objeto de estudo das ciências sociais?

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, vamos apresentar um panorama da produção acadêmica de teses e dissertações na área, refletindo, ainda que de maneira

breve, sobre a dinâmica dessa produção acadêmica e sobre os impactos do tema do ensino de sociologia no campo mais geral das pesquisas das ciências sociais, em especial no campo da sociologia da educação. Na segunda parte, vamos explicitar os procedimentos metodológicos adotados para, em seguida, analisar a produção científica levantada. Finalmente, nas conclusões, teceremos algumas considerações.

1. O percurso da pesquisa sobre o ensino de sociologia na pós-graduação

Neste item pretendemos percorrer brevemente os caminhos da pesquisa sobre o ensino de sociologia na educação básica. Como veremos mais adiante, essa produção tem crescido de forma considerável a partir da década de 2000, com teses e dissertações na pós-graduação e com resultados que se apresentam em diversos fóruns de discussão, estaduais e nacionais. Um exame mais detalhado dessa produção indica que as pesquisas são provenientes principalmente de programas de pós-graduação em educação e em sociologia, com oscilações entre um e outro ao longo das duas décadas. Vamos nos deter nesse ponto mais adiante.

As pesquisas que se dedicaram a traçar um panorama da produção acadêmica brasileira sobre as questões educacionais são unânimes em dizer que há uma oscilação na valorização da educação como objeto de estudo pelos sociólogos no país, indicando a descontinuidade dos estudos sobre educação nas ciências sociais no Brasil, ao contrário de outros países⁵.

O contexto da década de 1930 foi especialmente importante no que diz respeito ao interesse pelos temas educacionais do país. No entender dos intelectuais, a experiência do movimento constitucionalista de 1932 teria inaugurado uma nova fase no cenário político do país colocando na ordem do dia a montagem de um aparato educacional que fosse capaz de atender as novas demandas no plano político e social. Não é à toa que vem de São Paulo o grito de empresários e intelectuais pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934, seguida da criação da Universidade de São Paulo nesse mesmo ano. Em paralelo, o Movimento da Escola Nova, liderado por diversos intelectuais, representou igualmente um esforço concentrado da pesquisa sociológica sobre temas educacionais (Corrêa, 1988).

Os balanços indicam também a existência de um “período fértil” (Cunha, 1992), na década de 1950, quando o tema educação contribuiu decisivamente para a institucionalização das ciências sociais no Brasil. Em 1952, à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos⁶, Anísio Teixeira passou a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa, estimulando a criação de centros regionais de pesquisa. Registra-se também a publicação da revista *Educação e Ciências Sociais* entre 1956 e 1962, e o prestígio de intelectuais que dedicavam importância ao tema, tais como Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes.

Um evento decisivo é destacado por Cunha (1992) para explicar o deslocamento das questões educacionais das ciências sociais para a pesquisa educacional. O autor atribui à reforma universitária de 1968 a separação

5 Dentre os balanços da sociologia da educação no Brasil destacam-se os trabalhos publicados nos *Cadernos CEDES* nº 27, 1992, e na coletânea *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-2002) - Volume 4*, 2002.

6 Criado em 1937, passou a se chamar Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, em 1972.

dos cursos das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e, em decorrência, a segregação institucional da pedagogia e o declínio da sociologia da educação. Talvez por esse motivo, as décadas de 1970 e 1980 são tidas como um período de recuo da produção científica das ciências sociais em torno da problemática educacional (Martins, 1992, 2002).

Cunha argumenta também que a educação gozou de pouco prestígio nas ciências sociais na década de 1990 devido a vários fatores, entre os quais destacam-se: os cientistas sociais não se viam como educadores; a didática era desprezada pelos cientistas sociais, pois o ensino era compreendido como “improvisação” e poderia depender do talento do professor; e por fim que, no Brasil, as pesquisas educacionais no campo das ciências sociais sempre foram induzidas pelos governos (Cunha, 1992).

Concordando que a educação é um objeto rejeitado pela sociologia, Gouveia (1992) aposta na hipótese de “causação circular” para o fenômeno, uma vez que se, por um lado, o desinteresse dos cientistas sociais teria ocasionado a autossuficiência das faculdades de Educação no trato dos problemas educacionais, por outro, essa tendência acabou por reforçar a negação desses pesquisadores pelas questões educacionais como objeto de estudo das ciências sociais.

Outro aspecto interessante a ser destacado diz respeito ao perfil intelectual dos pesquisadores da área educacional, que segundo Neves (2002) seria caracterizado pela conexão entre conhecimento e ação. Ou seja, os sociólogos dedicados ao estudo dessa temática também estariam envolvidos com a intervenção social, seja através de políticas públicas, seja atribuindo à escola e ao professor um papel fundamental na manutenção ou nas mudanças sociais.

De um modo geral, os fatores apontados pelos autores para situar os caminhos percor-

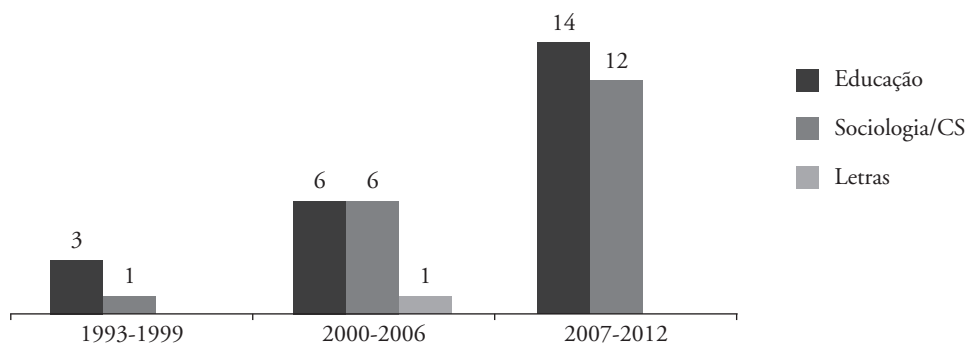
ridos pela temática educacional na pesquisa sociológica e educacional podem nos ajudar a entender o movimento pendular identificado na produção acadêmica entre os programas de pós-graduação (PPG) em sociologia e educação.

Do ponto de vista quantitativo, nosso balanço indicou que a década de 1990 apresenta um desequilíbrio entre as pesquisas oriundas de programas de pós-graduação em educação e os programas de pós-graduação em sociologia ou ciências sociais. Entretanto, na década seguinte, observamos uma alteração nesse quadro, entre 2000 e 2006, quando registramos o mesmo número de pesquisas produzidas nos dois programas de pós-graduação, seguida de nova alteração da tendência na outra metade dessa década, uma vez que entre 2007 e 2012 cresceu o número de pesquisas produzidas nos programas de pós-graduação em educação, em relação às pesquisas oriundas dos programas de sociologia ou ciências sociais. Observamos, portanto, que entre as 43 dissertações e teses sobre ensino de sociologia, vinte e três foram produzidas em PPGs de educação (53%), e dezenove nos PPGs de sociologia ou ciências sociais (44%). O gráfico a seguir demonstra essa variação por intervalos.

Como podemos notar, a diferença entre os dois programas não é tão acentuada, e o acompanhamento que temos feito no quadro nacional, nos permite, de certa forma, afirmar que nos próximos anos, com a conclusão de dissertações e teses em andamento, esse quadro poderá se equilibrar novamente, chegando até mesmo a uma inversão dessa relação.

Certamente esses dados não são suficientes para avaliarmos precisamente os caminhos trilhados pela pesquisa, na pós-graduação, sobre o ensino de sociologia, e por essa razão consideramos importante agregar outro elemento a esse quadro. Con-

Gráfico nº 1
Produção acadêmica, por programa de pós-graduação, 1993-2012.



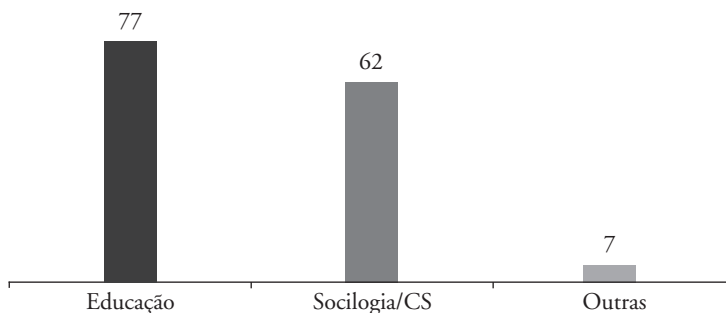
Fonte: Banco de teses da Capes. Elaboração das autoras.

sideramos que o mapeamento dos componentes das bancas de defesa das dissertações de mestrado e das teses de doutorado pode nos ajudar a entender, para além do aspecto quantitativo, como esse conhecimento produzido pelas pesquisas está circulando entre os campos das ciências sociais e da educação. As defesas de dissertações e teses envolveram 146 professores, entre orientadores e membros das bancas, de 34 instituições de ensino

superior do Brasil. O gráfico a seguir indica a relação dos componentes de bancas por área.

Identificamos aqui também certo equilíbrio entre o quadro de professores de programas de pós-graduação em educação e em sociologia que compuseram as bancas, o que pode indicar que a circulação do conhecimento científico sobre o ensino de sociologia pode estar situada na fronteira entre as ciências da educação e as ciências sociais.

Gráfico nº 2
Distribuição de componentes de bancas por programa de pós-graduação (1993-2012)



Fonte: Portal Capes. Elaboração das autoras.

Com efeito, se os dados quantitativos sobre a distribuição das pesquisas – principalmente nos programas de pós-graduação em educação e sociologia – e os dados relativos à filiação institucional dos componentes das bancas nos apresentam pistas interessantes para situar o tema ensino de sociologia na pós-graduação, eles ainda são insuficientes, pois não nos permitem avaliar as tendências teóricas e metodológicas predominantes nas pesquisas. Consideramos que essa caracterização nos ajudará a compreender esse quadro, verificando inclusive se os limites imprecisos entre a pesquisa educacional e a pesquisa sociológica identificados até agora estão presentes igualmente nos aspectos teórico e metodológico. É o que será feito no próximo item.

2. Critérios adotados na análise da produção acadêmica

Para fins desse estado da arte consideramos somente aquelas pesquisas que trataram estritamente do ensino de sociologia na educação básica. Tal opção exige que façamos um breve esclarecimento. A produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica tem se dedicado prioritariamente a analisar sob diferentes dimensões a presença da disciplina na escola básica, o que implica investigar sua história como disciplina escolar, os problemas concernentes à transposição didática dos conteúdos para o contexto escolar, ou ainda as questões relacionadas à formação do professor de sociologia. Entretanto, deslocando o foco das questões mais restritas do ensino de sociologia, é possível encontrar estudos que, se não têm como ob-

jeto de investigação o ensino de sociologia, de alguma maneira contribuem para uma compreensão da temática, na medida em que seus resultados possibilitam fazer conexões com problemas mais gerais da educação brasileira, seja do ponto de vista histórico, educacional ou sociológico.

Nessa direção, muito embora reconheçamos a contribuição desses estudos, foram excluídas de nossa análise as pesquisas que trataram da sociologia da educação em escolas normais ou aquelas que tangenciaram o ensino de sociologia, ao focalizar os livros didáticos de Educação Moral e Cívica, as condições do trabalho docente em geral, a formação dos cientistas sociais ou o acompanhamento de egressos dos cursos de ciências sociais.

Passaremos agora a explicitar os procedimentos metodológicos adotados para a análise da produção científica. Primeiramente, delimitamos o período de 1993 – ano em que encontramos a primeira dissertação sobre a temática – a 2012 para o levantamento dos trabalhos concluídos e defendidos⁷. Nesse período foram contabilizadas 41 dissertações de mestrado e duas teses de doutorado.

De posse desse levantamento, a etapa seguinte consistiu na definição dos critérios de análise. Para isso, elaboramos um quadro síntese, em que foram elencados três grupos de dados.

No primeiro grupo, foram selecionados alguns dados para indicar a autoria da pesquisa, o título da tese ou dissertação, o programa de pós-graduação ao qual o aluno ou aluna era filiado e o ano da defesa. O segundo grupo de dados foi pensado tendo em vista o conhecimento do campo, o

7 Para o presente artigo, fizemos a atualização das teses e dissertações através de consultas ao portal Capes. Com exceção das pesquisas que não se encontram digitalizadas, as demais dissertações e teses compõem o acervo que pode ser acessado em www.labes.fe.ufrj.br.

que no nosso entender significou também compreender o seu movimento interno, ou seja, a circulação desse conhecimento entre diferentes campos científicos, assim como entre os agentes que compõem cada um desses campos. Nesse grupo foram elencados dados como o nome do professor ou da professora orientadora, a composição da banca, assim como a origem institucional de cada um de seus membros. No último grupo, selecionamos dados que pudessem caracterizar o perfil teórico e metodológico das pesquisas, suas principais temáticas e seus principais referenciais. Nesse grupo foram elencadas as palavras-chave, extraídas dos resumos dos próprios autores, assim como aquelas elencadas no portal de teses e dissertações da Capes (que nem sempre coincidiram com as palavras-chave dos autores). Neste item, optamos ainda por incluir palavras-chave que em nossa leitura sintetizavam os objetivos da pesquisa, mas que não foram elencadas nem pelo autor e nem pela Capes. Além desse dado, foram identificados as temáticas, o tipo de pesquisa, o objeto de pesquisa, as técnicas de pesquisa empregadas, o referencial teórico e a bibliografia mais citada.

Em seu conjunto, esses dados formaram nossas principais categorias de análise. O quadro a seguir mostra, em síntese, como se desenhou a análise.

Quadro nº 1
Categoria de análise da produção acadêmica

Identificação	Origem e circulação do conhecimento	Perfil teórico e metodológico da pesquisa
Autor	Programa de pós-graduação	Objeto/tema
Título	Orientador	Referencial teórico
Ano de defesa	Banca	Técnica de pesquisa

Após levantamento do material, definição das categorias e elaboração do quadro-síntese, procedemos à leitura dos resumos das teses e dissertações e à análise da produção acadêmica. Essa opção metodológica se sustenta nas considerações de Ferreira (2002), para quem os resumos de teses e dissertações não devem ser lidos simplesmente como textos, mas considerados objetos culturais, concebidos a partir de determinados padrões acadêmicos, com finalidades próprias e dirigidos a uma comunidade específica (acadêmica), habituada às normas, formas de escrita e condições de produção. Nesse sentido, muito embora advirta para os riscos de se tomar a parte pelo todo, quando da leitura dos resumos, a autora assinala ser possível contar com esse suporte, pois

eles trazem, enquanto gênero do discurso, um conteúdo temático, que é o de apresentar aspectos das pesquisas a que se referem; trazem uma certa padronização quanto à estrutura composicional: anunciam o que se pretendeu investigar, apontam o percurso metodológico realizado, descrevem os resultados alcançados; e, em sua maioria, seu estilo verbal é marcado por uma linguagem concisa e descritiva, formada de frases assertivas, em um certo tom “enxuto”, impessoal, sem detalhamento, com ausência de adjetivos e advérbios. (p. 12)

É verdade que alguns resumos se mostraram débeis no que diz respeito à apresentação clara dos objetivos propostos e dos

caminhos metodológicos para alcançá-los, no entanto, partindo da perspectiva metodológica adotada, avaliamos que lacunas como essa devem ser interpretadas no contexto das condições de produção científica sobre a temática. No próximo item vamos analisar essa produção.

3. Análise

Tendo em vista os procedimentos metodológicos explicitados no item anterior, após a leitura dos resumos foram identificados seis grandes temas que contemplam as produções em nível de pós-graduação sobre ensino de sociologia: (1) currículo; (2) práticas pedagógicas e metodologias de ensino; (3) concepções sobre a sociologia escolar; (4) institucionalização das ciências sociais; (5) trabalho docente; e (6) formação do professor.

Agrupamos no tema “currículo” todas as pesquisas que se dedicaram à análise de diretrizes curriculares nacionais e estaduais, livros/manuais didáticos, propostas curriculares de colégios e professores, bem como as características da sociologia como disciplina escolar. Notamos o forte predomínio dessa temática entre os trabalhos em tela, juntamente com o tema “práticas pedagógicas e metodologias do ensino” que também contempla um número considerável da produção analisada, dedicando-se ao exame dos recursos didáticos, propostas pedagógicas, questões relativas à didática em sala de aula e relatos de experiências didáticas.

No tema “institucionalização das ciências sociais” foram reunidos os estudos dedicados à história da disciplina escolar Sociologia e ao perfil dos intelectuais envolvidos

com o ensino ou com a defesa da disciplina nas escolas, especialmente na primeira metade do século XX. Muito embora esse conjunto de pesquisas pudesse ser inserido no tema “currículo”, optamos por destacá-lo separadamente devido à presença de estudos identificados com o pensamento social brasileiro, a sociologia dos intelectuais e a sociologia do conhecimento, questões centrais das ciências sociais, merecendo por isso um tema à parte.

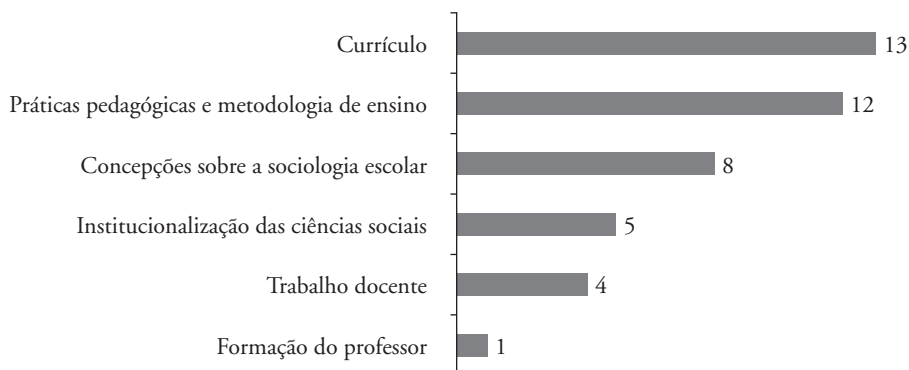
As pesquisas categorizadas no tema “trabalho docente” foram aquelas que investigaram as condições de trabalho, a jornada de trabalho e o perfil socioeconômico do professor de sociologia. O tema “concepções sobre a sociologia escolar” inclui os estudos sobre as percepções de alunos, professores e demais atores da escola sobre a disciplina escolar, a relação entre o ensino de sociologia na educação básica e a cidadania e aqueles que investigaram as lutas pelo retorno da sociologia no ensino médio. Por fim, o último grande tema – “formação do professor”⁸ – contém o trabalho que versou sobre a relação entre bacharelado e licenciatura em ciências sociais e a formação do professor de sociologia.

O gráfico a seguir permite visualizar esse conjunto de temas por quantidade de teses e dissertações:

Desse conjunto de temas é possível extrair algumas tendências da produção acadêmica sobre o ensino de sociologia na educação básica. Uma primeira tendência observada na maioria das pesquisas é a aproximação dos temas de interesse com a aplicabilidade da sociologia no contexto escolar. Seja pela via do currículo, das práticas de ensino, do professor, do aluno ou da constituição da sociologia como disciplina

8 Em várias dissertações de mestrado, a formação do professor foi tratada em sua relação com questões do ensino. No entanto, só encontramos uma dissertação que se dedicou à relação entre bacharelado e licenciatura e seus impactos na formação do professor de sociologia.

Gráfico nº 3
Distribuição das pesquisas por tema



Fonte: Banco de teses da Capes. Elaboração das autoras.

escolar, observamos um acento nas temáticas preocupadas com as questões voltadas para o conhecimento das formas de implementação da disciplina no contexto escolar. São estudos em que o pesquisador foi para a escola e para a sala de aula acompanhar as práticas pedagógicas do professor de sociologia, os métodos de ensino empregados e os recursos didáticos adotados. Ainda nesse mesmo conjunto, identificamos aquelas pesquisas que se voltaram à compreensão dos sentidos atribuídos por alunos e professores ao ensino de sociologia, ou as que investigaram as condições de trabalho do professor de sociologia em redes estaduais ou federais de ensino. Foram identificadas também pesquisas empíricas que buscaram fazer uma discussão dos fundamentos didáticos e científicos da disciplina Sociologia, analisando as configurações da disciplina escolar, em contraste com o status científico das ciências sociais, ou aquelas que analisaram as diferentes formas de apropriação de conceitos sociológicos no ensino de sociologia.

Essa preocupação com a dimensão prática da sociologia na escola pode estar asso-

ciada à sua existência ainda recente e por essa razão, carente de tempo para se consolidar como disciplina escolar. Isso pode justificar a preocupação dos pesquisadores com o desenvolvimento de investigações que busquem conhecer as implicações da presença da sociologia na escola, imprimindo, em alguns casos, um tom propositivo às pesquisas e apresentando alternativas de novas práticas pedagógicas, por meio da elaboração de recursos didáticos ou de novas metodologias de ensino. Outro motivo que pode explicar a recorrência de pesquisas de cunho prático é o fato de um número considerável de pesquisadores atuarem ou já terem atuado como professores de sociologia, em muitos casos investigando suas próprias práticas.

Em outra direção, identificamos um número menor de pesquisas que deslocaram o foco do empírico e se dedicaram a estudos de caráter mais teórico sobre as diferentes manifestações da presença da sociologia na escola. São pesquisas que analisaram as questões epistemológicas que envolvem a disciplina escolar e sua diferenciação com o conhecimento científico, ou analisaram as

implicações do ensino de sociologia quando associado à dimensão moral ou prescritiva.

Na mesma direção desses estudos teóricos, encontramos algumas pesquisas de cunho histórico e social que fizeram uma espécie de história da disciplina, por meio da institucionalização das ciências sociais, da história de intelectuais identificados com a presença da sociologia nesse nível de ensino e da presença da disciplina em instituições de ensino tradicionais, ou analisaram os primeiros manuais didáticos de sociologia, buscando extrair os sentidos de nação nos contextos históricos analisados. Encontramos ainda os estudos que destacaram os atores sociais que tiveram participação no processo mais recente de retorno da disciplina aos currículos escolares. Ao contrário dos estudos que tiveram como foco a escola e a sala de aula, esse conjunto de pesquisas primou pela análise de contextos sociais mais amplos e sua conexão com o ensino de sociologia na escola básica.

Um último conjunto de pesquisas adotou como procedimento metodológico a

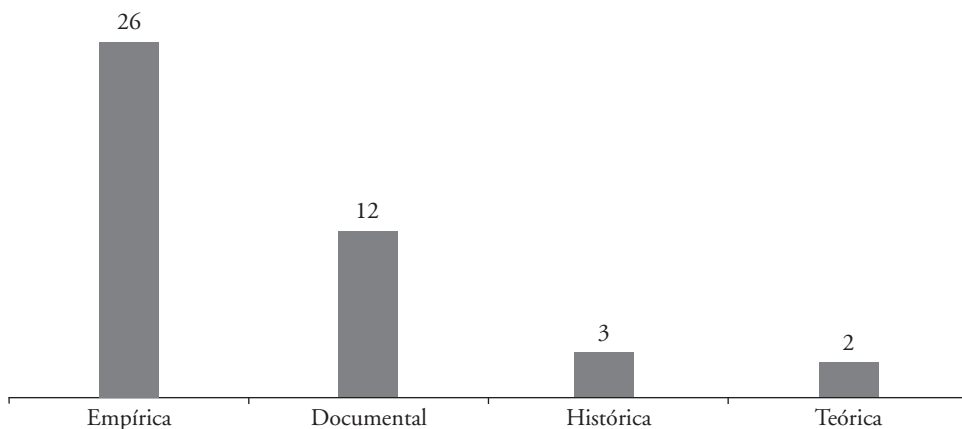
análise documental, que consiste em analisar programas de ensino, diretrizes curriculares, recursos didáticos e relatórios de prática de ensino, entre outros. Nesses estudos, o interesse dos pesquisadores foi o de levantar elementos que possibilitem a compreensão das formas de configuração da sociologia como disciplina escolar, conhecer as experiências didáticas com o ensino de sociologia e estabelecer parâmetros comuns de conteúdo entre diferentes propostas de programa da disciplina.

O gráfico abaixo apresenta os tipos de pesquisa identificados.

Para além dessas tendências identificadas no conjunto de temas categorizados, a explicitação dos principais referenciais teóricos e metodológicos adotados pelos pesquisadores pode nos ajudar a qualificar e situar essas pesquisas em um quadro mais geral da produção científica das ciências sociais.

Nesse sentido, dois aspectos nos chamaram a atenção: o primeiro deles diz respeito à ausência de referenciais teóricos

Gráfico nº 4
Distribuição das pesquisas por tipo



Fonte: Banco de teses da Capes. Elaboração das autoras.

em um número considerável de pesquisas. Referimo-nos aqui às dissertações de mestrado. No limite, são estudos que se dedicaram à descrição detalhada de situações que envolvem a presença da sociologia na escola e, muito embora seus resultados sejam relevantes para a compreensão das condições de implementação da disciplina na escola, eles corroboram com a tendência indicada acima, de estudos empíricos que visam prioritariamente subsidiar a prática pedagógica do professor.

O segundo aspecto que nos chama a atenção está relacionado com a caracterização desse conjunto de pesquisas quando relacionado à produção científica das ciências sociais. Nesse quesito, importa destacar que, muito embora um número considerável de pesquisas prometa um estudo assentado em referenciais da teoria sociológica, identificamos limites nessa apreensão, na medida em que ficaram evidentes as dificuldades desses estudos em conseguir articular os conceitos aos objetos de investigação. A esse respeito, é interessante notar que as pesquisas que se apoiaram em referenciais teóricos das ciências da educação parecem ter conseguido fazer um uso mais adequado das teorias educacionais. Isso pode ser explicado, em parte, pelo fato de a maioria das pesquisas serem oriundas de programas de pós-graduação em educação, como já demonstrado no Gráfico nº 1. No entanto, nos parece que o principal motivo reside em uma ainda incipiente reflexão teórica que possa exaltar a temática do ensino de sociologia como um objeto de estudo com referenciais teóricos e metodológicos próprios.

Do ponto de vista das técnicas de pesquisa, verificamos que o estudo de caso, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas foram as técnicas mais adotadas pelos pesquisadores e certamente vêm gerando uma quantidade de dados e informações

importantes para que se possa traçar o perfil do professor de sociologia, assim como mapear as condições da disciplina, especialmente na escola pública, lócus privilegiado das pesquisas.

Consideramos que os três aspectos trabalhados até aqui – os dados quantitativos, a circulação do conhecimento e os referenciais teóricos e metodológicos –, agora reunidos, podem fornecer os elementos necessários para as nossas conclusões. É o que faremos no próximo item.

4. Considerações finais

O objetivo desse artigo foi realizar o estado da arte do ensino de sociologia na educação básica. Para tal, tendo como base as pesquisas produzidas nos programas de pós-graduação, foram analisadas 41 dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, concluídas e defendidas entre 1993 e 2012. Como afirmamos na introdução deste artigo, consideramos que estudos dessa natureza são fundamentais para acompanhar a evolução da pesquisa sobre a temática e identificar alguns aspectos relevantes ou lacunas na produção.

Como um estudo exploratório, consideramos que seus resultados, ainda que parciais, pois se referem a uma parte da produção acadêmica, podem servir, nesse primeiro momento, para dar visibilidade ao campo de estudos sobre a temática, apontando suas principais tendências teóricas e metodológicas e mapeando a circulação desse conhecimento na produção científica das ciências humanas. Da mesma forma, o levantamento e análise do estado da arte sobre o ensino de sociologia na educação básica possibilita ir em direção contrária de alguns “mitos”, já consolidados na área, dentre os quais destacamos: (1) que a produção de conhecimento sobre o ensino de sociologia na educação bá-

sica é incipiente; e (2) que essa temática não tem sido tratada pelas ciências sociais.

A produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica alcançou um patamar considerável de acúmulo de conhecimento, seja por meio de pesquisas, artigos, comunicações em eventos ou organização de dossiês em revistas especializadas. No caso das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação, os dados revelam que esse crescimento se deu, sobretudo, a partir dos anos 2000, o que se justifica pela mobilização de setores sociais envolvidos nas lutas pelo retorno da disciplina nos currículos escolares, culminando com a legislação que tornou a disciplina obrigatória em todas as séries do ensino médio de todo o país, a partir de 2008. Embora não tenham sido consideradas as pesquisas em andamento, o acompanhamento que temos feito nos permite afirmar que esse crescimento está em linha de ascensão.

No tocante aos temas estudados, a análise permitiu agrupar as pesquisas em cinco grandes temas, sendo que os temas “currículo” e “práticas pedagógicas e metodologias do ensino” são predominantes, o que corrobora com nossa avaliação de que as pesquisas estão muito mais voltadas para um olhar para a sala de aula – no sentido de compreender as formas de implementação da disciplina nos currículos, nos recursos didáticos e na prática pedagógica do professor de sociologia – do que para uma compreensão mais ampla dos processos didáticos, históricos e sociológicos que envolvem a presença da sociologia no contexto escolar. Nesse sentido, observamos a preponderância de estudos descritivos de práticas de professores, das experiências de ensino e do uso de recursos didáticos, a partir de metodologias como estudos de caso, entrevistas e questionários.

Com relação aos referenciais teóricos, observamos, por um lado, um número con-

siderável de pesquisas que não explicitaram os referenciais teóricos ou, quando o fizeram, não conseguiram relacionar os conceitos anunciados à análise do objeto de estudo. Certamente isso se deve ao predomínio de estudos descritivos, conforme salientado acima, entretanto outro aspecto importante a destacar refere-se aos limites ainda presentes na definição de referenciais teóricos e metodológicos que possam tomar o ensino de sociologia na educação básica como um objeto de estudo.

No que diz respeito à filiação institucional da produção acadêmica, verificamos que as pesquisas se concentram majoritariamente nos programas de pós-graduação em educação e, em segundo lugar, nos de sociologia ou ciências sociais, com oscilações para o equilíbrio entre os dois programas e podendo até mesmo alcançar uma inversão nessa relação, uma vez que identificamos o crescimento recente da produção na área das ciências sociais. Essa avaliação pode ser confirmada pelo acompanhamento que temos feito das pesquisas em elaboração provenientes de programas de pós-graduação em sociologia ou ciências sociais. Portanto, ao contrário do que se tem afirmado, é importante destacar que a pesquisa sobre o ensino de sociologia na educação básica vem garantindo um espaço nos programas de pós-graduação em sociologia ou ciências sociais.

Por fim, destacamos um ponto que nos parece relevante e que em última instância resume algumas das lacunas identificadas na análise. Trata-se de questionar sobre a própria condição do ensino de sociologia na educação básica como objeto de estudo. Em outras palavras, indagamos se muitas das lacunas identificadas na análise não se devem à impossibilidade de tomar o ensino de sociologia na educação básica como objeto de estudo. Com efeito, as ciências sociais já atingiram um patamar de desen-

volvimento, abrindo assim uma infinidade de possibilidades analíticas a partir de diferentes dimensões, sejam política, social ou educacional, o que nos faz levantar a hipótese de que as pesquisas sobre o ensino de sociologia na educação básica podem encontrar um campo bem mais fértil para o desenvolvimento e aprofundamento teórico-metodológico quando inseridas nas

grandes temáticas já estabelecidas das ciências sociais.

Essa é uma questão em aberto para a qual não temos a resposta, mas que os resultados da análise da produção acadêmica nos levaram a formular. Caberá agora às pesquisas seguintes sobre o estado da arte do ensino de sociologia na educação básica apresentar novos elementos para a análise.

Referências Bibliográficas

- CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victoria Carvalho. (2011), "Campo científico, institucionalização acadêmica e a disciplina de Sociologia na escola". Trabalho apresentado ao 15º Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, Sociedade Brasileira de Sociologia.
- CORRÊA, Mariza. (1998), "A revolução dos normalistas". *Cadernos de Pesquisa*, 66: 13-24.
- CUNHA, Luiz Antônio. (1992), "A educação na sociologia: Um objeto rejeitado?". *Cadernos CEDES*, 27: 9-22.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. (2002), "As pesquisas denominadas 'estado da arte'". *Educação & Sociedade*, 23, (79): 257-72.
- GIL, Antônio Carlos. (2008), *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas.
- GOUVEIA, Maria Aparecida Joly. (1992), "Comentários sobre os trabalhos de Luiz Antônio R. Cunha e Silke Weber". *Cadernos CEDES*, 27: 81-4.
- HANDEAS, Anita. (2011), "O estado da arte do ensino de sociologia na educação básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica". *Revista Inter-Legere*, 9: 386-400.
- MARTINS, Carlos Benedito. (1992), "Apresentação". *Cadernos CEDES*, 27: 5-8.
- _____. (2002), "Estudos sociológicos sobre educação no Brasil (comentário crítico)", in Sergio Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002) – Volume IV*, São Paulo, Sumaré/Anpocs.
- MORAES, Amaury Cesar. (2003), "Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato". *Tempo Social*, São Paulo, 15, (1): 5-20.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta. (2002), "Estudos sociológicos sobre educação no Brasil", in Sergio Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002) – Volume IV*, São Paulo, Sumaré/Anpocs.
- SILVA, Ileizi. (2002), "O ensino de ciências sociais: mapeamento do debate em periódicos das ciências sociais e da educação de 1940-2001". Trabalho apresentado ao 13º Congresso Nacional de Sociólogos. *Anais...* Curitiba, Federação Nacional dos Sociólogos. (mimeo.)

Anexo

Lista de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre ensino de sociologia na educação básica defendidas entre 1993 e 2012, por ordem crescente de ano de conclusão:

1. CORREA, Lesi. (1993), *A importância da disciplina Sociologia, no currículo de 2º grau. A questão da cidadania – Problemas inerentes ao estudo da disciplina em duas escolas oficiais de 2º grau de Londrina – PR*. Dissertação de mestrado em Educação (Supervisão e Currículo), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. (datilo.)
2. PACHECO, Clovis. (1994), *Diálogo de surdos: as dificuldades para a construção da sociologia e de seu ensino no Brasil (1850-1935)*. Dissertação de mestrado em Educação, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP. (datilo.)
3. MACHADO, Olavo. (1996), *O ensino de ciências sociais na escola média*. Dissertação de mestrado em Educação, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP. (datilo.)
4. GIGLIO, Adriano. (1999), *A Sociologia na escola secundária: uma questão das ciências sociais no Brasil – Anos 40 e 50*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Iuperj. (datilo.)
5. MEUCCI, Simone. (2000), *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Campinas (SP), Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. (digitalizado)
6. ALVES, Maria Adélia. (2001), *Filmes na escola: uma abordagem sobre o uso de audiovisuais (vídeo, cinema e programas de TV) nas aulas de Sociologia do ensino médio*. Dissertação de mestrado em Educação, Campinas (SP), Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. (digitalizado)
7. GUELFY, Wanirley. (2001), *A Sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942*. Dissertação de mestrado em Educação, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, UFPR. (digitalizado)
8. SANTOS, Mário. (2002), *A sociologia no ensino médio: O que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Brasília, Universidade de Brasília, UnB. (digitalizado)
9. ANDRADE, Claudia. (2003), *A difusão do conhecimento como atividade emancipatória: Estudo sobre a prática docente em Sociologia na escola pública do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Educação, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj. (digitalizado)
10. MOTA, Kelly Cristine. (2003), *Os lugares da sociologia na educação escolar de jovens do ensino médio: Formação ou exclusão da cidadania e da crítica?*. Dissertação de mestrado em Educação, São Leopoldo (RS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos. (digitalizado)
11. RÊSES, Erlando. (2004), *...E com a palavra: os alunos: Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no ensino médio*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Brasília, Universidade de Brasília, UnB. (digitalizado)
12. SARANDY, Flávio Marcos. (2004), *A sociologia volta à escola: Um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. (digitalizado)
13. CAJU, Andreia. (2005), *Análise da disciplina Sociologia na educação profissional: Reflexões a partir de um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Educação Agrícola, Seropédica (RJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ. (digitalizado)
14. COAN, Marival. (2006), *A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho*. Dissertação de mestrado em Educação, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. (digitalizado)
15. ERAS, Lígia. (2006), *O trabalho docente e a discursividade da autopercepção dos professores de Sociologia e Filosofia no ensino médio em Toledo/PR: Entre angústias e expectativas*. Dissertação de mestrado em Letras (com concentração em Linguagem e Sociedade), Cascavel (PR), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste. (digitalizado)

16. MEUCCI, Simone. (2006), *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: Da sistematização à constituição do campo científico*. Tese de doutorado em Sociologia, Campinas (SP), Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. (digitalizado)
17. SILVA, Ileizi. (2006), *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: As configurações do ensino das ciências sociais/sociologia no estado do Paraná (1970-2002)*. Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP. (digitalizado)
18. OLIVEIRA, Dalta. (2007), *A prática pedagógica dos professores de Sociologia: Entre a teoria e a prática*. Dissertação de mestrado em Educação, Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá. (digitalizado)
19. TAKAGI, Cassiana. (2007), *Ensinar Sociologia: Análise de recursos do ensino na escola média*. Dissertação de mestrado em Educação, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP. (digitalizado)
20. SOUZA, Shelley. (2008), *A defesa da disciplina Sociologia nas políticas para o ensino médio de 1996 a 2007*. Dissertação de mestrado em Educação, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj. (digitalizado)
21. PAVEI, Katiuci. (2008), *Reflexões sobre o ensino e a formação de professores de Sociologia*. Dissertação de mestrado em Educação, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. (digitalizado)
22. CUNHA, Patrícia. (2009), *O ensino de sociologia: Uma experiência em sala de aula*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, UFC. (digitalizado)
23. LENNERT, Ana Lucia. (2009), *Professores de Sociologia: relações e condições de trabalho*. Dissertação de mestrado em Educação, Campinas (SP), Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. (digitalizado)
24. LEODORO, Silvana. (2009), *A disciplina Sociologia no ensino médio: Perspectivas de mediação pedagógica e tecnológica. Um diálogo possível*. Dissertação de mestrado em Educação, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP. (digitalizado)
25. MORAES, Luiz Fernando. (2009), *Da sociologia cidadã à cidadania sociológica: As tensões e disputas na construção dos significados de cidadania e do ensino de sociologia*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, UFPR. (digitalizado)
26. PERUCCHI, Luciane. (2009), *Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: Os livros didáticos de OSPB*. Dissertação de mestrado em Educação, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. (digitalizado)
27. ROSA, Maristela. (2009), *O trabalho docente com a disciplina de Sociologia: algumas reflexões sobre o ser professor no ensino médio na rede pública de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado em Educação, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. (digitalizado)
28. SOARES, Jefferson. (2009), *O ensino de sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. Dissertação de mestrado em Educação, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. (digitalizado)
29. ZANARDI, Gabriel. (2009), *A reintrodução da sociologia nas escolas públicas: Caminhos e ciladas para o trabalho docente*. Dissertação de mestrado em Educação, Araraquara (SP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp. (digitalizado)
30. STEMPkowski, Ivete Fatima. (2010), *A influência social na construção do conhecimento: A formação dos currículos de sociologia no ensino médio*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS. (digitalizado)
31. FERREIRA, Eduardo. (2011), *Sobre a noção de conhecimento escolar de sociologia*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Londrina (PR), Universidade Estadual de Londrina, UEL. (digitalizado)

32. SANTOS, Renata. (2011), *A implementação da sociologia nas instituições privadas paranaenses: Um estudo sociológico*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Maringá (PR), Universidade Estadual de Maringá, UEM. (digitalizado)
33. FLORÊNCIO, Maria Amélia. (2011), *O ensino da sociologia no nível médio e as contradições institucionais de sua obrigatoriedade*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Maceió, Universidade Federal de Alagoas, Ufal. (digitalizado)
34. CARVALHO, Tatiane. (2012), *Ensino de sociologia: Elementos da prática docente no ensino médio*. Dissertação de mestrado em Educação, Belo Horizonte, Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG. (digitalizado)
35. FEIJÓ, Fernanda. (2012), *A sociologia contemporânea na sala de aula: (Re)pensando algumas perspectivas para o ensino das ciências sociais no ensino médio*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Araraquara (SP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp. (digitalizado)
36. SILVA, Kátia. (2012), *Políticas educacionais para a inserção da sociologia no ensino médio em Mato Grosso do Sul (1999-2010)*. Dissertação de mestrado em Educação, Campo Grande, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. (digitalizado)
37. LIMA, Alexandre. (2012), *Teorias e métodos em pesquisa sobre ensino de sociologia*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Londrina (PR), Universidade Estadual de Londrina, UEL. (digitalizado)
38. SENNA, Alecrides. (2012), *Diálogos com o homem imaginário: pensando o uso de imagens no ensino de sociologia*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. (digitalizado)
39. MASCARENHAS, Alexandra. (2012), *As representações dos professores e estudantes sobre a sociologia no ensino médio: Investigando as comunidades virtuais do Orkut*. Dissertação de mestrado em Educação, Pelotas (RS), Universidade Federal de Pelotas, UFPel. (digitalizado)
40. FIREMAN, Eleclézia. (2012), *Uma abordagem sociológica do relato da obrigatoriedade do ensino de sociologia no ensino médio*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Maceió, Universidade Federal de Alagoas, Ufal. (digitalizado)
41. LIMA, Fabiana. (2012), *A sociologia no ensino médio e sua articulação com as concepções de cidadania dos professores*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. (digitalizado)
42. MOTTA, Átila. (2012), *Que sociologia é essa? Análise da recontextualização pedagógica do conhecimento sociológico*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Londrina (PR), Universidade Estadual de Londrina, UEL. (digitalizado)
43. MOURA, Neide. (2012), *O papel da sociologia na formação do jovem: Perspectivas dos estudantes*. Mestrado em educação, São Paulo, Universidade Nove de Julho, Uninove. (digitalizado)

Artigo recebido em 25/07/2013

Aprovado em 22/11/2013

Resumo

O Estado da Arte da Produção Científica sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica

O artigo traz os resultados da análise do estado da arte sobre o ensino de sociologia na educação básica brasileira. Tomando por base as pesquisas provenientes dos programas de pós-graduação, foram analisados os resumos de 41 dissertações de mestrado e duas teses de doutorado disponíveis no banco de teses da Capes, defendidas entre 1993 e

2012. O objetivo do levantamento foi estimar a evolução da produção científica sobre o tema, levando-se em conta os dados de identificação, a origem do programa, a circulação do conhecimento na comunidade científica e o perfil teórico e metodológico adotado. O levantamento indicou já existir um acúmulo considerável de pesquisas sobre a temática, sobretudo a partir da década de 2000. Constatou-se também que as pesquisas estão concentradas em programas de pós-graduação em educação e em sociologia ou ciências sociais, com leve predomínio para a primeira. Do ponto de vista teórico e metodológico foram identificados problemas no estabelecimento de parâmetros teóricos e conceituais que possam tomar o ensino de sociologia na educação básica como um objeto de estudo.

Palavras-chave: Ensino de sociologia na educação básica brasileira; Estado da arte; Produção do conhecimento; Pesquisa na pós-graduação.

Abstract

The state of the art of scientific production on the teaching of sociology in basic education

The article brings the findings of an analysis on the state of the art of the teaching of sociology in Brazilian basic education. Starting from a survey of researches held at graduate programs, available at Capes database, the authors analyzed the abstracts of 41 Master's Degree dissertations and 02 PhD thesis presented between 1993 and 2012. The aim of such survey was to estimate the evolution of the scientific production on the theme, considering data such as identification, program of origin, the circulation of the knowledge produced amongst the scientific community, and the theoretical and methodological profile adopted. The survey indicated the existence of a considerable research production in the area, especially since the year 2000. It has also been possible to assert that the researches were developed mainly at graduate programs in Education and at similar programs in Sociology and Social Sciences, with a slight prevalence of the former. From a theoretical and methodological point of view, problems were found in the establishment of the theoretical and conceptual parameters necessary to define more precisely the teaching of sociology in basic education as object of study.

Keywords: Teaching of sociology in Brazilian basic education; State of the art; Production of knowledge; Research at graduate programs.

Résumé

L'état de l'art de la production scientifique sur l'enseignement de la sociologie dans l'éducation secondaire

Cet article présente les résultats d'une analyse de l'état de l'art de l'enseignement de la sociologie dans les écoles secondaires brésiliennes. À partir des recherches issues de programmes de troisième cycle, nous avons analysé les résumés de 41 mémoires et de deux thèses de doctorat soutenus entre 1993 et 2012 et disponibles dans la base de données de la CAPES. Le but de ce travail est de mesurer l'évolution de la production scientifique sur ce thème tout en considérant les données d'identification, l'origine du programme, la circulation du savoir dans la communauté scientifique et le profil théorique et méthodologique adoptés. Cet état de l'art indique l'existence d'une production considérable de recherches sur ce sujet, principalement à partir de l'an 2000. Il faut souligner que la production est plutôt concentrée sur les programmes de troisième cycle en éducation, en sociologie ou en sciences sociales, avec un léger surplus en ce qui concerne le premier thème. En ce qui concerne l'aspect théorique et méthodologique, nous avons identifié que les recherches analysées n'arrivent pas à établir les paramètres théoriques et conceptuels capables de considérer l'enseignement de la sociologie comme un objet d'étude.

Mots-clés: Enseignement de la sociologie dans les écoles secondaires brésiliennes ; État de l'art ; Production de savoir ; La recherche en sociologie au troisième cycle.

Introdução

“De tais povos na infância não há história: há só etnografia”. Se a famosa frase de Francisco Adolfo de Varnhagen resume o projeto de exclusão dos índios da história geral do Brasil, ela funda, paralelamente, um hiato disciplinar que define e delimita claramente as atribuições de uma e de outra disciplina. O projeto de Brasil que deslegitimava a presença indígena na história nacional negava, ao mesmo tempo, a própria possibilidade de uma “história indígena” e, portanto, de uma “historiografia indígena”. Paralelamente, a etnografia era definida enquanto disciplina pela própria a-historicidade de seu objeto, incumbida de transcrever a imagem de um eterno presente, na melhor das hipóteses, ou, na pior, realizar o registro já museográfico de um passado já remoto. Essa imagem dos índios sem história, construída no século XIX, permaneceu durante décadas, adentrando no XX, fortalecida pela própria natureza das fontes documentais que, no caso brasileiro, não possuíam a mesma densidade e, sobretudo, o mesmo estatuto daquelas utilizadas para a história dos índios nos outros países latino americanos – história esta que se confunde frequentemente com a própria história nacional.

Por um lado, desde Varnhagen e Von Martius, os índios não tinham lugar na his-

tória, a não ser como ancestrais míticos da nação e, por isso mesmo, definitivamente relegados a uma temporalidade outra em relação ao processo/progresso histórico e social do país. Por outro lado, também a etnologia, quer na vertente marcada pelo paradigma da aculturação, quer na sincronia das abordagens estruturalistas, resumia a história dos índios à “crônica de sua extinção”¹ ou a desconsiderava, tratando-a como elemento necessariamente alheio, exógeno e perturbador.

Lançando mão de fontes inéditas e de uma releitura cuidadosa de documentos já conhecidos, as pesquisas históricas das últimas décadas estão procurando reescrever a história colonial da América indígena, mostrando um mundo de rápidas mudanças, de adaptações, de negociações, de construções permanentes de identidades no interior de um quadro político extremamente instável. Vários autores propõem uma revisão radical do paradigma da conquista tanto na vertente de “perda” quanto na de “resistência”. Por outro lado, vem sendo desmantelada a ideia de uma “pureza originária”, étnica e cultural, que o contato teria contaminado, substituída por uma “lógica mestiça”, em que a resistência não se dá apenas em termos de revolta, mas também de estratégias de mediação, de adaptação e reformulação de identidades, de construção de novas formações sociais e culturais.

1 Essa potente expressão foi usada por John Monteiro em várias ocasiões.

No Brasil, a visibilidade política cada vez maior das populações indígenas vem colocando, desde a década de 1980, a exigência de reconsiderar a maneira indígena de pensar e de fazer a história, seja no que se refere ao período colonial, seja com relação à contemporaneidade, quando os próprios pressupostos coloniais parecem pautar, pelo menos na linguagem político-jurídica, as categorias construtoras de *indianidade*.

A antropologia, então, é chamada a devolver hoje a “história nativa”, mediante o esforço hermenêutico de captar as categorias indígenas de apreensão e construção de temporalidade em função de um projeto de ação política. Nos trabalhos desenvolvidos hoje, o foco é a história indígena entendida como a maneira indígena de fazer a história, em seus próprios termos, o que implica a ideia de uma maneira diferencial de interpretar o devir. Eis então, por exemplo, que a consciência mítica se constitui como uma maneira de ler a história, não para afastá-la, mas para construí-la significativamente, constituindo-se como o veículo de expressão da interpretação do processo social e determinando práticas de ação política.

Um novo interesse historiográfico pelo papel dos povos indígenas na história do Brasil revela o “índio colonial” não apenas como categoria genérica construída pelos agentes da colônia, mas também como instrumento indígena de afirmação política. O que emerge desses estudos, que enterram definitivamente a imagem do índio vítima apenas de extermínio ou figurante mudo de uma história alheia, são as múltiplas experiências de elaboração e reformulação de identidades que se apresentaram como respostas criativas às pesadas situações historicamente novas de contato, contágio e subordinação.

Falar em história indígena, hoje, obriga historiadores e antropólogos a repensar orientações teóricas e práticas disciplinares,

mobilizando um arsenal de conceitos, métodos e fontes que, por um lado, desvenda a densidade sociopolítica do processo de construção da nação e, por outro lado, revela a profundidade histórica dos dados que surgem da abordagem etnográfica. Falar em história indígena, hoje, significa falar, ao mesmo tempo, da maneira indígena de pensar e fazer a história, da participação indígena na produção e, portanto, na escrita da história do Brasil e, finalmente, na historicidade das categorias analíticas pelas quais historiadores e antropólogos delimitam suas disciplinas ao construir o “índio”, dentro e fora da sociedade e da história do Brasil

A enorme quantidade de pesquisas produzidas nos últimos vinte anos sobre a história indígena enterrou definitivamente a imagem dos “índios sem história”, criada no século XIX pela historiografia nacional. O objeto “história indígena” tem sido reconstruído analiticamente sob diversas perspectivas: como regimes indígenas de historicidade, como construção simbólica da história do contato e como elemento de quebra epistemológica dos saberes coloniais, implícitos na construção da teoria social no Brasil. Assim, longe de delimitar uma em relação à outra – como queria Varnhagen – seus campos empíricos, seus arcaibouços teóricos e suas práticas analíticas, história e antropologia tornam hoje cada vez mais porosas suas fronteiras disciplinares.

Os ganhos teóricos e metodológicos que a história indígena, como perspectiva epistemológica, mas também como conjunto de *fatos*, tem proporcionado à etnologia e à historiografia, pelo menos desde 1985, são devedores da obra do mais competente e dedicado estudioso de história indígena no Brasil: John Manuel Monteiro. O trabalho de John tem permitido à reflexão antropológica a respeito da história alcançar seus frutos maduros, bem como tem enriqueci-

do extraordinariamente a pesquisa histórica brasileira, ao introduzir na consciência historiográfica nacional atores tão poderosos quanto programaticamente excluídos da grande narrativa da nação, os povos indígenas. Sem suas intuições, sua orientação e sua dedicação competente e engajada, a história e a antropologia no Brasil de hoje seriam certamente mais pobres.

Na revisão de paradigmas, na busca de fontes documentais tão inusitadas quanto raras, no questionamento radical – fruto por sua vez de uma historicização – das categorias historiográficas e antropológicas marcadoras de identidades e de hierarquias e na abertura da historiografia para a antropologia e da etnologia para a história, John Manuel Monteiro foi pioneiro. “Antropólogo por profissão, historiador por vocação”, como certa vez definiu a si mesmo, John abriu caminhos e apontou novos rumos para o fazer histórico e antropológico no Brasil.

A história como vocação

John Manuel Monteiro adquiriu a vocação de historiador na graduação nos Estados Unidos, onde nasceu e para onde voltou, após a infância e a adolescência passadas no Brasil, onde a família se estabeleceu por alguns anos. Mais do que no Colorado College, porém, a verdadeira iniciação científica deu-se no programa de pesquisa realizado anualmente na Newberry Library, em Chicago, do qual participou junto com alunos selecionados de vários cursos de História e de Letras em faculdades similares em diferentes estados. O intercâmbio acadêmico, articulado com a ri-

queza da documentação existente no acervo, indicou o caminho para os estudos futuros. O levantamento bibliográfico sobre o tema da mestiçagem no contexto da expansão portuguesa resultou, no ano final da faculdade, na elaboração do trabalho de conclusão de curso, a Honors Thesis, defendida em 1978, sob a orientação de Peter Blasenheim².

O rigor na prática da pesquisa bibliográfica e documental não o abandonaria mais. O solidíssimo hábito de esgotar a literatura disponível sobre os diversos temas nas mais diversas abordagens e línguas consolidou-se na época do doutorado em História na University of Chicago, na área de concentração da América Latina, tanto que as anotações e os levantamentos de arquivo realizados naquele período, por sua própria admissão, continuariam úteis anos mais tarde, quando professor na Unesp e na Unicamp, ou, também, em anos recentes, quando professor convidado na Harvard University, na University of Michigan e na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Leitor voraz, vasculhava arquivos, bibliotecas e catálogos antes de tecer algum tipo de afirmação. Aqui, talvez, possamos encontrar uma das razões de certo desequilíbrio entre o volume e a consistência das pesquisas – marcadas pelo trabalho refinado de revisão das fontes e pelo diálogo incessante e sempre atualizado com a literatura – e a relativa parcimônia das publicações, inversamente proporcional à generosidade com a qual distribuía sugestões bibliográficas, sempre extraordinariamente pontuais, ou até mesmo tesouros de arquivo.

Da melhor tradição historiográfica John herdou a tendência a antepor fatos à discussão

2 “Portuguese Colonization in the Tropics: Afonso de Albuquerque’s Marriage Plan in Goa”. As informações mais relevantes relativas ao período americano foram extraídas do memorial apresentado em 2009 para o concurso de professor titular no departamento de Antropologia da Unicamp. O memorial ajudou também a pensar a trajetória científica de John Monteiro seguindo seu próprio desenho, quase em diálogo com ele. Agradeço imensamente à generosidade de Maria Helena P. T. Machado em disponibilizar o memorial para a redação deste artigo.

de conceitos e teorias, sem por isso contentar-se de apontar para realidades aparentemente autoevidentes. Ao contrário, esses *fatos*, não descobertos, mas construídos mediante seguros instrumentos de investigação, tornavam-se poderosas corroborações empíricas de uma nova abordagem, teoricamente forte porque leitora crítica das elaborações historiográficas, elas próprias tomadas como fontes e articuladas a novos e inusitados documentos, como no caso de sua originalíssima releitura da narrativa nacional e regional a respeito do bandeirantismo, um dos temas de sua pesquisa. Foi esse mesmo rigor, fruto de sua vocação, que, ao desvendar o papel dos povos indígenas na história do Brasil, acabou determinando o rumo de sua profissão de antropólogo, assim como da própria maneira de fazer pesquisa sobre mundo indígena no Brasil.

A forma pela qual John Monteiro incorporou os instrumentos da antropologia na investigação histórica não seguiu o fascínio da micro-história e história cultural, que desde as décadas de 1980 e 1990 animavam no Brasil o debate teórico a respeito da história colonial. A aproximação de John à antropologia se deu a partir de outras vertentes, mais consolidadas na tradição e no debate norte-americano. É o caso da aproximação entre etnologia, arqueologia e história; é o caso da etno-história, cuja produção se organizava em volta da revista *Ethnohistory* desde a década de 1970; é, finalmente, o caso da história e da historiografia da América espanhola, na qual a questão indígena se confunde com a própria questão nacional.

Ao chegar no Brasil para a pesquisa de arquivo e ao se estabelecer sucessivamente no país, a partir de meados da década de 1980, John trouxe consigo essas tradições e esses debates. Vale lembrar que entre seus professores, em Chicago, esteve o historiador e antropólogo austríaco Friedrich Katz, que levou para os Estados Unidos a influência da Escola Histórico-Cultural Alemã. Essa mesma escola influenciara Sérgio Buarque de Holanda, antecipador da descoberta do papel dos índios na história de São Paulo e que teria em John Monteiro seu maior intérprete. Também no quadro dos interesses pela história brasileira, o jovem doutorando estabeleceu contatos com Stuart Schwartz antes mesmo de decidir o tema da tese que, aliás, foi sugerido exatamente por esse estudioso, cujo trabalho mostra até hoje a perfeita compatibilidade entre a análise socioeconômica e a história cultural.

Embora reconhecesse a importância da história cultural ou da micro-história no âmbito dos estudos históricos, John não tinha grande inclinação por elas, para as quais olhava com a desconfiança de quem, acostumado ao trabalho minucioso de análise de fontes até esgotar todas as “provas” que oferecem, não fica totalmente convencido pelas “possibilidades” que leituras excessivamente audaciosas possam abrir³. Por outro lado, o excesso de detalhes “etnográficos”, caros à micro-história, era visto com suspeita por John, mais à vontade na perspectiva mais abrangente e comparativa proporcionada pela formação em história econômica e pelo interesse na expansão colonial dos séculos XVI e XVII⁴.

3 Refiro-me aqui ao famoso texto “Provas e possibilidades” de Carlo Ginzburg (1991).

4 O risco de se perder nas minúcias da micro-história, paralelo historiográfico de certas idiossincrasias etnográficas, está claramente presente em sua resenha dos primeiros dois volumes da *História da Vida Privada no Brasil*. Apesar de saudar a empreitada, a análise não deixa de apontar para o corte sincrônico que “ameaça perder de vista a relação entre vida cultural, etnograficamente descrita”, e “os movimentos gerais da história da América portuguesa”, assim como corre o risco de “uso do exemplo singular para tecer um comentário generalizado sobre a sociedade” (Monteiro, 1998, p. 210 e 212).

A aproximação de John Monteiro à antropologia, ou, melhor dizendo, a aproximação entre antropologia e história realizada em seu trabalho, deu-se menos por sugestões teóricas mais ou menos na moda do que pela própria natureza do objeto e pelo rigor do percurso analítico na abordagem das fontes. A tese em História Econômica, defendida em 1985 na University of Chicago⁵, encontra-se na base de seu trabalho mais conhecido, *Negros da terra* (1994). Inicialmente proposta como um estudo da estrutura da economia colonial em São Paulo, tema caro à historiografia nacional, a pesquisa acabou apontando para um campo de investigação tão fecundo quanto desconhecido até então, porque ocultado pelo mito regional do bandeirantismo, revelando dinâmicas de interação e negociação política e econômica entre atores sociais em luta pelo controle da mão de obra indígena.

A descoberta da centralidade da captura e da escravização dos índios na formação da economia paulista, a partir da análise de fontes até então pouco ou nada exploradas (como os inventários e testamentos, ou os registros de batizados e óbitos) ou de um novo olhar sobre fontes mais conhecidas (como a correspondência jesuítica, os documentos dos arquivos portugueses ou das Câmaras Municipais), levou à tese “revisionista” do paradigma da colonização em São Paulo. Por um lado, o trabalho colocava em cheque a grande narrativa do bandeirantismo como forma de povoamento do interior, evidenciando o processo oposto: o desastre demográfico provocado pela retirada de milhares de índios e pelas epidemias introduzidas pelos brancos. Por outro lado, *Negros da terra* mostrava que as expedições de apresamento não estavam voltadas para o abastecimen-

to do mercado açucareiro do Nordeste, e sim para a construção da própria estrutura produtiva do planalto, baseada no cultivo do trigo. Esta última afirmação, como nota Raminelli (2013, p. 178), abriu caminho para as pesquisas históricas mais recentes, fortemente críticas do modelo “externalista”, assentado no predomínio da economia agrário-exportadora no passado colonial, tão enraizado na historiografia nacional.

Mas a novidade maior da pesquisa dizia respeito menos à história econômica do que à história social, ao descortinar um universo de interações entre agentes sociais e políticos em permanente disputa e negociação em volta da questão central do controle do trabalho indígena: entre esses agentes estavam, prepotentemente, os próprios índios. Curiosamente, a descoberta da centralidade da escravidão dos índios não levava a mais uma confirmação do papel de figurantes mudos de uma história alheia; ao contrário, o trabalho trazia para o centro do palco a atuação dos próprios índios, vítimas de genocídio e etnocídio, sim, mas também capazes de repensar sua própria história e reconstruí-la, mediante sua inserção no mundo colonial e nos processos políticos que se desencadeavam a partir das expedições de apresamento.

Negros da terra mostra como “todos os aspectos da formação da sociedade e da economia paulista durante seus primeiros dois séculos confundem-se, de modo essencial, com os processos de integração, exploração e destruição de populações indígenas trazidas de outras regiões” (Monteiro, 1995, p. 9). Mas, ao mesmo tempo, o livro oferece exemplos contundentes de que esse processo deu origem a inúmeras estratégias de sobrevivência cultural e política das coletividades indígenas, que, “sem condições de reproduzir ple-

5 “São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society”, Chicago, 1985.

namente as formas pré-coloniais de organização, procuravam forjar espaços próprios no interior da sociedade colonial” (Monteiro, 1995, p 170).

Também, e mais importante, do ponto de vista metodológico e até epistemológico (ele não gostaria dessa palavra), a análise brilhante das transformações estruturais e simbólicas das guerras indígenas, frente à introdução do apresamento, substituindo o sacrifício no terreiro pela venda de prisioneiros, mostrava a extraordinária capacidade dos povos nativos de estar na história e de fazer história, a partir de códigos simbólicos novos, trazidos pelas contingências históricas. Isso questionava a imagem, inaugurada por Varnhagen, dos índios sem passado e sem futuro, ou aquela, mais ou menos marcada pelo paradigma da aculturação, da constatação do processo inelutável de apagamento e de definitiva perda cultural (Ribeiro, 1970; Hemming, 1978), ou, ainda, o paradigma da resistência vista como defesa até o martírio das imutáveis tradições.

Era introduzido assim o tema historiográfico do *índio colonial*, que recuperava a importância das lideranças indígenas no processo de conquista, junto com novas sugestões metodológicas a respeito do uso das fontes produzidas de um só lado do encontro. John trabalharia com afinco durante toda sua carreira nesse tema e nessa metodologia, que nas últimas décadas produziram trabalhos de fôlego, muitos dos quais com a supervisão e a orientação do próprio John, tanto na história quanto nas ciências sociais,

ou, melhor, naquele campo de investigação produzido pela interpenetração cada vez mais estreita e fértil entre instrumentos de pesquisa e questões teóricas pertencentes aos dois campos disciplinares⁶.

Antropologia como opção

Foi, pois, a partir dos dados empíricos e do compromisso científico e político com esse poderoso ator, “esquecido” pela historiografia nacional, que se deu a aproximação com a antropologia, já que, por declaração do próprio John em palestras, artigos e materiais de divulgação, na década de 1980 não havia espaço, ainda, para a história indígena no panorama das pesquisas nacionais sobre história colonial. Paralelamente, por iniciativa de alguns antropólogos, o campo da etnologia brasileira estava se ampliando para incorporar questões de história, por razões essencialmente políticas. Com efeito, o final da década de 1970 e o início da de 1980 foram marcados pela visibilidade crescente dos movimentos indígenas, que levaram a questão da cidadania e dos direitos do índios à Constituinte, propondo uma revisão do Estatuto do Índio. Por outro lado, no plano da reflexão antropológica, a reconfiguração da própria noção de “direito indígena” levava cada vez mais os etnólogos engajados na causa indígena e indigenista à busca dos fundamentos históricos e jurídicos daquelas que em breve viriam a se chamar de políticas de reconhecimento.

A pesquisa histórica na documentação colonial e imperial, bem como nos cartórios

6 Muitas foram as dissertações e teses orientadas por John Monteiro, algumas das quais premiadas, compondo aquilo que John chamava carinhosamente de “linhagem”. Aqui, lembro apenas alguns dos trabalhos transformados em livros, reconhecendo, no entanto, a relevância daqueles que, por razões diferentes, ainda não foram publicados: *Metamorfozes indígenas*, de Regina Celestino de Almeida (2003); *Religião como tradução*, de Cristina Pompa (2003); *Civilização e revolta*, de Izabel Missagia de Mattos (2004); *Política da identidade*, de Sidnei C. Peres (2013); *Vilas de índios no Ceará Grande*, de Isabelle B. Peixoto da Silva (2005); *O vapor e o botoque*, de Luisa Tombini Wittmann (2007).

e nas paróquias, tornava-se central na elaboração dos laudos antropológicos que davam fundamento jurídico a tais demandas. Por outro lado, a pesquisa em história oral mostrava que a memória dos nativos (ou daqueles que estavam “redescobrimdo-se” nativos) construía formas próprias, regimes peculiares de historicidade.

Nesse momento político e nessa altura do debate acadêmico, a pesquisa de história indígena de John Monteiro encontrou seu lugar. A reflexão a respeito das transformações nas modalidades de escravidão no quadro da economia paulista dos seiscentos deu lugar ao estudo da história indígena, vista principalmente como o aporte historiográfico à questão indígena. Se a documentação inédita encontrada nos arquivos e cartórios paulistas revelava cada vez mais o papel dos povos indígenas na formação da colônia, sugeria também uma perspectiva de aprofundamento do campo que começava a se chamar, ao arripio da tradição historiográfica herdeira de Von Martius e Varnhagen, de “história indígena”.

Assim, pela própria natureza do objeto, mas também pelas inquietações intelectuais suscitadas por acontecimentos contemporâneos, houve uma aproximação às pesquisas antropológicas ligadas à vertente da etno-história, como as de Robin Wright, também atuante no Brasil mas de formação americana, animador, com Jonathan Hill, da revista *Ethnohistory*. Entre o final da década de 1980 e a metade da de 1990, John Monteiro e Robin Wright coordenaram várias reuniões do grupo de trabalho da Anpocs dedicado à história indígena. Pertence a esse período

a publicação do artigo “Escravidão indígena e o problema da identidade étnica em São Paulo colonial” (1990), em que a busca das condições históricas da criação do etnônimo “carijó”, utilizado para identificar a população indígena integrada à estrutura social da colônia, (re)descobria o “índio colonial”, figura central na bibliografia referente à América espanhola, mas praticamente ausente no horizonte historiográfico brasileiro. Isso abria uma discussão que se revelaria fecunda com a antropologia no país, que naquele momento revia criticamente o paradigma consagrado da polarização irreduzível entre mundo colonial e mundo indígena.

Na mesma linha, o artigo “Brasil indígena no século XVI: Dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial” (1990a), publicado em Portugal, desconstruía discursos historiográficos e etnográficos, retomando e enriquecendo a desmistificação, operada por Florestan Fernandes na década de 1950, da passividade dos povos tupis do litoral frente à colonização. A superação do modelo funcionalista de Florestan, excessivamente rígido na opinião do autor, estava na identificação das estratégias diferenciadas e historicamente variáveis das lideranças nativas, em busca de afirmação política no quadro da sociedade colonial, ainda no primeiro século da colônia⁷. Um desenvolvimento dessa temática, estendendo a análise para o conjunto da América portuguesa, encontra-se em “As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: Transformação e resistência”, de 1991, originariamente texto de uma conferência proferida em Lisboa, em ocasião das comemorações dos descobri-

7 Essa crítica foi desenvolvida sucessivamente, encontrando sua expressão mais acabada no artigo “Entre o etnocídio e a etnogênese”, da tese de livre-docência do autor: “...os Tupinambá de Florestan só sobreviveriam ao impacto da conquista através da migração, como haviam feito os grupos egressos de Pernambuco que teriam reconstituído a coesão tribal em lugares distantes da presença europeia. Nesse sentido, davam as costas à história para não ser vítima dela” (Monteiro, 2001a, p. 55).

mentos portugueses, sucessivamente transformado em artigo para uma coletânea organizada por Jill Dias, promotora do evento (Monteiro, 1991b).

Essa história, que via os índios agirem dentro dela na medida em que a construía, estava se colocando prepotentemente no cerne das preocupações teóricas e das pesquisas empíricas de antropólogos engajados no apoio ao movimento indígena e na reivindicação de seus direitos de cidadania, movimento e direitos que, além dos fóruns políticos de debate, ocupavam espaços acadêmicos, nos GTs da Anpocs e da ABA. O quadro do processo de democratização, além de cenário da militância que levava a pensar os índios como sujeitos, e não simplesmente como objetos de pesquisa ou beneficiários de políticas de Estado, era também uma ocasião para repensar a tradição etnológica nacional, marcada pela sincronia do olhar estruturalista. Com efeito, a releitura do estruturalismo à luz do processo histórico e político, trazida por novos expoentes do culturalismo americano, como Sahlins e Rosaldo, ou a reflexão sobre a relação dinâmica entre mito e história, de etno-historiadores como Jonathan Hill, abria novas perspectivas teóricas e de pesquisa, trazendo para o centro do palco da política e da história a maneira indígena de fazê-las, “em seus próprios termos”, para citar uma frase famosa de Manuela Carneiro da Cunha.

Justamente, o grupo que se juntava em torno da Manuela Carneiro da Cunha acolheu John em seu debate e se abriu às suas sugestões, inaugurando novos rumos na maneira de fazer antropologia e história indígena. De um lado, esse diálogo enriqueceu enormemente a etnologia brasileira que tinha constituído frequentemente, até então, uma espécie de espelho do discurso historiográfico do índio “sem história”. A dimensão da história como perspectiva metodológica ultrapassava assim as limitações dos “antece-

dentes históricos”, os obrigatórios e às vezes entediante capítulos introdutórios das monografias rigorosamente sincrônicas. Essa perspectiva abria espaço para a compreensão do processo de construção, não apenas das configurações sociais contemporâneas, e sim das próprias categorias de apreensão e descrição dessas configurações, como é o caso dos etnônimos, por exemplo, que John Monteiro mostrava serem produtos históricos de interação social e política desde a época colonial. De outro lado, a aproximação da problemática e da metodologia etnológica densificou teoricamente a perspectiva histórica que começava a se construir no trabalho tanto de John Monteiro quanto de outros especialistas que estavam construindo o campo específico da historiografia da América indígena colonial, ao mostrar que as escolhas indígenas e seu papel na história estavam indissolvelmente relacionados a regimes múltiplos de historicidade construídos por mitos, ritos e configurações cosmológicas (aquelas que hoje em dia se definem “cosmopolítica”).

Foi assim que a tese “São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society” se transformou em *Negros da terra* (1994), precedido nesse caminho por outro artigo: “From Indian to Slave: Forced Native Labour and Colonial Society in São Paulo during the Seventeenth Century”. Também pensado a partir de preocupações de história econômica e publicado em 1988, o texto foi repensado no quadro do projeto de construção do campo da história indígena, para entrar, com o título de “De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII”, em um número especial da *Revista de Antropologia* (1988 a 1990), que trazia a produção daquela fatia da antropologia, em boa parte ligada a Manuela Carneiro da Cunha, que estava consolidando o campo da história indígena e do indigenismo a partir de um GT da Anpocs com

o mesmo nome. Nessa linha, institucionalizou-se, na USP, o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, ativo até hoje, que por sua vez, com a ajuda da Fapesp, daria origem aos trabalhos mais relevantes da década de 1990, referências até hoje a respeito da história indígena: a coletânea *História dos índios no Brasil* (1992) e o *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo* (1994).

Da primeira coletânea, organizada pela própria Manuela, John Monteiro participou com um texto marcante sobre a etno-história guarani: “Os guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI-XVII”, que trazia questões incômodas para o tão inesgotável quanto complexo campo dos estudos guarani, como no caso da “projeção etnográfica” que, por exemplo, deixa de atribuir centralidade à guerra entre os guarani históricos, a partir da ideia contemporânea da centralidade da religião. Outra questão importante apontada pelo artigo foi a da demografia, a partir da qual o artigo tecia uma crítica severa da fragilidade dos pressupostos históricos das teorias clastrianas.

A questão demográfica, aliás, foi um tema caro ao autor, que a enfrentou em diversos momentos de sua trajetória, sempre repensando e acrescentando novas fontes e novas reflexões sobre os dados da pesquisa que deu origem a *Negros da terra*. Lembremos aqui “Os escravos índios de São Paulo no século 17: Alguns aspectos demográficos”, de 1989, e “A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500”,

de 1994. O tema, indissoluvelmente articulado aos da escravidão e do despovoamento, aparecera já em “Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão”, na mesma coletânea organizada por Jill Dias citada acima, em que à pesquisa sobre São Paulo acrescentou-se uma pesquisa original sobre a Amazônia seicentista. O conteúdo desse artigo forneceu material para dois outros trabalhos publicados no Brasil: “O escravo índio, esse desconhecido”, no livro *Índios no Brasil*, organizado em 1992 por Luís Donisete Benzi Grupioni, e “Colonização e despovoamento: São Paulo e Maranhão no século XVII”, publicado em *Ciência Hoje*, no mesmo ano.

Voltando ao texto sobre a etno-história guarani, mais uma vez a partir das evidências históricas e de um olhar crítico para com fáceis heranças da tradição antropológica e historiográfica, John convidava, fundamentalmente, a refletir a respeito da dialética entre tradição e mudança, que obriga a etnologia e a história a levar em conta as dinâmicas históricas dos povos indígenas em situação colonial, antes e além de liquidar a questão pelo paradigma da aculturação ou do desaparecimento.

Da segunda grande empreitada do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, o *Guia de fontes*, John Monteiro foi, antes de organizador, o próprio inventor, na medida em que ele foi capaz de enriquecer a perspectiva antropológica a respeito da história indígena com seguros instrumentos de pesquisa de documentos primários⁸. A

8 O *Guia de fontes* desdobrou-se em outras iniciativas análogas do Núcleo, relativas à região Nordeste: *Documentos para a história indígena no Nordeste*, (Dantas, Porto Alegre Mariz, 1994) e o *Repertório de documentos para a história indígena – Sergipe* (Dantas, 1993). Junto com Beatriz Perrone-Moisés, John foi editor responsável dessas e de outras publicações, todas sobre a história indígena, como o importante volume *Amazônia: etnologia e história indígena* (org. Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro); *Mairi revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi*, de Dominique Gallois; *Livro das canoas* (org. Márcio Meira); *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*, de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens (org. Marta Rosa Amoroso e Nádia Farage); *Fronteiras da República*, de Paulo Santilli; e *Histórias do Xingú*, (org. Mariana Kawall Leal Ferreira).

coordenação da enorme equipe de colaboradores espalhados nas várias capitais do país foi possível não apenas em função do sólido hábito da pesquisa de arquivo adquirido junto com o ofício de historiador nos Estados Unidos, mas também da generosidade que caracterizava o historiador americano em seu desejo de fornecer os estudiosos brasileiros de instrumentos de pesquisas comparáveis com aqueles encontrados nas universidades do norte⁹. Sobretudo, o trabalho titânico de organização, sistematização e até de edição e produção dos originais sustentou-se na convicção, tanto teórico-metodológica quanto política, de que os arquivos revelariam, a despeito da conclamada ausência de documentação, não apenas a história dos índios, mas, indissolivelmente, a história do Brasil, ou, melhor, a história do processo de construção da identidade nacional mediante mecanismos políticos e discursivos de sistemático apagamento de uma de suas componentes.

A competência na elaboração de guias bibliográficos e de fontes tinha produzido, antes do *Guia*, outros trabalhos análogos no final da década de 1980, quando professor da Unesp em Assis, Franca e Araraquara e coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos (Cela) dessa universidade: *América Latina colonial: Bibliografia básica* (1990) e *A escravidão na América Latina e no Caribe: Bibliografia básica* (1990), em colaboração com Francisco Moscoso e Horacio Gutiérrez, respectivamente. Mas a intuição de que a ausência de menção aos povos indígenas na historiografia nacional estava ligada por uma relação de causalidade à construção da identidade nacional esteve na base

de suas preocupações científicas nos anos seguintes. Com efeito, a “história indígena e do indigenismo” e a “identidade paulista” como aspecto peculiar da “identidade nacional” seriam os temas centrais da reflexão e da produção do John no período entre 1992 e 1997, como pesquisador e, depois, como diretor científico do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Índios, São Paulo e a mestiçagem

A questão da identidade paulista, articulada à questão da escravidão indígena, já fazia parte da própria pesquisa que daria origem a *Negros da terra*. No Cebrap, essa questão foi se ampliando e enriquecendo a partir de uma reflexão mais abrangente sobre o pensamento social brasileiro, mais precisamente sobre “Raça e Mestiçagem no Pensamento Social Brasileiro”. Esse foi o nome do grupo no qual debateram durante dois anos (1993-94) jovens pesquisadores de áreas diversas das ciências humanas, reunidos sob a coordenação do então também jovem historiador John Monteiro. No debate sobre os grandes intérpretes do Brasil, John, fiel à sua formação tanto de historiador como de americanista, levou para a discussão autores e obras de outros países da América Latina e Caribe, introduzindo, como observa agudamente Omar Ribeiro Thomaz (2013, pp. 7-8), um pequeno cosmopolitismo e, mais, colocando em cheque a suposta especificidade do pensamento social brasileiro.

Por outro lado, a leitura de autores esquecidos pela historiografia nacional e regional trazia uma problemática nova à reflexão

9 A pesquisa sobre temáticas brasileiras, como John frisava frequentemente, é infinitamente mais fácil nos Estados Unidos que no Brasil. Como exemplo dessa facilidade, entre os mais recentes trabalhos, podemos lembrar o do *Brazilian Government Serials Digitization Project*, um banco de dados de cerca de 700.000 páginas de documentos do governo brasileiro produzidos entre 1821 e 1993, concluído em 2000 pelo “The Latin American Microfilm Project (Lamp)” e disponibilizado na Internet.

sobre a construção da identidade nacional. É o caso da análise da obra de Alfredo Ellis Jr., por exemplo, cuja contribuição para a história de São Paulo estabeleceu cânones ainda hoje difíceis de extirpar da historiografia regional: entre eles, a ideia da mestiçagem eugênica luso-indígena, produtora daquela “raça de gigantes”, os mamelucos, base genealógica (os “primeiros troncos”) da elite paulista. Um artigo publicado na *Novos Estudos*, do Cebrap (Monteiro, 1994b), apontava para outro aspecto do papel dos índios na história e na historiografia nacional, ao mostrar que Ellis, mediante um emaranhado de teorias raciais, mesológicas e até sociológicas, colocava a construção da identidade paulista em diálogo e em atrito com outros pais fundadores da nação, como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, exatamente no plano da relação com os indígenas. Esse artigo foi repensado e ampliado em várias ocasiões de simpósios e congressos, constituindo a base de um trabalho comparativo, de fôlego bem maior, sobre a construção da elite luso-descendente em São Paulo e Goa, retomando assim o interesse pela colonização portuguesa em Goa inaugurado com o pequeno texto sobre Afonso de Albuquerque, redigido como trabalho de conclusão de graduação¹⁰.

A reflexão sobre historiografia e pensamento social brasileiro realizada no quadro das atividades no Cebrap produziu anteriormente outro artigo (Monteiro, 1992c) que, com um título evocativo de um dos temas mais caros à pesquisa de John, o binômio tupi-tapuia, apontava para as inter-relações entre história indígena, mestiçagem e formação da elite paulista. No artigo, o autor recuperava a polêmica oitocentista sobre os

guaianá, antigos habitantes da região de Piratininga, que a historiografia celebrativa das raízes indígenas e mestiças da elite paulista (a “raça de gigantes” de Alfredo Ellis Jr.) queria tupi, enquanto outra vertente historiográfica, liderada por Capistrano de Abreu, definia como “tapuia”, ancestrais dos selvagens kaingang, cujo extermínio estava sendo patrocinado pela mesma elite.

Esse debate sobre o passado e o futuro indígena, que colocava em relação questões de raça, nacionalidade e papel político de São Paulo, marcava também o surgimento de uma tendência da política indigenista de idealização do tupi (definitivamente “extinto”) e condenação do tapuia (perigoso entrave para o progresso da nação), que ultrapassava os confins de São Paulo e tinha suas raízes no pensamento brasileiro do Império. No artigo “As raças indígenas no pensamento brasileiro durante o Império” (Monteiro, 1996), John enfrentou exatamente essa questão, após um período de reflexão que, partindo do seminário do Cebrap, desdobrou-se em um GT da Anpocs de 1993 e em um seminário no Rio de Janeiro em 1995. O GT sobre “Pensamento Social” continuaria sob outras coordenações nos anos sucessivos, enquanto John, após o ingresso na Unicamp, passaria a ser organizador de GTs da Anpocs e da ABA mais especificamente dedicados à história indígena e do indigenismo, em geral com a colaboração de João Pacheco de Oliveira Filho, com quem estabeleceu e manteve sempre um diálogo intenso sobre os instrumentos conceituais, as fontes de pesquisa e as agendas da história e da etnologia indígenas.

Estavam assim claramente definidas as trilhas investigativas – história indígena, iden-

10 O trabalho, apresentado na tese de livre-docência, de 2001, foi publicado como “Raças de gigantes: Mestiçagem e mitografia no Brasil e na Índia portuguesa”, em um texto organizado por Bela Feldman-Bianco, Miguel Vale de Almeida e Cristiana Bastos, publicado em Lisboa (2002c) e sucessivamente no Brasil, pela Editora da Unicamp (2007).

tidade paulista e nacional, mestiçagem – que John Monteiro seguiria nos anos sucessivos, anos de plena maturidade intelectual e profissional, coincidente com o ingresso no departamento de Antropologia do IFCH-Unicamp. Com efeito, o trabalho de pesquisa e orientação na Unicamp foi marcado, desde o início, pelo intenso diálogo não apenas científico mas também institucional entre antropologia e história. Foi na Unicamp que John pôde encontrar um lugar para exercer sua vocação e sua profissão, abrindo seus cursos de pós-graduação para alunos da história, organizando eventos com a participação dos dois departamentos e orientando mestrands e doutorands advindos de formações diferentes, mas movidos pela vontade de construir o campo da história indígena.

A reflexão sobre os múltiplos sentidos da história indígena recebeu um impulso fortíssimo nas celebrações – e anticelebrações – dos quinhentos anos da “descoberta do Brasil”. John esteve profundamente envolvido no processo de releitura das narrativas oficiais, recuperando e enriquecendo sua produção até então. O alentado artigo “The Crises and Transformations of Invaded Societies, 1492-1580: Coastal Brazil in the Sixteenth Century”, publicado no terceiro volume da *Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*, organizada por Stuart Schwartz e Frank Salomon (Monteiro, 1999a) inaugurou da melhor maneira esse período, introduzindo de pleno direito a temática da questão indígena na América portuguesa no quadro

da história indígena na América Latina, da qual, até então, tinha estado ausente.

Essa presença confirmou-se no ano seguinte, com o belo texto sobre a “Invenção dos índios brasileiros”, publicado na *Hispanic American Historical Review* (Monteiro, 2000). Aqui, era apresentada ao público anglófono a reflexão sobre as razões da ausência: a maneira como a historiografia do século XIX, principalmente com Varnhagen, construiu a inevitabilidade do desaparecimento do selvagem, recuperando a descrição “etnográfica” de Gabriel Soares de Souza (não por acaso “redescoberto” e publicado exatamente nessa época), bem como o binômio tupi-tapuia inaugurado por este. A tradução para o português desse artigo apareceu na *Revista de História* da USP, em 2003.

Ainda no âmbito da releitura da “descoberta”, John proferiu dezenas de palestras e conferências em ocasiões mais ou menos oficiais ou acadêmicas. Se algumas ganharam forma de artigos ou capítulos de livros, como no caso de “Armas e armadilhas” (Monteiro, 1999b e 2006b), ou “Redescobrimo os índios da América portuguesa: Antropologia e história” (Monteiro, 2001b), outros – a maioria – permaneceram como momentos fecundos de reflexão e debate a respeito de uma história que, cada vez mais, desvendava seu caráter de narrativa fundadora da nação, por um lado, e revelava as falhas da *black legend* da história dos índios como simples narrativa de extermínio, por outro.¹¹ Valha para todos o tema “Etnocídio, etnogênese,

11 Seja-me permitida, a este ponto, uma notação pessoal que pode elucidar o tipo de desafio que o (ainda) nascente campo da história indígena encontrava há quinze anos. Uma mesa redonda da qual participei em 1999 em Fortaleza, com Regina Celestino de Almeida, Isabelle B. Peixoto da Silva e John (que ali proferiu a citada palestra “Redescobrimo os índios”, trouxe a proposta de pensar a relação entre colonizador e colonizado a partir dos conceitos de “trânsito”, “negociação simbólica” e “ajuste” político e conceitual. Isso provocou vivas reações em uma plateia de estudantes e professores que viam na ideia de mediação uma sorte de posição revisionista daquilo que Steve Stern (1992) chama “paradigma da conquista”, identificando a resistência indígena à colonização univocamente nos termos de heroica luta até o martírio pela manutenção da “cultura” tradicional.

etno-história”, apresentado em vários momentos e em vários formatos, transformado em capítulo na tese de livre-docência, discutido em muitos encontros nos Estados Unidos em 2002 e 2003 (no quadro do projeto “*Tupi People Under Colonial Rule: Ethnocide and Ethnogenesis in Portuguese America*”, realizado junto ao David Rockefeller Center for Latin American Studies da Harvard University) e ainda inédito.

Gosto de lembrar, desse período, alguns artigos de divulgação¹², que refletem a preocupação de desconstruir, junto ao grande público, a imagem do índio como ancestral mítico da nação, cristalizado em uma dimensão meta-histórica distante da sociedade e da política atuais, oposto especular do índio contemporâneo, relegado às margens da política e da história por “não ser mais índio”, sem direito a reivindicar uma identidade medida em penas, nudez e falta de tecnologia. O compromisso em encurtar a distância entre o índio imaginado e os índios reais, sempre presente na produção de John Monteiro, originara, ainda em 1995, o capítulo “O desafio da história indígena no Brasil”, publicado no precioso texto, voltado para os educadores, *A temática indígena na escola*, organizado por Aracy Lopes da Silva e Luís D. B. Grupioni.

No plano acadêmico, dos vários *papers* apresentados em palestras e simpósios, discutindo a ambivalência da construção da identidade paulista, através da e em oposição à presença indígena, só alguns encontraram o formato de texto publicado. Entre eles: “Os caminhos da memória: paulistas no Códice Costa Matoso” (1999c), “Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no iní-

cio do século XVIII” (1999d), “A memória das aldeias de São Paulo: Índios, paulistas e portugueses em Arouche e Machado de Oliveira” (2002). Entretanto, o trabalho mais relevante que articulava a temática indígena com a própria história de São Paulo, da colônia até hoje, foi o capítulo introdutório do livro organizado por Paula Porta *História da cidade de São Paulo*, no quadro de outra comemoração: os 450 anos da cidade. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: A presença indígena na história de São Paulo” (Monteiro, 2004) mostra que os índios foram sempre o necessário contraponto “móvel”, porque deslocado em função de sua subalternidade social, da edificação da cidade, desde as bandeiras que introduziram forçadamente centenas de índios não tupi em São Paulo até a imigração dos pankararu, retirantes nordestinos do século XX, que se estabeleceriam na favela do Real Parque.

Como dito, a Unicamp foi o espaço mais fértil e o tempo maduro para articular definitivamente antropologia e história em volta do campo da história indígena. Se as décadas de 1980 e 1990 foram dedicadas a historicizar a antropologia, talvez a primeira década deste século tenha visto uma espécie de “viagem de volta”, parafraseando a célebre expressão de João Pacheco de Oliveira Filho, em que John construiu tempos e espaços dos estudos indígenas, em que os temas antropológicos desafiavam os historiadores.

Um desafio aos historiadores foi, sem dúvida, já no título, a tese de livre-docência: *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo* (Monteiro, 2001a). Os textos, muitos dos quais reelaboram e aprofundam temáticas tratadas em

12 Por exemplo, “A descoberta dos índios” e “A espada de madeira”, em um número especial de *D. O. Leitura*, dedicado aos *500 Anos do Brasil* (1999). Outros pequenos textos de divulgação sobre Borba Gato, Tibiriçá e José Arouche apareceram em publicações dedicadas à história de São Paulo, introduzindo o papel das lideranças indígenas na história de São Paulo, desmistificando o mito do bandeirantismo.

artigos anteriores, são apresentados por uma introdução reveladora do abismo patente que existe entre a historiografia nacional e a do resto da América Latina no que diz respeito à questão indígena, abismo devido menos à ausência de fontes ou documentos consistentes do que à herança tenaz de uma narrativa historiográfica oitocentista fundadora da nação à custa da eliminação da presença nativa. O questionamento das próprias categorias mobilizadas para pensar não apenas a nação como também a própria história, marcada por defasagens, deslizamentos temporais e atribuições arbitrárias de temporalidades, é o desafio lançado aos historiadores. Com efeito, se a descoberta das fontes alternativas descortinava, nos moldes da história cultural e social, a vida de sujeitos históricos até então silenciados – os pobres, as mulheres, os escravos – a mesma coisa não acontecia (ou ainda não acontecia em 2001) com os índios: “...se alguns esquecidos da história começaram a saltar do silêncio dos arquivos para uma vida mais agitada nas novas monografias, os índios permaneceram basicamente esquecidos pelos historiadores”.

Dois capítulos da tese – inéditos até hoje – chamam a atenção. “Entre o etnocídio e a etnogênese: Identidades indígenas coloniais” (pp. 53-78) introduz o conceito de “etnogênese” – trabalhado tanto por antropólogos como Jonathan Hill e Neil Whitehead quanto por historiadores como Guillaume Boccard e Gary Clayton Anderson. O conceito serve aqui para mostrar a dinâmica histórica colonial por meio da qual o enrijecimento e a essencialização das categorias étnicas, desencadeados pelos conquistadores na ótica da territorialização e da dominação, foram também instrumentos de afirmação política dos povos nativos, ou de suas lideranças. Maior rigor historiográfico proposto para a análise desses pro-

cessos, balizados em uma multiplicidade de estratégias simbólicas e políticas, obriga a abandonar definitivamente a polarização “do inadequado binômio acomodação/resistência” (p. 58). Mesmo sem fazer referência explícita à questão política contemporânea, a abordagem de John Monteiro fornece, assim, profundidade histórica para a discussão a respeito da chamada “emergência étnica”, no quadro da reconfiguração da noção dos direitos indígenas enquanto direitos *históricos e territoriais*.

O outro capítulo inédito, “Entre o gabinete e o sertão: Projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil imperial” (pp. 129-169) retoma a reflexão, já enfrentada em outros textos, sobre pensamento a respeito dos índios no Império. O capítulo enfatiza a relação entre as interpretações sobre os índios – pautadas pelo cientificismo ou pelo romantismo –, a definição de políticas indigenistas mediante os “planos de civilização” – de José Bonifácio ao “Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios” – e as práticas das relações concretas com os índios, marcadas pela hostilidade aberta nas várias províncias, principalmente São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. O autor mostra, assim, que a tensão entre “filantropos e exterminadores”, conforme sua feliz expressão, encontrava-se na base da própria possibilidade do projeto de construção de uma nação civilizada.

Um pesquisador generoso

Nunca publicada mas disponível na internet desde sua defesa, a tese de livre-docência é um testemunho ulterior da generosidade de seu autor, mais interessado em compartilhar fontes e reflexões com estudantes, estudiosos e pessoas interessadas em geral do que em acumular uma “produtividade” científica medida em letras e números

em cima da qual assentar um discurso de autoridade.

Nos últimos anos, articulando-se ao tripé originário – história indígena, identidade paulista, mestiçagem – surgiram outros temas de pesquisa que, apesar de intensamente debatidos em cursos, seminários e grupos de trabalhos, não chegaram à publicação. Às vezes, novas fontes e nova bibliografia amarravam em uma nova textura os fios de interesses antigos, como no caso da comparação entre América e Índia portuguesas; às vezes, o trabalho de orientação levava a descobrir novos campos de exploração ou a recuperar intuições antecipadoras ou pesquisas já esboçadas, como é o caso da presença indígena no Brasil holandês, ou das trocas simbólicas entre índios e missionários¹³. Em qualquer caso, o debate, a troca, a disponibilização do material e das ideias antecediam o momento da escrita definitiva e chegavam a adiar indefinidamente esse momento, sempre em busca de novas fontes e sugestões, de nova bibliografia.

Essa bibliografia, que John não cansava de procurar e comentar, era imediatamente disponibilizada no site *Índios na história do Brasil*, pensado e mantido por ele junto ao IFCH da Unicamp¹⁴, ou difundida pelo grupo Índios na História, na internet, do qual

era moderador, ou discutida nos GTs da Anpocs, da ABA e, principalmente, da Anpuh, organizados anualmente.

Todas essas atividades, na mesma linha das iniciativas mais antigas dos *Guias de Fontes* e dos verbetes em dicionários e enciclopédias, requerem tempo, dedicação e coragem, a coragem de preferir um trabalho mais humilde, cansativo, mas cientificamente proveitoso da coordenação de GTs ao brilho autocentrado de palestras inaugurais ou publicações autorais. São atividades marcadas por uma característica comum e rara: a generosidade que reverbera na escolha ética e científica de um tipo de produção que antepõe a utilidade comum, o interesse coletivo, ao reconhecimento pessoal. Pensar na obra de John Monteiro é pensar em uma *opera aperta*, nunca definitivamente concluída porque provocadora e rica de sugestões para novos trabalhos, sempre revista e reelaborada, sempre *in fieri*.

John Monteiro nos deixou um ano atrás. Este artigo, como todas as homenagens, refletiu apenas sobre alguns aspectos de seu trabalho, sem pretender apresentar uma análise exaustiva de sua produção¹⁵. Nem eu teria condições de fazê-lo, seja pela falta de competência minha para a leitura de alguns aspectos de seu trabalho¹⁶, seja pela própria

13 Intuições e sugestões “farejadoras” a respeito dos catecismos jesuíticos foram, por exemplo, o pontapé inicial do trabalho de Adone Agnolin (2007), que atribui a longas conversas com John a origem de sua pesquisa e que aqui agradeço pela leitura atenta deste texto.

14 www.ifch.unicamp.br/ihb/

15 Foram pouco exploradas, por exemplo, as atividades realizadas durante o período de permanência nos Estados Unidos, em Harvard, entre 2003 e 2004, durante o qual, além de se valer da interlocução científica com os antigos orientadores e com outros pesquisadores de ponta de história da América Latina, ele conseguiu levar para o palco da discussão a questão da história indígena colonial na América portuguesa, notoriamente excluída até então desse circuito acadêmico. Dessa interlocução resultou, entre outras coisas, o texto de “Labor Systems”, na *Cambridge Economic History of Latin America*, (Monteiro, 2006a). Da mesma forma, não me detive na atividade de organização de coletâneas, como os dois volumes organizados em colaboração com Francisca L. N. Azevedo, como resultado do grande congresso da USP para o quinto centenário colombiano, *Raízes da América Latina e Confronto de culturas*, de 1996 e 1997, respectivamente, e *História & utopias*, de 1996, organizado com Ilana Blaj. Também deixei de comentar as dezenas de verbetes para enciclopédias e dicionários, as resenhas críticas de livros, os prefácios e as traduções.

característica desse trabalho. Apenas gostaria de poder pensar neste texto menos como um artigo sobre John, em memória dele, do que como uma reflexão, a partir dele e de seu trabalho, sobre os rumos das pesquisas de história indígena ou de antropologia histórica com os povos indígenas. Com certeza, ele gostaria mais assim.

Se, como foi repetido muitas vezes, a história indígena se divide em um *antes* e um *depois* de John Monteiro, nosso esforço de hoje e de amanhã é pensar como poderá continuar nosso trabalho, ao mesmo tempo sem ele e com ele, seguindo o caminho apontado por suas pesquisas, suas intuições, seu entusiasmo, sua generosidade.

Referências Bibliográficas

- AGNOLIN, Adone. (2007), *Jesuítas e selvagens. A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi*. São Paulo, Humanitas.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. (2003), *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). (1992), *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FRANÇOZO, Mariana. (2007), “Os outros alemães de Sérgio: Etnografia e povos indígenas em *Caminhos e fronteiras*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, .22, (63): 137-52.
- GINZBURG, Carlo. (1991), “Provas e possibilidades”, in *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel.
- HEMMING, John. (1978), *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge (EUA), Harvard University Press.
- MATTOS, Izabel Missagia. (2004), *Civilização e revolta: Os botocudos e a catequese na província de Minas*. Bauru/São Paulo, Edusc/Anpocs.
- MONTEIRO, John M. (1988), “From Indian to Slave: Forced Native Labour and Colonial Society in São Paulo during the Seventeenth Century”. *Slavery and Abolition*, 9, (3): 105-27.
- _____. (1989a) “Alforria, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo”. *Revista de História*, 120: 45-57.
- _____. (1989b), “Os escravos índios de São Paulo no século 17: alguns aspectos demográficos”. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 5: 11-8.
- _____. (1988/1989/1990) “De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII”. *Revista de Antropologia*, 30/31/32: 151-73.
- _____. (1990a), “Brasil indígena no século XVI: Dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial”. *Ler História*, 19: 91-103.

16 Entre esses aspectos, vale apenas citar a competência com a qual era abordada a questão iconográfica. Por exemplo, no artigo que compõe a coletânea sobre a coleção fotográfica brasileira de Louis Agassiz, organizada por Maria Helena P. T. Machado (Monteiro, 2010), cujo objetivo não é fazer uma história das expedições científicas do século XIX a partir da coleção, mas, antes, desvendar as relações de poder que marcavam as posições de sujeitos e objetos e as categorias construtoras desse campo (no caso, a raça, ou o gênero), colocando a historicidade das condições de produção do conhecimento científico como pressuposto epistemológico da própria análise.

- _____. (1990b), “Escravidão indígena e o problema da identidade étnica em São Paulo colonial”. *Ciências Sociais Hoje/1990*: 237-52.
- _____. (1991a), “Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão”, in Jill Dias (org.), *Brasil nas vésperas do mundo moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- _____. (1991b), “As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: Transformação e resistência”, in Jill Dias (org.), *Brasil nas vésperas do mundo moderno*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- _____. (1992a), “Colonização e despovoamento: São Paulo e Maranhão no século XVII”. *Ciência Hoje*, 15, (86): 13-8.
- _____. (1992b), “O escravo índio, esse desconhecido”, in Luís Donisete Benzi Grupioni (org.), *Índios no Brasil*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.
- _____. (1992c) “Tupis, tapuias e a história de São Paulo: Revisitando a velha questão guaianá”. *Novos Estudos*, 34: 125-35.
- _____. (1994a), “A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500”. *Tempo e Presença*, 271: 17-8.
- _____. (1994b), “Caçando com gato: Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr.”. *Novos Estudos*, 38: 79-88.
- _____. (1994c), *Guia de Fontes para História Indígena e do Indigenismo*. São Paulo, NHII-USP/Fapesp.
- _____. (1994d), *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (1995), “O desafio da história indígena no Brasil”, in Aracy Lopes Silva; Luís D. B. Grupioni (orgs.), *A temática indígena na escola*, Brasília, MEC/MARI/UNESCO.
- _____. (1996), “As raças indígenas no pensamento brasileiro durante o Império”, in M.C. Maio; R.V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil/Editora Fiocruz.
- _____. (1998), “Indícios da vida privada no país da escravidão”. *Novos Estudos*, 51: 207-16.
- _____. (1999a). “The Crises and Transformations of Invaded Societies, 1492-1580: Coastal Brazil in the Sixteenth Century”, in Stuart Schwartz; Frank Salomon, (orgs.), *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas. Volume III: South America, Part 1*, Cambridge (EUA), Cambridge University Press.
- _____. (1999b), “Armas e armadilhas: História e resistência dos índios”, in Adauto Novaes (org.), *A outra margem do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (1999c), “Os caminhos da memória: paulistas no Códice Costa Matoso”. *Varia História*, 21: 86-99.
- _____. (1999d), “Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no início do século XVIII”. *Tempo*, 4, (8): 23-40.
- _____. (2000), “The Heathen Castes of Sixteenth-Century Portuguese America: Unity, Diversity, and the Invention of the Brazilian Indians”. *Hispanic American Historical Review*, 80 (4): 697-719.
- _____. (2001a), *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre-docência, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Disponível em <<http://venus.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- _____. (2001b), “Redescobrimdo os índios da América portuguesa: Antropologia e história”, in O. A. Aguiar; J. E. Batista; J. Pinheiro (orgs.), *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha.

- _____. (2002a), “Ensaio em antropologia histórica”. *Mana*, 8, (1): 234-7.
- _____. (2002b), “A memória das aldeias de São Paulo: Índios, paulistas e portugueses em Arouche e Machado de Oliveira”. *Dimensões: Revista de História da Ufes*, 14: 17-35.
- _____. (2002c), “Raças de gigantes: Mestiçagem e mitografia no Brasil e na Índia portuguesa”, in Bela Feldman-Bianco; Miguel Vale de Almeida; Cristiana Bastos (orgs.), *Trânsitos coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. Edição brasileira (corrigida): Campinas, Editora Unicamp, 2007.
- _____. (2003), “Unidade, diversidade e a invenção dos índios: Entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen”. *Revista de História*, 149: 109-37.
- _____. (2004), “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: A presença indígena na história de São Paulo”, in Paula Porta (org.) *História da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Paz e Terra, vol. 1.
- _____. (2006a), “Labor Systems”, in John Coatsworth, Roberto Cortés-Conde e Victor Bulmer-Thomas (orgs.), *Cambridge Economic History of Latin America. Volume 1: The Colonial Era and the Short Nineteenth Century*, Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (2006b), “Armes et pièges: Histoire et résistance des Indiens”, in Adauto Novaes (org.), *L'autre rive de l'Occident*, Paris, Métailié.
- _____. (2010), “As mãos manchadas do sr. Hunnewell”, in Maria Helena P. T. Machado; Sasha Huber (orgs.) *(Tr)aces of Louís Agassiz: Photography, Body and Science, Yesterday and Today/Rastros e raças de Louís Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*, São Paulo, Capacete.
- MONTEIRO, John M.; AZEVEDO, F. L. N. (orgs.). (1996), *Raízes da América Latina*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Expressão e Cultura.
- _____. (1997), *Confronto de culturas: Conquista, resistência, transformação*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Expressão e Cultura.
- MONTEIRO, John M.; BLAJ, I. (orgs.). (1996), *História & utopias*. São Paulo, Associação Nacional de História.
- MONTEIRO, John M.; GUTIÉRREZ, H. (1990), *A escravidão na América Latina e no Caribe: Bibliografia básica*. São Paulo, Centro de Estudos Latino-Americanos/Unesp.
- MONTEIRO, John M.; MOSCOSO, F. (1990), *América Latina colonial: Bibliografia básica*. São Paulo, Centro de Estudos Latino-Americanos/Unesp.
- PERES, Sidnei Clemente. (2013), *Política da identidade: Associativismo e movimento indígena no Rio Negro*. Manaus, Valer.
- POMPA, Cristina. (2003), *Religião como tradução: Missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru/São Paulo, Edusc/Anpocs.
- RAMINELLI, Ronald. (2013), “John Manuel Monteiro (1956-2013)”. *Trashumante: Revista Americana de Historia Social*, 2: 177-80.
- RIBEIRO, Darcy. (1970), *Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SILVA, Isabelle B. Peixoto da. (2005), *Vilas de índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório pombalino*. Campinas, Pontes.
- STERN, Steve. (1992), “Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics”. *Journal of Latin American Studies*, 24, Quincentenary Supplement: 1-34.

THOMAZ, Omar R. (2013), “Goa, os índios no Brasil e a obra de John Manuel Monteiro”. *Novos Estudos*, 97: 5-12.

WITTMANN, Luisa Tombini. (2007), *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Artigo recebido em 21/04/2014

Aprovado em 30/04/2014

Resumo

Os Índios entre Antropologia e História: a Obra de John Manuel Monteiro

O artigo analisa a trajetória de John Manuel Monteiro (1956-2013) e a centralidade de sua obra na construção do campo da história indígena enquanto conjunto de interseções teóricas e analíticas entre antropologia e história. Além de contribuir para o entendimento da maneira indígena de pensar e fazer a história, assim como da presença insistente dos índios na história do Brasil, o trabalho de John Monteiro tem constituído uma ruptura epistemológica dos saberes coloniais, implícitos na construção da teoria social no Brasil.

Palavras-chave: História Indígena; John Manuel Monteiro; Teoria antropológica; Historiografia Brasileira.

Abstract

The indians between anthropology and history: the work of john manuel monteiro

The article analyzes the trajectory of John Manuel Monteiro (1956-2013) and the centrality of his work in the construction of the indigenous history field as a set of theoretical intersections between anthropology and history. Besides his contribution to the understanding of the indigenous way of thinking and making history, as well as to the comprehension of the persisting indigenous presence in Brazilian history, John Monteiro's work represented an epistemological rupture from the colonial conventional knowledge implicit in the construction of social theory in Brazil.

Keywords: Indigenous history; John Manuel Monteiro; Anthropological theory; Brazilian historiography.

Résumé

Les indiens entre l'anthropologie et l'histoire : l'œuvre de John Manuel Monteiro

L'article analyse la trajectoire de John Manuel Monteiro (1956-2013) et la centralité de son œuvre dans la construction du domaine de l'histoire des indiens en tant qu'ensemble d'intersections théoriques et analytiques entre l'anthropologie et l'histoire. En plus de contribuer à la compréhension de la façon de penser et de faire l'histoire des indiens ainsi que de leur présence insistante dans l'histoire du Brésil, le travail de John Monteiro construit une rupture épistémologique des savoirs coloniaux implicites dans la construction de la théorie sociale au Brésil.

Mots-clés: Histoire des Indiens ; John Manuel Monteiro; Théorie anthropologique ; Historiographie Brésilienne.

O espaço em questão

Balancos recentes sobre a produção na área do pensamento social demonstram sua crescente diversificação e ampliação nos últimos anos, o que é índice de sua consolidação nas ciências sociais brasileiras. Não seria demais afirmar que, não sem resistências, a aceitação de que desfruta atualmente essa área passa pela conjugação de esforços de rigorosos estudos de caso, por assim dizer empíricos, que, além de necessários, mostram-se fundamentais nas relações com outras áreas – a exemplo da teoria sociológica (Botelho, 2007; Bastos e Botelho, 2010). O livro *Estado, território e imaginação espacial*, de João Marcelo Ehlert Maia, dedica-se a esse esforço e constitui o mais recente no conjunto de trabalhos do autor, que busca localizar o pensamento social brasileiro em um movimento mais amplo do que denomina de “descentramento” da sociologia mundial, encabeçado pelos estudos pós-coloniais e subalternos. Para tanto, o autor toma a atuação da Fundação Brasil Central (FBC), órgão fundamental dentro da política de colonização do Estado Novo, como foco de seu estudo, buscando “entender como foi possível a existência da FBC, e por que seus homens puderam pensar o que pensaram, do jeito que pensaram” (p. 15). Ao operar desse modo, Maia fixa uma instância empírica para a compreensão do que muito genericamente é denominado

Marcha para o Oeste, movimento complexo que não fora o único na longa história de interiorização pelo Estado brasileiro.

O livro, portanto, não pretende reconstituir a história institucional da FBC, mas, ao selecionar seus anos de apogeu entre 1943 e 1950, tem objetivo teórico mais ousado, que é o de entender a relação entre ideias e práticas estatais no Brasil. Destaco aqui três aspectos desenvolvidos no livro que de fato contribuem para o mencionado avanço da área do pensamento social no Brasil, além de dotar o trabalho de grande organicidade e força argumentativa: primeiro, a proposta metodológica de uma “etnografia institucional”; segundo, a abordagem da relação já mencionada entre ideias e Estado; e terceiro, o potencial heurístico que a categoria espaço, com suas diversas significações radicadas no pensamento social brasileiro, tem para a teoria sociológica.

A relação entre ideias sociais e políticas e a atuação do Estado é quase sempre algo reivindicado e pouco demonstrado nos trabalhos sobre o tema. Com a proposta de uma “etnografia institucional”, expressão tomada de Arturo Escobar, Maia pretende verificar de que modo a “cognição burocrática” da FBC se entrelaça com os discursos e linguagens que naquele momento se dedicavam ao Brasil central. Para isso, debruça-se sobre extenso material empírico – relatos, depoimentos e arquivos públicos e pessoais, entre os quais os dos principais

agentes da FBC: João Alberto Lins de Barros, presidente da FBC de 1943 a 1947, Arthur Neiva, secretário-geral da FBC e político imigrantista, e Paulo de Assis Ribeiro, chefe do Serviço de Planejamento e também coordenador do Setor Norte da FBC. A análise desses documentos permite entrever de que forma esses e outros agentes de menor expressão contribuíram para formular as ideias sobre o Brasil central, cujos significados estavam em constante disputa em torno do sentido da atuação da própria instituição. Dessa forma, “esses discursos não seriam simples representações, uma vez que produziram efeitos no mundo ao categorizar e organizar personagens e objetos tidos como legítimos alvos da ação das autoridades” (p. 27). De fato, o trabalho “etnográfico” de Maia, ressaltando a um só tempo o detalhe e o todo por meio do trabalho empírico, faz com que não se centre somente na FBC, expandindo-se para o entendimento da ambiência intelectual da chamada Marcha para o Oeste.

A criação da FBC evidencia o longo e contínuo processo de “acumulação espacial” do Estado brasileiro, que remonta às políticas estatais promovidas pela Primeira República, como expedições militares e científicas, a exemplo da Comissão Rondon, e as tentativas de estabelecimento de colônias agrícolas no interior do país. No Estado Novo, essas políticas conhecem nova e maior expansão com a acentuada preocupação com a demarcação de fronteiras e limites de territórios, e com a mobilização de trabalhadores para o cultivo de borracha na Amazônia. Todavia, como demonstra o autor, a legitimidade dessas políticas encontrava vasto lastro discursivo e simbólico na produção intelectual do período dedicada a desvendar o oeste. Por meio de análises de revistas oficiais, como *Novas Diretrizes* – editada por Azevedo Amaral – e

Cultura Política, de obras de autores como Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior e de outras menos conhecidas como as de Theophilo de Andrade e Lysia Rodrigues, Maia reconstrói a imagem espacial do oeste compartilhada por esses intelectuais, convergindo para a caracterização da região como de rareada ocupação em território disperso, cuja precariedade econômica advinha dos fatores inibidores do latifúndio.

No que toca ao segundo aspecto que aqui destaco, a relação entre ideias e práticas estatais, Maia expande o foco analítico e trabalha uma ampla gama de discursos produzidos durante o período sobre o oeste e o Brasil central. Mobilizando diversas fontes, como relatos de viagens, relatórios produzidos em explorações científicas ou expedições estatais, ensaios de teor geográfico e geopolítico e romances ambientados na região, o autor refaz a imaginação espacial do período, na qual imiscuem-se os sentimentos ambíguos dos romancistas nutridos pela região diante de seus espaços indefinidos e melancólicos, fazendo apelo ao necessário espírito de “aventura” para a sua exploração. Caberia senão à eficaz e inelutável ação estatal regular e disciplinar essa vasta região e integrar os diversos grupos que ali viviam – caboclos, indígenas – à sociedade nacional, conforme se entrevê nas publicações da Coleção Brasileira na década de 1930 e nos relatos de viajantes, em especial dos sanitaristas. São esses “temas, modos de narrar, estilos de argumentação e ideias-forças” (p. 94) que aos poucos vão sedimentando esse amplo e diversificado “repertório cultural” a que recorre a FBC na consecução de seus projetos para desbravar os sertões.

As análises dos documentos arquivísticos ainda demonstrariam como as práticas estatais vão se consolidando em relação por vezes tensa com a dinâmica histórica.

A linguagem revelada pelos próprios agentes da FBC, reforçando a imagem do Brasil central como espaço desértico e amorfo, resgatado do atraso pela força racionalizadora do Estado e pelo ímpeto “aventureiro” dos exploradores, ocasionou situações rotineiras de conflito, devido aos abusos praticados contra as populações tradicionais da região e às contendas em torno da propriedade da terra. Isso inevitavelmente impunha problemas de execução aos projetos e conduziria a modificações, ainda que mínimas, na ideia que se fazia da região e de seus habitantes. Dessa forma, Maia contrabalança uma relação direta entre ideias e Estado, ressaltando como “a autoridade pública é produzida de forma prática em contextos de estatização, e não pressuposta a partir da delimitação do Estado como uma subjetividade coesa” (p. 26).

Essa abordagem processual do Estado leva em consideração também a maneira com o FBC fora imaginada e construída por seus agentes em contextos sociais e históricos específicos, tomando “sociologicamente as principais articulações das redes que conformaram a gênese da FBC” (p. 78). Não se atendo somente aos detalhes das trajetórias pessoais dos personagens principais e coadjuvantes da burocracia da FBC, mas também às relações sociológicas significativas, Maia destaca a aproximação entre comunismo e tenentismo na experiência afetiva e intelectual desses personagens. Assim, o autor evidencia, com bases sólidas e não apenas indicativas, a presença de ideias que valorizavam um “saber viajante”, trazidas pelas experiências sertanistas do tenentismo, e da crença na ação estatal reformadora, ambas ensejando de forma contundente a ambiência normativa da FBC.

De maneira rigorosa e sempre atento ao trabalho empírico, Maia aos poucos evidencia as imagens espaciais que animaram

não só a tão mencionada Marcha para Oeste, mas também a FBC e as contingências que a envolveram. É sobre esse repertório cognitivo, tema de sua predileção desde a sua tese de doutoramento, que reside o interesse em recuperar essa história, capaz ainda de nos pôr diante de questões teóricas válidas na cena da teoria sociológica contemporânea. Válidas sobretudo porque, como ressalta o autor, diferentemente dos países centrais em que a teoria sociológica frutificou, a matéria social dos países periféricos não se assentara fundamentalmente sobre a vida cívico-urbana. Somente experiências outras, como a brasileira, poderiam evidenciar essa decalagem e propor, por certo, outra imaginação espacial. Essa parece ser, sem dúvida, uma perspectiva promissora no que toca particularmente à sociologia rural, área também incluída nos horizontes teóricos e empíricos do autor (cf. Maia, 2007, p. 227; e 2011), posto que permite ir “além da simples dicotomia entre ‘urbano’ e ‘rural’” (p. 201) que por muito tempo marcou a abordagem de cunho evolucionista de diversos trabalhos da área. Se, de fato, durante décadas a sociologia rural se viu envolvida com questões relativas à dicotomia rural-urbano, penso que a elisão, não propriamente da dicotomia – desafio que permanece necessário ao desenvolvimento da disciplina –, mas da relação entre rural e urbano, tenha que ser cautelosa. Sobre tudo porque as dinâmicas espaciais e suas imagens e recriações na vida social se dão dentro de alguns constrangimentos que, na sociedade brasileira em particular, são estruturais e históricas. Afinal, sem atentar para essa questão não há como entender porque – apesar dos avanços ou justamente por causa deles – o espaço rural ainda continua a abrigar um maior número relativo de pobres e maiores índices de desigualdade em comparação com o espaço urbano (cf.

Kageyama, 2008)¹. Observação desse tipo não pretende reintroduzir pela porta dos fundos a dualidade que por longo tempo dominou as discussões na sociologia rural, mas apenas indicar que os desafios teóricos

e empíricos da disciplina não devem estar dissociados de certas particularidades de nossa formação social, como de resto o livro de João Marcelo Ehlert Maia nos instiga a refletir.

Referências bibliográficas

- BOTELHO, A. (2007), “Sequências de uma sociologia política brasileira”. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 50, (1): 48-82.
- BOTELHO, A.; BASTOS, Elide Rugai. (2010), “Horizontes das ciências sociais: Pensamento social brasileiro”, in Carlos Benedito Martins; Heloisa Helena T. de Souza Martins (orgs.), *Horizontes das ciências sociais no Brasil – Sociologia*, São Paulo, Anpocs.
- KAGEYAMA, A. (2008), *Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- MAIA, João Marcelo E. (2007), “Espaço, teoria social e pensamento brasileiro”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, (2): 205-32.
- _____. (2011), “Space, Social Theory and Peripheral Imagination: Brazilian Intellectual History and De-Colonial Debates”. *International Sociology*, 26, (3): 392-407.
- WEBER, D. (2011), “O tamanho da miséria extrema: Governo define linha e chega a 16,2 milhões de pessoas, mais do que previa a PNAD”. *O Globo*, 4/05/2011.

Artigo recebido em 07/06/2013

Aprovado em 29/04/2014

1 Em levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome em 2011, baseado no censo do IBGE de 2010, para definir a linha de pobreza usada como parâmetro de políticas públicas do governo federal, estipula-se que a população miserável no Brasil é de 8,5% (16 milhões de pessoas). Considerando-se apenas o meio rural, entretanto, o índice sobe para 25,5%, equivalente a 7.593.352 de pessoas. Embora com apenas 15,6% da população, o espaço rural concentra 46,7% dos miseráveis. (cf. *O Globo*, 4 de maio de 2011, p. 3).

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de
Pesquisa – COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento – CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos – CEA – USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea – CEDEC
www.cedec.org.br

Centro de Estudos da Religião – CER – USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação
História Contemporânea – CPDOC –
FGV-RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos – CRH – UFBA
www.crh.ufba.br

FGV – Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de
Pesquisas Sociais – FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião – ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-
PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepec/depto/iri

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi – UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA – UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Demo-
cracia e Desenvolvimento – NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação Cultural – UFC
www.ch.ufc.br

Núcleo de Documentação e Informação
Histórica – NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU – UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – UNICAMP
www.nepp.unicamp.br

Núcleo de Estudos de População – NEPO – UNICAMP
www.unicamp.br/nepo

Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais – NEPS – UFC
www.ch.ufc.br

PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado

PUC-RJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.puc-rio/ensino/pesquisa/ccpg

PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos

UEL – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.uel.br/cch/pos/mestsoc

UENF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.uenf.br/uenf.pages

UERJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.2.uerj.br/~ppcis

UFAL – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufal.br/propeg/posgraduacao

UFBA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br

UFC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao

UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm

UFF – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.uff.br/pgcp

UFF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
www.uff.br/ppgsd

UFG – Programa de Mestrado em Sociologia
[www.mestsociologia@fchf.ufg.br](mailto:mestsociologia@fchf.ufg.br)

UFJF – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.mestradosociais,ufjf.br

UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pgsc.ufma.br

UFMG – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm

UFMG – Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa

UFMG – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fafich.ufmg.br/antro-pos

UFPA – Programa de Mestrado em Antropologia
www.ufpa.br/cfch

UFPB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.prgp.ufpb.br

UFPE – Pós-Graduação em Ciência Política
www.politica.ufpe.br

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.ufpe.br/antropologia

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio

UFRGS – Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museu hp/pesq.htm

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa

UFRN – Programa de Mestrado em Ciências Sociais
www.cchla.ufrn.br

UFRN – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.cchla.ufrn.br

UFRRJ – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
www.alternex.com.br/~cpda

UFS – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.posgrap.ufs.br

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ppgpol.ufscar.br

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcs

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ppgs.ufscar.br

UNB – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol

UNB – Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ;
www.unicamp.br/santiagodantassp;
www.pucsp.br/santiagodantassp

UNICAMP – Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Política Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives

dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie

www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France

www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa

www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp

www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST

www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da Unicamp

www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo

www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth

[www.arquivo.ael.ifch.unicamp .br](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br)

Archivo General de Indias

www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española

www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

www.clionet.ufjf.br/ahufjf/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional

www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial

www.museuimperial.gov.br/

arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

www.prodiam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern

e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp

www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes/ Unicamp

www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional

www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio de
Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/
cultura027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Paraíba
– MG (Arquivo Público Municipal Geraldo
de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html)

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento (Cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural
Alexandre Eulalio – Unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (Cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória –
Unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemsomos/
bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120](http://www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/

Centro de Documentação Memória
Sindical – CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea (Cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais (CIS/
NADD)
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records
Administration (Nara)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (Nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (Abecin)
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(Abarq)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/
default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público do
Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Ciência da Informação e
Biblioteconomia (Ancib)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèqure Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB – Bibliographic records of
Unesco documents, publications an Library
collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especialização em Organização de
Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (Graduação em Ciência da Informa-
ção)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (Mestrado e Doutorado em Comuni-
cação e Semiótica – área: Tecnologias da
Informação)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto.
de Ciências da Informação/Depto. de
História (Graduação em Arquivologia;
Especialização em Gerência de Unidades e
Serviços de Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/
Arquivologia (Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documentação (Graduação em Arqui-
vologia, Especialização em Planejamento,
Organização e Direção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Mestrado em Biblioteconomia e Docu-
mentação – área: Planejamento de Proces-
sos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação – área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências – área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/postgrad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnt/home.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade – Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (Scielo
Brazil)
www.scielo.br/

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Mesiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”.

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, “Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro”.

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, “Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas” e *Tania Salem*, “Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes”; *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha”; *Berta G. Ribeiro*, “Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço”; *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil Hoje”; *Lais Abramo*, “Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais”; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de

Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgar Leuenroth”.

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-

Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo e Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sin-

dicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Gloria Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”; *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estadais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Glaucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Morais*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Vello*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma

Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíti-

cas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “*Path dependency* e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação *versus* Competência: um Comentário Bibliográfico sobre um Debate Francês Recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e Doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas Revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A Medida das Leis: do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma Breve História *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): uma Síntese”; *Delma Pesanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas:

Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jaquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Pannel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)”; *Simone Bohm*, “Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, Direito Penal e Justiça Criminal no Brasil: Uma Revisão da Pesquisa Recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da Mística: Uma Revisão da Literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, “Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios”; *Fabiola Rohden*, “A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise”; *Piero de Camargo Leirner*, “Perspectivas Antropológicas da Guerra”; *Artur Zimmerman*, “Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil”; *Paulo Sérgio Peres*, “O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico”.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “‘A cigarra e a formiga’: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de

Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”

BIB 63

Reginaldo Prandi, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

BIB 64

Sônia M. K. Guimarães, “Sindicatos em Transformação. ‘Modelos’ de Ação Sindical: o Debate Internacional”; *Claudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Eugênio Carlos Ferreira Braga*, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”.

BIB 65

André Marengo, “Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?”; *Celina Souza*, “Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados”; *Edmar Aparecido de Barra e Lopes*, “Setor Informal: um Debate Conceitual, uma Nova Abordagem”; *Fabrizio Mendes Fialho*, “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”; *Roberta Bivar C. Campos*, “Sobre a Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira”.

BIB 66

Ana Cristina Augusto de Sousa e Nilson do Rosário Costa, “A Crise do Setor de Saneamento Básico no Brasil: uma Revisão Bibliográfica”; *Daniel Guerrini e Ronaldo Baltar*, “Tecnologia, Informação e Sociedade: uma Sistematização de Conceitos e Debates”; *Leonor Lima Torres*, “Cultura das Organizações: Enfoques Dominantes, Tendências Internacionais e Novas Propostas Analíticas”; *Manoel Leonardo Santos*, “Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no Período 1994-2005”; *Ricardo Borges Gama Neto*, “Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica”.

BIB 67

Céli Regina Jardim Pinto, “Por onde Andou a Teoria Crítica na Brasil? (o GT de Teoria Social na Anpocs – 1999-2007)”; *Edison Ricardo Emiliano Bertonceo*, “As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea”; *Patrice Schuch*, “Antropologia do Direito: Trajetória e Desafios Contemporâneos”; *José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, Jorge Zaverucha e Enivaldo Carvalho da Rocha*, “Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos”; *Carolina Pulici*, “Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico”; *Glenda Mezarobba*, “De que se Fala, quando se diz ‘Justiça de Transição’?”

BIB 68

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Conceito e Origens do Crime Organizado: Uma Revisão Bibliográfica”; *Paulo Sérgio Peres*, “Revisitando a ‘Teoria Geral’ dos Partidos de Maurice Duverger”; *João Areosa*, “O Risco no Âmbito da Teoria Social: Quatro Perspectivas em Debate”; *Angela Nunes e Rosário de Carvalho*, “Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância”; *Cleber da Silva Lopes*, “O Controle da Segurança Privada: Um Balanço da Literatura Internacional e a Situação das Pesquisas no Brasil”.

BIB 69

Gabriel Cepaluni, “Coalizões Internacionais: Revisão da Literatura e Propostas para uma Agenda de Pesquisa”; *Odaci Luiz Coradini*, “Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman”; *Aline G. Hellmann*, “Análise de Redes e Desigualdade Social: a Abordagem Relacional de Charles Tilly à Luz da Lei de Potência de Barabási”; *Ricardo Fabrino Mendonça*, “Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano”; *Juliana Mezzomo Allain e Julia S. Guivant*, “O Estudo da Confiança na Alimentação: Análise do Campo de Pesquisa”.

BIB 70

Marcelo de Almeida Medeiros, Augusto Wagner M. Teixeira Jr. e Elton Gomes dos Reis, “O Mercosul na Agenda de Pesquisa contemporânea da Política Internacional”; *Renato Perissinotto e Adriano Codato*, “Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista”; *Gilmar Rocha*, “O Circo no Brasil – Estado da Arte”; *Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro*, “Determinantes do Tempo da Justiça Criminal: Perspectiva Comparada entre Brasil, Portugal e Estados Unidos”; *Cleber da Silva Lopes e Andrei Koerner*, “As Tensões entre Segurança Doméstica e Direitos Cíveis nos EUA pós-11 de Setembro”; *Wagner de Melo Romão*, “O Eclipse da Sociedade Política nos Estudos sobre o Orçamento Participativo”.

BIB 71

Patrice Schuch, “A vida social ativa da ética na Antropologia”; *André Filipe Pereira Reid dos Santos*, “Principais abordagens sociológicas para análises das profissões”; *Raquel Andrade Weiss*, “Perspectivas sobre a política na teoria de Émile Durkheim”; *Aureo de Toledo Gomes*, “Questionando o fracasso estatal: um balanço da literatura crítica”; *Edison Ricardo Emiliano Bertonecelo*, “Revisitando os estudos do desenvolvimento”; *Lucas Coelho Brandão*, “A literatura sobre movimentos sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional”.

BIB72

Claudia Fonseca, “Tecnologias de Governo, Família e Humanitarismo em um Mundo Globalizado”; *Amâncio Jorge de Oliveira, Janina Onuki e Wagner Pralon Mancuso*, “Política Comercial, Instituições e Grupos de Interesse”; *Elaine Meire Vilela e Livia Beatriz Ferreira Lopes*, “Balanço da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil”; *Nuno Oliveira*, “Três Grandes Súmulas de Teoria Social para o Século XXI”; *Elisa Klüger*, “As Sociologias da Ciência Econômica”; *Maurício Hoelz*, “O Sertão & a Cidade: Maria Sylvia de Carvalho Franco e a Sociologia da Violência Contemporânea”.

BIB73

Luiz Inácio Gaiger, “Práticas Sociais e Conhecimento Acadêmico no Campo da Economia Solidária”; *Patrício Tierno*, “Teoria Política Grega da Democracia: Demarcação e Métodos de um Cânone Histórico e Intelectual”; *João Paulo Bachur*, “Inclusão e Exclusão na Teoria de Sistemas Sociais: um balanço crítico”; *Gustavo Batista Araujo*, “Contribuições de Campanha: Problemas e Dificuldades da Agenda de Pesquisa Quantitativa”; *Renato Sérgio de Lima*, “A Influência da Trajetória Intelectual de Sérgio Adorno nos Estudos sobre Violência no Brasil”; *Angelita Matos Souza*, “Marxismo como ciência social, de Adriano Codato e Renato Perissinotto”.

BIB74

Thiago Botelho Azeredo, Vera Lúcia Luiza e Tatiana Vargas de Faria Baptista, “Políticas públicas e avaliação de implementação”; *Leonardo Mangialavori*, “Revisitando os estudos de agenda-setting, 40 anos depois”; *Anita Handfas e Julia Polessa Maçaira*, “O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica”; *Cristina Pompa*, “Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manuel Monteiro”; *Lucas Correia Carvalho*, “Estado, território e imaginação espacial, de João Marcelo Ehlert Maia”.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

As resenhas e balanços bibliográficos devem ser encaminhados para análise pelo e-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Os textos aprovados para publicação deverão ser entregues para edição organizados da seguinte maneira:

- em programa Word for Windows, em fonte Times New Roman, corpo 12, em espaço 1,5, com margens superior e inferior, 2,5; direita e esquerda, 3,0; parágrafo com recuo de 1ª linha padrão; páginas numeradas;
- o título do artigo deverá ter, no máximo, 80 caracteres com espaços, em corpo 14, fonte Times New Roman, negrito, alinhado à direita; nome do autor logo abaixo, em itálico, corpo 12, letra clara;
- se uma versão do artigo já houver sido publicada, esses dados (publicação, data, título) deverão entrar no rodapé, com asterisco vinculado ao título atual;
- se houver agradecimento, este entrará no rodapé, com um ou mais asteriscos vinculados ao(s) nome(s) do(s) autor(es);
- o artigo integral não deve ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas por página) ou cerca de 6 mil palavras;
- o texto deve ser acompanhado de um resumo em português (se possível, também em inglês, *abstract*, e francês, *resume* – com seus respectivos títulos) e de 5 palavras-chave (*keywords*, *mots-clés*), bem como de uma minibiografia do(s) autor(es) (formação, instituição atual, cargo, linhas de pesquisa e 2 últimos livros ou artigos publicados, se for o caso);
- é preferível que quadros, mapas, tabelas etc. já estejam inseridos no corpo do texto. Mas, se em arquivo separado, devem ter

indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos;

- as menções a autores, no decorrer do texto, seguem a forma (Autor, data) – se apenas referência – ou (Autor, data, página) – em caso de citação. Exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, diferenciar com letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc. Fazer esta marcação também na bibliografia;
- checar se constam corretamente TODAS as referências a autores na bibliografia;
- nas notas de rodapé entram apenas informações sintéticas, complementares e de natureza substantiva, procurando não ultrapassar 6 linhas. O texto das notas de rodapé é em corpo 10;
- as citações devem sempre ser acompanhadas de sua fonte (Autor, data, página). As citações que ultrapassem 5 linhas no corpo do texto do artigo devem ser destacadas (separadas) em corpo 10, com recuo à esquerda de 1,25 e texto justificado à direita. Se em língua estrangeira, devem ser traduzidas. Se tradução livre, o texto original deve entrar no rodapé;
- a bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética, conforme os exemplos abaixo.

1) Livros

SEITENFUS, Ricardo (1991). *Mercosul: impasses e alternativas*. São Paulo: IEA/USP (coleção Documentos – série Internacional, 14).

2) Parte de livros

Mesma autoria
BENJAMIN, Walter (1983). “O narrador”. In: *Textos escolhidos*:

Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. 2. ed. Trad. José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultural. p. 57-74.

Autoria diferente

ALTVATER, Elmar (1976). “Notas sobre alguns problemas del intervencionismo de Estado”. In: SONNTAG, Heinz R.; VALLECILLOS, Hector (eds.). *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI. p. 88-133.

3) Artigos em periódicos

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; PEREIRA NETO, Manoel Galdino (2006), “Modelos espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: perspectivas e críticas”. *BIB*, v. 61, p. 71-90.

MILNER, Helen V. (1992), “International theories of cooperation among nations: strengths and weaknesses”. *World Politics*, v. 44, n. 3, Apr., p. 466-496.

4) Dissertações e teses

DIAS, João M. (2006). *O orçamento participativo na cidade de São Paulo: confrontos e enfrentamentos no circuito do poder*. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC, São Paulo.

RIBEIRO, L. M. L. (2009). *Administração da justiça criminal na cidade do Rio de Janeiro: uma análise dos casos de homicídio*. Tese de doutorado em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro.

5) Outros

Congressos, seminários,

publicação eletrônica:

FOLMER, Raquel; YOUNG, Maycke (2008). “Análise de redes sociais: elementos para uma discussão teórico-metodológica”. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: INOVAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS. Disponível em: <http://www.redeapasul.com.br/publicacoes/analise_de_redes_sociais_elementos_para_uma_discussao_teoricom Metodologica_2008.pdf>. Acesso em: 6 out. 2011.

BATTIUCCHI, E. C.; CRUZ, M. V.; SILVA, B. I. (2006). Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal de Minas Gerais. In: 30º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (Anpocs), Caxambu, MG.

Mais de 3 autores

CRISHTI, M. A. *et al.* (2003). *America's security, civil liberties*

and national unity after September 11. Washington: Migration Policy Institute (MPI).

Várias obras de mesmo autor, data em ordem crescente

ROCHA, Gilmar (2007). “‘O maior espetáculo da terra’ – circos, monstros, fronteiras e ‘self’ na sociedade moderna”. *Transit Circle*, UFF, n. 6, p. 10-31.

_____. (2008). “A cidade em festa” – evocações do circo de infância na arte moderna brasileira”. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, UFMG.

_____. (2009a). “Cultura popular: do folclore ao patrimônio”. *Mediações*, v. 14, n. 1, p. 218-236.

_____. (2009b). “‘Fazer a praça’ – a montagem do circo como processo ritual”. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, José Reginaldo. *As festas e os dias – ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contracapa. p. 142-168.

Sem autoria declarada, entidade ou documento como um todo

BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, 1996-

MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO (1987). *Circo – tradição e arte*. Rio de Janeiro: Funarte/ Instituto Nacional do Folclore.

BID/INTAL – Instituto para Integração da América Latina e do Caribe. *Informe Mercosul*, n. 13 (2007-2008) [*on-line*]. Disponível em: <www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/p_Informe_MERCOSUL_13.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Anpocs.

Endereço: EDITORIA BIB

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar – Cidade Universitária – CEP 05508-900 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3091-4664
Email: bib@anpocs.org.br

Publicações ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
1º andar - Cidade Universitária
CEP 05508-010 São Paulo SP
www.anpocs.org.br

A **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)**, criada em 1986, se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a **RBCS** é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros.

É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

e-mail: rbc@anpocs.org.br

Assinatura Anual da RBCS:

R\$ 75,00 (03 edições)

Números Avulsos:

R\$ 30,00 cada

Depósitos em conta corrente:

Banco do Brasil
Agência 3559-9
Conta Corrente 15801-1

Enviar comprovante para:

publicacoes@anpocs.org.br
Telefax (11) 3091-4664
(11) 3091-5043